



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1053

Sexta-feira - 10 de Agosto de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	10
Caçador	12
Camboriú	18
Campo Alegre	19
Campos Novos	20
Canoinhas	28
Capinzal	30
Chapadão do Lageado	31
Concórdia	31
Cordilheira Alta	35
Coronel Martins	36
Corupá	43
Curitibanos	43
Ermo	45
Forquilha	45
Fraiburgo	48
Garopaba	50
Gaspar	54
Governador Celso Ramos	54
Herval d'Oeste	55
Imbituba	55
Irineópolis	59
Joaçaba	61
José Boiteux	65
Lages	65
Lauro Muller	66
Leoberto Leal	66
Luzerna	68
Macieira	72
Massaranduba	72
Meleiro	84
Monte Carlo	85
Navegantes	86
Nova Trento	87
Novo Horizonte	88
Palhoça	89
Palmitos	97
Passo de Torres	97
Paulo Lopes	101
Pinheiro Preto	101
Porto Belo	102
Porto União	102
Rio do Sul	104
Salto Veloso	119
São Bento do Sul	123
São Lourenço do Oeste	130
São Pedro de Alcântara	132

Schroeder	139
Siderópolis	143
Timbó	143
Tunápolis	148
Vidal Ramos	148
Videira	148
Vitor Meireles	152

Associações

AMURES	153
--------------	-----

Consórcios

CIGA	153
CIS/AMUNESC	154

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 068/2012

DECRETO N° 068/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1393 de 07 de Agosto de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Suplementada na importância de R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - 3.1.90.00.00.00.0.1.002 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde

2 - Aplicações Diretas

R\$ 264.000,00

Art. 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.014 - 4.4.90.00.00.00.0.1.002 - Aquisição de Veículos

28 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.015 - 4.4.90.00.00.00.0.1.002 - Ampliação de Unidade de Saúde
30 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

1.016 - 4.4.90.00.00.00.0.1.002 - Construção Garagem p/ Veículos
Saúde
31 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1.007- 4.4.50.00.00.00.0.1.000 - Impl. Manut. Centro Educação
Especial
60 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
R\$ 20.000,00
05.03 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.040 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Auxílio Desabrigados
161 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1.032 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção de Bueiros
147 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

1.035 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção de Rede Pluvial e
Esgoto
157 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1.041 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Aquisição de Caminhão Coletor
de Lixo
166 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 09 de Agosto de 2.012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 112/2012 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 112/2012; Modalidade: Tomada de Preço nº. 015/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de engenharia civil para a construção de uma Quadra de Esporte Coberta - com área total de 779,03 m², a ser construída na Rua São Francisco, Centro, Antônio Carlos/SC, com o fornecimento de material e serviços de mão de obra, conforme previsto no memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo; Abertura: dia 29/08/2012 as 08:00 (oito) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 09 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 113/2012 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 113/2012; Modalidade: Tomada de Preço nº. 016/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de engenharia civil para a construção de uma Quadra de Esporte Descoberta - com área total de 828,00 m², a ser construída na Rua Daniel Petry, Centro, Antônio Carlos/SC, com o fornecimento de material e serviços de mão de obra, conforme previsto no memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo; Abertura: dia 29/08/2012 as 09:30 (nove e trinta) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 09 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 114/2012 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 114/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 077/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do Caminhão Basculante Volkswagen, Placa MCX 9762, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 23/08/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 09 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 110/2012 - Pregão Presencial nº. 075/2012; Objeto: aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do veículo Van Sprinter Mercedes Benz, placa JNW 0841, da frota de veículos da Secretaria de Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Edson Pauli Eletrotécnico ME, no valor total de R\$ 5.800,00.

Antônio Carlos, 08 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 097/2012 - Chamamento Público nº. 003/2012; Objeto Contratação de serviços de consulta com profissionais da saúde abaixo indicados, à pacientes do Município de Antônio Carlos, em seus consultórios, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Clínica Médica Biguaçu Ltda.

Antônio Carlos, 08 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Audiência Pública - Convite

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVITE

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA às 18:00 horas do dia 14 de agosto de 2012, no Auditório da Câmara de Vereadores, para discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2013, extraídas dos objetivos e metas constantes do PLANO PLURIANUAL aprovado para o período de 2010 a 2013.

Antônio Carlos, 09 de agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 155/2012

DECRETO Nº 155/2012 DE: 26 DE JULHO DE 2012.
FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3156/2011- Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3174/2011- Lei Orçamentária para 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

0201. GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	2.700,00

	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.700,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.700,00

0204. PROCURADORIA GERAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0204.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	1.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00

0501. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão	10.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.366.0003.2029	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	4.040,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	40,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.040,00

1201. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1201.08.244.0006.2054	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	3.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1201.14.422.0006.2066	Funcionamento e Manutenção do PROCON	600,00
	ANULA:	



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	600,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	600,00

1501. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.27.122.0005.2044	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	4.500,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	4.500,00

1901. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.18.541.0008.2080	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00

2101. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	23.790,60
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000187	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
4.4.90.00/0.2.28.000186	Investimentos	13.790,60
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000186	Outras Despesas Correntes	13.790,60
3.3.90.00/0.2.28.000187	Outras Despesas Correntes	10.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.304.0004.2041	Ações de Vigilância Sanitária	4.473,33
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.27.000000	Outras Despesas Correntes	4.473,33
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.2.27.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.473,33

2301. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2301.08.241.0006.2048	Atendimento à Pessoa Idosa	600,42
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	600,42
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	600,42

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de julho de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Portarias Nº 2020 a 2039

PORTARIA Nº 2020/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIMONE VICENTE BROERING, ocupante do Cargo efetivo de BIBLIOTECÁRIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5930/2012 em anexo no período de 30/07/2012 a 28/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2021/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LEDAMARE SPERANDIO FELTZ, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5931/2012 em anexo no período de 26/07/2012 a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2022/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IRMA TEREZINHA NAZÁRIO, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5848/2012 em anexo no período de 26/07/2012 a 21/01/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2023/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRYSTHIANE GUENTHER SCHECHI, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença

para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5932/2012 em anexo no período de 30/07/2012 a 13/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2024/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANA APARECIDA ARAGÃO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5915/2012 em anexo no período de 30/07/2012 a 13/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2025/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANA APARECIDA ARAGÃO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4871/2012 em anexo no período de 25/06/2012 a 09/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2026/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDOIR DA SILVA JUNIOR, ocupante do Cargo efetivo de ALMOXARIFE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5901/2012 em anexo no período de 20/07/2012 a 17/09/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2027/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANA VIEIRA KUHNEN SARKIS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5825/2012 em anexo no período de 04/07/2012 a 23/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2028/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KAROLINA POLUCENIO, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5900/2012 em anexo no período de 29/07/2012 a 27/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2029/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUZIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5986/2012 em anexo no período de 01/08/2012 a 29/09/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2030/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5865/2012 em anexo no período de 27/07/2012 a 23/09/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2031/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTIANE BRITO DE ARAÚJO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5897/2012 em anexo no período de 31/07/2012 a 28/09/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2032 de 08 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) GILNEIA RIBEIRO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILNEIA RIBEIRO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA, com regência de classe e jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/08/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2033 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERI TEREZINHA DE CARVALHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERI TEREZINHA DE CARVALHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2034 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MÁRCIA MARINA VIDAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MÁRCIA MARINA VIDAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 26/07/2012 a 13/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2035 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO ANDRE MARTINI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO ANDRE MARTINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 28/07/2012 a 14/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2036 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula

Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DÉBORA GONÇALVES TUROLLA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DÉBORA GONÇALVES TUROLLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2037 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERI TEREZINHA DE CARVALHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERI TEREZINHA DE CARVALHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2038 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL DE ALMEIDA GORZONI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL DE ALMEIDA GORZONI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 18/07/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2039 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSIMERE TEREZINHA FERREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSIMERE TEREZINHA FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/08/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portarias Nº 2040 a 2047

PORTARIA nº 2040 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA PAULA RICHARTZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA PAULA RICHARTZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 28/07/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2041 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSIANE VILMA DE ANDRADE DA ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSIANE VILMA DE ANDRADE DA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 29/07/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2042 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANE GORGES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANE GORGES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR

DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2043 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IARA TEIXEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IARA TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2044 de 08 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA MARIA SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA MARIA SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2045 de 08 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) DÉBORA GONÇALVES TUROLLA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DÉBORA GONÇALVES TUROLLA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/08/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2046 de 08 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) CAMILA LOCKS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILA LOCKS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/07/2012 a 10/07/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/07/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2047 de 08 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) CIBELY ROCHA LINHARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CIBELY ROCHA LINHARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2012 a 02/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 08 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Tomada de Preço Nº 142/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 142/2012- FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE HARDWARES, ALÉM DE SUPORTE NA ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES EM GERAL E SERVIDORES, INCLUINDO SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SISTEMAS DE GESTÃO E NÍVEIS MUNICIPAIS E ESTATUAIS.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 14:00 horas do dia 12/09/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500, período vespertino (13:00 às 18:00).

Biguaçu, 08 de agosto de 2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 2/2012 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 Data do Registro: 10/05/2012 Válido até: 10/05/2013

Objeto da Compra: Aquisição de cestas básicas para famílias carentes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz (pct c/ 5 kg) (349)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	DO VALE	0	6,5000	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	NORDESTE	0	8,0500	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CARAVELAS	0	9,6500	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SINHA	0	1,2200	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SANTA RITA	0	2,3200	1
6	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CRAVIL	0	2,3200	1
7	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	ZIZO	0	0,9000	1
8	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS (PCT DE 500 GR) (301)	KG	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	1,3000	1
9	Aletria com ovos (pct c/ 500gr) (358)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	3,0000	1
10	BISCOITO DOCE SORTIDO (PCT 800 GR) (287)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	4,8500	1
11	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	3,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 Data do Registro: 10/05/2012 Válido até: 10/05/2013

Objeto da Compra: Aquisição de cestas básicas para famílias carentes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	MARGARINA C/ SAL (POTE 500GR) (247)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	1,5000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2012

PROCESSO Nº 2/2012

(6001) - COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 10 de Maio de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.313

DECRETO nº 5.313, de 06 de agosto de 2012.

Designa Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preço nº 02/2012 - FUNDEMA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 02/2012 - Processo de Licitação nº 26/2012, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, para contratação de empresa para execução de serviços de montagem de sistema de decantação em lâminas plásticas paralelas no decantador número 04 da ETA de Caçador:

- I - Pedro Masiero;
- II - Arion Marçal Santos;
- III - Adriana Marielouise Van Passel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 06 de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Decreto Nº 5.314

DECRETO nº 5.314, de 06 de agosto de 2012.

Designa Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 11/2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 11/2012 - Processo de Licitação nº 107/2012, da Prefeitura Municipal de Caçador, para contratação de empresa habilitada para construção do estande de tiro para o 52º JASC:

- I - Leandro Chiarello de Souza;
- II - Carine Marcon;
- III - Carolina Fruet de Lima.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 06 de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Decreto Nº 5.315

DECRETO Nº 5.315, de 06 de agosto de 2012.

Revoga Processo Licitatório.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o disposto no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 102/2012 - Pregão Presencial nº 64/2012, em razão de que nenhuma empresa protocolou proposta até o horário estabelecido no Edital, caracterizando uma licitação deserta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 06 de agosto de 2012.

CARLOS Vilmar Ribeiro,
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 21.836

PORTARIA Nº 21.836, de 09 de julho de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR o médico, abaixo relacionado, para compor Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, e apresentar o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Servidora:	MARINÊS APARECIDA MANENTTI
Médico Perito:	Raul Fernandes Bridi

Servidora:	DANIELA MONTEIRO
Médicos Peritos:	Raul Fernandes Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 09 de julho de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.863

PORTARIA Nº 21.863, de 16 de julho de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR o médico, abaixo relacionado, para compor Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde da Servidora Pública

Municipal da Secretaria de Educação, e apresentar o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Servidora:	DANIELA MONTEIRO
Médicos Peritos:	Raul Fernandes Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 16 de julho de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.895

PORTARIA Nº 21.895, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR a AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal NELY FÁTIMA ALVES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 5.289 (cinco mil duzentos e oitenta e nove) dias, ou, 14 (quatorze) anos, 05 (cinco) meses e 29 (vinte e nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00030/12-2, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 11/06/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.896

PORTARIA Nº 21.896, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, designados para comporem Comissões de Sindicâncias e Processos Administrativos, o pagamento de gratificação, especificando: nome, cargo na sindicância ou processo, nº sindicância ou processo administrativo, nº da portaria de instauração e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Sindicância ou Processo Administrativo	Nº Portaria	Valor da Gratif.
5790	Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt	Membro	SA Nº 04/2012	21.680	100,00
131	Valmir Comunello	Membro	SA Nº 04/2012	21.680	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.897

PORTARIA Nº 21.897, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados(as), especificando: nome, cargo, carga horária, escola e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo/CH/Escola	Data rescisão
Adair de Brito	Merendeiro - 18h - EMEB Esperança	1º/08/2012
Elisabete de Fátima Taborda Somensi	Professora - 14h - EMEB Morada do Sol	1º/08/2012
Mônica Lapolli	Professora - 20h - EMEB Maria Luiza Barbosa	1º/08/2012
Patrícia Vilwoc Ferreira de Andrade	Auxiliar de Biblioteca - 20h - EMEB Maria L. Martins Barbosa	1º/08/2012
Silvana Granemann	Auxiliar de Biblioteca - 20h - EMEB Padre José Chamot	1º/08/2012
Wilson Roberto Oliveira Domingos	Prof. Ed. Física - 21h - EMEB Irmão V. José, Ir. Thomás, Castelhamo, Vereda dos Trevos	1º/08/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.898

PORTARIA nº 21.898, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador

e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: nome, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Dias de afastamento	A contar de
10078	Andreia Dellai	30	26/07/12
7779	Atílio da Silveira de Oliveira	20	30/07/12
88	Catarina Schikoski Barteal	30	24/07/12
4110	Daniela Monteiro	60	20/07/12
8429	Juliana Cordeiro	60	17/07/12
3311	Maria de Fátima Jatoba Crestani	30	23/07/12
1318	Maria Geni Huculak	15	11/07/12
2465	Marilucy Wierzbicki	90	30/07/12
824	Marlene Baziuk	15	30/07/12
6532	Nelci Terezinha Noll	30	31/07/12
427	Rosangela De Bastiani	10	12/07/12
427	Rosangela De Bastiani	10	30/07/12
206	Rosely Ap. Sor-gatto	15	06/07/12
1514	Ruth Macedo Maciel	60	30/07/12
6955	Sheilla Balbinotto	40	02/08/12
11525	Shirley Ap. Wurges Massarolli	15	24/07/12
859	Teresa Eclair Cardoso Domingues	60	19/07/12
11415	Uliana Liszkewich	90	23/07/12
656	Vanuza Zart	45	27/07/12

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.899

PORTARIA Nº 21.899, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos, concedida a Servidora Pública Municipal CASSIA REGINA GARCIA MACIEL, ocupante do cargo de Servente da Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em exercício junto a Secretaria de Educação, a partir de 20 de agosto de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.900

PORTARIA Nº 21.900, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS por tempo determinado, dos(as) cidadãos(as) a seguir relacionados(as), aprovados(as) em Processo Seletivo Simplificado - Edital 001/2011 para atuarem junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, homologado pelo Decreto nº 4.909, de 08/07/2011, e prorrogado pelo Decreto nº 5.290, de 04/07/2012, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da prorrogação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Prorrogação
Ana Lucia Cordeiro Mengidski Kletke	Monitor	09	35	De acordo com classificação em processo seletivo - CASA DE PASSAGEM	12/08/12 a 12/08/13
Andréia Baltazar	Professor Monitor	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - PETI	12/08/12 a 12/08/13
Cassiano Rocha de Lara Pico-lotto	Professor Monitor	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - PETI	12/08/12 a 12/08/13
Doraci Maria Ruppel	Educador Social	18	35	De acordo com classificação em processo seletivo - CASA DE PASSAGEM	12/08/12 a 12/08/13
Eciane Silvério	Professor Monitor	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - PRÓ-JOVEM CRAS	12/08/12 a 12/08/13
Fernanda Moraz	Monitor	09	35	De acordo com classificação em processo seletivo - CASA DE PASSAGEM	12/08/12 a 12/08/13
Gicely Urupucka Leismann	Monitor	09	35	De acordo com classificação em processo seletivo - CASA DE PASSAGEM	12/08/12 a 12/08/13
João Berther Brasil Neto	Educador Social	18	35	De acordo com classificação em processo seletivo - CASA DE PASSAGEM	12/08/12 a 12/08/13
Marinez Osório	Professor Monitor	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - PETI	12/08/12 a 12/08/13
Michela Felipe de Medeiros	Educador Social	18	35	De acordo com classificação em processo seletivo - PETI	12/08/12 a 12/08/13
Natalina dos Santos	Professor Monitor	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - PETI	12/08/12 a 12/08/13
Silvana Maria Pereira Machado	Professor Monitor	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - PETI	12/08/12 a 12/08/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.902

PORTARIA Nº 21.902, de 1º de agosto de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.487, de 12/05/2011, no que se refere a designação do Servidor Público Municipal VILSON MEIRELES DA SILVA, para ocupar o Cargo de Confiança de Diretor da Escola de Educação Básica Henrique Júlio Berger, pertencente a Secretaria de Educação, a contar de 30 de julho de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de agosto de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 21.903

PORTARIA Nº 21.903, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS, por tempo determinado, dos(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Karim Cristiane Costa Cardonetti	Professora Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Pierina S. Perret	v.v. Karin Michelle Chiesa - licença tratamento de saúde	31/07/12 a 14/08/12
Regina Aparecida Daneluz	Auxiliar Creche	2.1/A	40	EMEB Hilda G. Sousa	v.v. Grazielle Bender - licença maternidade	02/08/12 a 21/12/12

Rosane de Fátima Alves dos Santos	Servente Educação	1.5/A	44	EMEB Tabajara	v.v. Juliana Cordeiro - licença saúde	31/07/12 a 14/09/12
Rosely Aparecida Cividini	Servente Educação	1.3/A	44	EMEB Pierina S. Perret	Vaga transitória	24/07/12 a 21/12/12
Sueli Aparecida Schultz	Servente Educação	1.5/A	44	EMEB Morada do Sol	Vaga transitória	28/07/12 a 21/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 21.904

PORTARIA Nº 21.904, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, motivo e período da alteração:

Cód.	Nome	Cargo	c.h. antigac.	c.h. atual	Motivo	Período
11926	Andrieli das Graças Bueno de Freitas	Prof. Inglês	15	40	20h – v.v. Sheila Anciutti – licença médica 05h – v. transitória Pe. José Chamot	02/08/12 a 10/09/12
11548	Carmen Bertotto Castilho	Prof. Inglês	13	20	04h – v. transitória Walcin N. Garcia 03h – v. transitória Alcides Tombini	07/08/12 a 21/12/12
11906	Enemir Corozzolla	Professor	10	19	06h – v. transitória Castelha-no 03h – v. transitória Irmão Thomáz	01/08/12 a 21/12/12

11795	Krishna Serena Zuanazzi	Professor Ed. Física	22	34	09h – v.v. Marcos dos Reis – diretor Maria Luiza Barbosa 03h – vaga transitória	01/08/12 a 21/12/12
11615	Luciana Aparecida da Silva Baldicera	Professora Ed. Física	33	36	v.v. Joel- ma Ana Antunes – licença prêmio	30/07/12 a 30/08/12
11537	Rosiléia Aparecida Lanieski	Prof. Inglês	32	40	05h – v. transitória Ulysses Guima- rães 03h – v. transitória Nossa S. Salette	06/08/12 a 21/12/12
11769	Vanessa de Fátima Rocha	Professora Ed. Física	18	39	v.v. Joel- ma Ana Antunes – licença prêmio	06/08/12 a 30/08/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração de Caçador, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.905

PORTARIA Nº 21.905, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, da Secretaria de Educação, abaixo relacionada especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, a contar de 03 de agosto de 2012:

Cód.	nome	cargo	c.h. antiga	c.h. atual
11834	Alana Karine Baldicera	Professora	20	14

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.906

PORTARIA Nº 21.906, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 21.576, de 12/04/2012, que CONTRATOU, por tempo determinado, diversos(as) cidadãos(ãs), para atuarem junto a Secretaria de Educação, no que se refere ao local de trabalho da servidora abaixo relacionada, que passa a ser:

Nome	Cargo	CH	Atuação	Razão	Período
Elisandra Pires de Moraes Balatka	Servente da Educação	44	Depósito Central de Merenda	Vaga Transi- tória	24/07/12 a 21/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012..

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.907

PORTARIA Nº 21.907, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seus filhos, especificando código, nome, cargo, dia do nascimento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Dia nascimento
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	Aux. Creche e Berçário	25/07/12
216	Iraci dos Santos	Professora	17/07/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.908

PORTARIA Nº 21.908, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	Aux. Creche e Berçário	Educação	25/07/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.909

PORTARIA Nº 21.909, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com Processo Seletivo – Edital 004/2011, homologado pelo Decreto nº 5.109, de 20/12/2011, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Fábio Alves de Oliveira	Prof. 2º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Irineu V. José	v.v. Marlene Baziuk – licença médica	30/07/12 a 13/08/12
Francine de Matias	Aux. Biblioteca	1.4/A	40	20h – EMEB Hilda G. Sousa 20h EMEB Mª L. Barbosa	Vagas excedentes	1º/08/12 a 21/12/12
Isamara Camargo Alves Peretti Maia	Prof. Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sininho	v.v. Andressa De Bastiani – a disposição SEMEC	18/07/12 a 21/12/12
Maria Juvinde Hirsch	Auxiliar Creche	2.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	v.v. Lucio – licença médica	13/07/12 a 28/08/12
Silvana Maria Pereira Machado	Auxiliar Creche	2.1/A	40	EMEB Hilda G. Sousa	v.v. Maria de Fátima Crestani – licença médica	31/07/12 a 21/08/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário Da Educação.

Portaria Nº 21.910

PORTARIA Nº 21.910, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com Processo Seletivo - Edital 006/2012, homologado pelo Decreto nº 5.263, de 25/06/12, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Maria Alice Alves Cardoso	Merendeira Escolar	1.5/A	44	CMEI Pierina Adami	VV Marcia Alves da Luz - licença médica	30/07/2012 a 21/08/2012
Michele Aline Pinto Zir	Especialista/Orientadora Educacional	1.3/A	40	EMEB Walcine N. Garcia	VV Ema D'Agostini - licença médica	1º/08/2012 a 03/09/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário Da Educação.

Portaria Nº 21.912

PORTARIA Nº 21.912, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 71, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal IVANISE APARECIDA DE SOUZA MELLO CORDEIRO, ocupante do cargo de Merendeira Escolar, com exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada junto a Secretaria de Educação, a partir de 06 de agosto de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de

2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 21.913

PORTARIA Nº 21.913, de 1º de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 71, inciso V da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Merendeira Escolar com carga horária de 44h semanais, da Secretaria de Educação, ocupado pela Servidora Pública Municipal IVANISE APARECIDA DE SOUZA MELLO CORDEIRO, por motivo de pedido de exoneração, a partir de 06 de agosto de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 1º de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Aviso de Alteração e Prorrogação de Prazo 22-2012 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR
Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
ALTERA ESPECIFICAÇÕES E PRORROGA PRAZO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Alteração das especificações técnicas no Edital de aquisição de uma empilhadeira nova.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 27/08/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 27/08/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Avenida Santa Catarina, 195, no site do Município de Caçador: www.cacador.sc.gov.br ou pelo e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 08 de Agosto de 2012.
LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Presidente da FUNDEMA

Aviso de Alteração e Prorrogação de Prazo PR 21-2012 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR
Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
ALTERA ESPECIFICAÇÕES E PRORROGA PRAZO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2012
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Alteração das especificações técnicas no Edital de aquisição de dois veículos utilitários, zero quilometro ano e modelo 2012/2013.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 24/08/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 24/08/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Avenida Santa Catarina, 195, no site do Município de Caçador: www.cacador.sc.gov.br ou pelo e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 08 de Agosto de 2012.
LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Presidente da FUNDEMA

Aviso Licitação PR 30-2012 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 30/2012 - FMS
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA DESTINADOS A SECR. DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 23/08/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 23/08/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 08 de agosto de 2012.
DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Contrato 80 - 2012 Saúde

Contrato 80/2012 FMS - Prorrogação de prazo ao contrato nº 20/11 para AQUISIÇÃO DE 25 EQUIPAMENTOS PARA ACESSO A INTERNET E INTERLIGAÇÃO VIA RÁDIO DESTINADOS AOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO processo licitatório nº 54/10, PR nº 25/10. CONTRATADO: CONECT INFORMATICA LTDA. Valor: R\$ 12.113,5224 Prazo: 12 meses.

Camboriú

PREFEITURA

Anulação do PR 25/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2012-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 102/2012 cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, NO QUE SE REFERE A CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO E CAIXAS DE CONTENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, CONFECÇÃO DE GRELHAS E TAMPAS PARA CAIXAS DE CONTENÇÃO, REPAROS EM REDES DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DEMAIS REPAROS NECESSÁRIOS, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 09 de Agosto de 2012.
MILTON ANTONIO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

PR 27/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2012-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, NO QUE SE REFERE A CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO E CAIXAS DE CONTENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, CONFEÇÃO DE GRELHAS E TAMPAS PARA CAIXAS DE CONTENÇÃO, REPAROS EM REDES DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DEMAIS REPAROS NECESSÁRIOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 21 (vinte e um) de Agosto de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 09 de Agosto de 2012.
MILTON ANTONIO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA**Portaria Nº 9.278 de 08 de Agosto de 2012**

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.278 DE 08 DE AGOSTO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS A DIRETORA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Diretora de Saúde, ELIANA PESSOA MACHADO COLLET, Registro no Sistema sob nº 954718, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) A Diretora de Saúde gozará as férias no período de 13 de agosto de 2012 á 22 de agosto de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 08 de agosto de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.279 de 09 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.279 DE 09 DE AGOSTO DE 2012
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a partir de 06 de agosto de 2012 a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora, Cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Srª. CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367100.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria, até a data de 06 de outubro de 2012 e será custeada pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de agosto de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.280 de 09 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.280 DE 09 DE AGOSTO DE 2012
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Agente Operacional I, ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema sob nº 318790, por motivo de doença, pelo período 16 de julho de 2012 a 30 de outubro de 2012.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 16 de julho de 2012 á 30 de julho de 2012, já o período de 31 de julho de 2012 á 30 de outubro de 2012, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 16 de julho de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.281 de 09 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.281 DE 09 DE AGOSTO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Agente Operacional I, MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 356, Registro no Sistema sob nº 376720, por motivo de doença, pelo período 18 de julho de 2012 a 06 de outubro de 2012.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 18 de julho de 2012 á 01 de agosto de 2012, já o período de 02 de agosto de 2012 á 06 de outubro de 2012, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 18 de julho de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.282 de 09 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.282 DE 09 DE AGOSTO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - MARINÊS WOYESKOVSKY UHLIG, Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 0229, Registro no Sistema sob nº 310540, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2012.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, no valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 02 de abril de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2012, foi pago o valor de R\$ 114,93 (cento e quatorze reais, noventa e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012. Fica retido o valor de R\$ 14,21 (quatorze reais, vinte e um centavos), referente a contribuição da servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 28,46 (vinte e oito reais, quarenta e seis centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de junho de 2012, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.768 de 19/07/2012 Republicado

REPUBLICADO

LEI Nº 3.768 DE 19/07/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO GERAL DO MUNICÍPIO, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHA-NÁZIO E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE



LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento Geral do Município, da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e do Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 8.614.308,00 (oito milhões, seiscentos e quatorze mil e trezentos e oito reais) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEP. DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJ./ATIV.: 1.056 - CONST., AMPLIAÇÕES E REF. NO ESPORTE MUNICIPAL

ELEM. DE DESPESA: 35 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 1.750.000,00 (UM MILHÃO SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.027 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA COMAD

ELEM. DE DESPESA: 113 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 10.000 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.059 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E PARQUES INFANTIS

ELEM. DE DESPESA: 38 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.037 - MANUTENÇÃO DO DEP. ESTRADAS E RODAGENS

ELEM. DE DESPESA: 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

PROJ./ATIV.: 2.062 - MANUT. DA FUND. HOSP. DR. JOSÉ ATHANÁZIO-REC. PRÓPRIOS

ELEM. DE DESPESA: 6 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 1.300.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.064 - MANUT. DO FDO MUN. SAÚDE - REC. PRÓPRIOS

ELEM. DE DESPESA: 7 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 2.336.000,00 (DOIS MILHÕES TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL REAIS)

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

PROJ./ATIV.: 2.000 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

ELEM. DE DESPESA: 90 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 338.000,00 (TREZENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

PROJ./ATIV.: 2.000 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

ELEM. DE DESPESA: 88 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 8.300,00 (OITO MIL E TREZENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 - DEP. DE DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJ./ATIV.: 2.004 - MANUT. DEP. TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ELEM. DE DESPESA: 81 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 74.500,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 - DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJ./ATIV.: 2.004 - MANUT. DEP. TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ELEM. DE DESPESA: 82 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJ./ATIV.: 2.005 - MANUT. DEP. CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

ELEM. DE DESPESA: 79 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 98.000,00 (NOVENTA E OITO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEP. PESSOAL

PROJ./ATIV.: 2.006 - MANUT. DEP. PESSOAL

ELEM. DE DESPESA: 78 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 3.100,00 (TRÊS MIL E CEM REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEP. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ./ATIV.: 2.008 - MANUT. DEP. FINANÇAS

ELEM. DE DESPESA: 69 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 1.050,00 (UM MIL E CINQUENTA REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEP. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ./ATIV.: 2.002 - MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ELEM. DE DESPESA: 70 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 87.200,00 (OITENTA E SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEP. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ./ATIV.: 2.002 - MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ELEM. DE DESPESA: 72 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 06 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS

PROJ./ATIV.: 2.022 - MANUT. DEP. DE ASSIST. SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS

ELEM. DE DESPESA: 25 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 06 - DEP. HABITACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.024 - MANUT. DEP. HABITACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 21 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 9.100,00 (NOVE MIL E CEM REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 06 - DEP. HABITACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.024 - MANUT. DEP. HABITACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 22 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS)

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DEP. DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.028 - MANUT. DEP. DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

ELEM. DE DESPESA: 13 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DEP. DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.028 - MANUT. DEP. DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

ELEM. DE DESPESA: 14 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 2.600,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEP. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ./ATIV.: 2.030 - MANUT. DEP. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ELEM. DE DESPESA: 10 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEP. DO TURISMO

PROJ./ATIV.: 2.031 - MANUT. DEP. DO TURISMO

ELEM. DE DESPESA: 2 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEP. DO TURISMO

PROJ./ATIV.: 2.031 - MANUT. DEP. DO TURISMO

ELEM. DE DESPESA: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 1.050,00 (UM MIL E CINQUENTA REAIS)

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 28 - DEP. DA JUVENTUDE E LAZER

PROJ./ATIV.: 2.040 - MANUT. DEP. DA JUVENTUDE E LAZER

ELEM. DE DESPESA: 33 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 1.600,00 (UM MIL E SEISCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.037 - MANUT. DEP. DE ESTRADAS E RODAGENS

ELEM. DE DESPESA: 45 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0

APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 468.000,00 (QUATROCENTOS E SESENTA E OITO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.037 - MANUT. DEP. DE ESTRADAS E RODAGENS

ELEM. DE DESPESA: 146 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 11.109,50 (ONZE MIL CENTO E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.037 - MANUT. DEP. DE ESTRADAS E RODAGENS

ELEM. DE DESPESA: 44 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 21.890,50 (VINTE E UM MIL OITOCENTOS E NOVENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 - DEP. DE ENGENHARIA

PROJ./ATIV.: 2.033 - MANUT. DEP. DE ESTRADAS E RODAGENS

ELEM. DE DESPESA: 31 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 134.000,00 (CENTO E TRINTA E QUATRO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.036 - MANUT. DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 53 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 389.200,00 (TREZENTOS E OITENTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.036 - MANUT. DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 52 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 39.700,00 (TRINTA E NOVE MIL E SETECENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJ./ATIV.: 2.013 - MANUT. DEP. DE ENSINO FUNDAMENTAL

ELEM. DE DESPESA: 95 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 992.358,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS MIL TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS)

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

PROJ./ATIV.: 1.000 - REEQ. GABINETE PREFEITO - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

ELEM. DE DESPESA: 1 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 58.156,60 (CINQUENTA E OITO MIL CENTO E

CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 02 - SEC. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 1.001 - REFORMAS E MANUTENÇÃO NO PAÇO MUNICIPAL

ELEM. DE DESPESA: 87 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 132.310,15 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL TREZENTOS E DEZ REAIS E QUINZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 02 - SEC. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJ./ATIV.: 1.002 - REEQ. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELEM. DE DESPESA: 84 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 197,30 (CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 02 - SEC. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJ./ATIV.: 1.002 - REEQ. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELEM. DE DESPESA: 137 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 6.735,79 (SEIS MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 03 - SEC. DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJ./ATIV.: 2.005 - MANUTENÇÃO DEP. CONTABILIDADE E PAT. DO MUNICÍPIO

ELEM. DE DESPESA: 80 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SEC. DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 07 - DEP. DE COMPRAS

PROJ./ATIV.: 2.007 - MANUTENÇÃO DEP. DE COMPRAS

ELEM. DE DESPESA: 74 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 26.800,00 (VINTE E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 03 - SEC. DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEP. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ./ATIV.: 1.068 - REEQ. SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ELEM. DE DESPESA: 73 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.018 - REEQ. ENSINO FUNDAMENTAL

ELEM. DE DESPESA: 64 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 4.231,50 (QUATRO MIL DUZENTOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.018 - REEQ. ENSINO FUNDAMENTAL

ELEM. DE DESPESA: 91 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 540.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJ./ATIV.: 2.016 - MANUTENÇÃO DA EDUC. PARA ALUNOS ESPECIAIS

ELEM. DE DESPESA: 114 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 35.873,13 (TRINTA E CINCO MIL OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E TREZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - ESCOLAS ITINERANTES

ELEM. DE DESPESA: 94 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 5.253,12 (CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.021 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE ESCOLAR

ELEM. DE DESPESA: 122 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 10.506,25 (DEZ MIL QUINHENTOS E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJ./ATIV.: 1.013 - CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMA NO ENSINO INFANTIL

ELEM. DE DESPESA: 111 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 525.312,50 (QUINHENTOS E VINTE E CINCO MIL TREZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJ./ATIV.: 1.013 - CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMA NO ENSINO INFANTIL

ELEM. DE DESPESA: 112 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJ./ATIV.: 1.014 - CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS NAS CRECHES

ELEM. DE DESPESA: 110 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 130.776,33 (CENTO E TRINTA MIL SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJ./ATIV.: 1.017 - REEQ. DO ENSINO INFANTIL

ELEM. DE DESPESA: 107 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 204.871,88 (DUZENTOS E QUATRO MIL OITOCENTOS E SETENTA E UM REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJ./ATIV.: 2.011 - MANUT. DEP. EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

ELEM. DE DESPESA: 104 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0

APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 604.000,00 (SEISCENTOS E QUATRO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR
PROJ./ATIV.: 2.011 - MANUT. DEP. EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR
ELEM. DE DESPESA: 105 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 1.396.760,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR
PROJ./ATIV.: 2.011 - MANUT. DEP. EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR
ELEM. DE DESPESA: 106 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 1.603.240,00 (UM MILHÃO SEISCENTOS E TRÊS MIL DUZENTOS E QUARENTA REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR
PROJ./ATIV.: 2.015 - MANUT. DE CRECHES
ELEM. DE DESPESA: 102 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJ./ATIV.: 1.015 - CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REF. NO ENSINO FUNDAMENTAL
ELEM. DE DESPESA: 98 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 40.233,64 (QUARENTA MIL DUZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJ./ATIV.: 1.015 - CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REF. NO ENSINO FUNDAMENTAL
ELEM. DE DESPESA: 99 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 2.056,13 (DOIS MIL CINQUENTA E SEIS REAIS E TREZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 - SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJ./ATIV.: 2.013 - MANUTENÇÃO DO DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL
ELEM. DE DESPESA: 96 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 126.000,00 (CENTO E VINTE E SEIS MIL REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS
PROJ./ATIV.: 1.006 - REEQ. SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
ELEM. DE DESPESA: 27 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 50.200,00 (CINQUENTA MIL E DUZENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS

PROJ./ATIV.: 2.022 - MANUTENÇÃO DEP. ASSIST. SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS
ELEM. DE DESPESA: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 49.000,00 (QUARENTA E NOVE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 15 - DEP. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO
PROJ./ATIV.: 2.023 - MANUTENÇÃO DEP. ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO
ELEM. DE DESPESA: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 16 - DEP. HABITACIONAL
PROJ./ATIV.: 1.007 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS
ELEM. DE DESPESA: 20 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 97.368,80 (NOVENTA E SETE MIL TREZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 17 - DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
PROJ./ATIV.: 2.025 - MANUTENÇÃO DEP. PRO. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
ELEM. DE DESPESA: 19 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 21.170,00 (VINTE E UM MIL CENTO E SETENTA REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 17 - DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
PROJ./ATIV.: 2.025 - MANUTENÇÃO DEP. PROJ. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
ELEM. DE DESPESA: 18 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 18 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL
PROJ./ATIV.: 2.026 - MANUTENÇÃO DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL
ELEM. DE DESPESA: 17 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 18.700,00 (DEZOITO MIL E SETECENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 05 - SEC. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 18 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL
PROJ./ATIV.: 2.026 - MANUTENÇÃO DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL
ELEM. DE DESPESA: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 23.700,00 (VINTE E TRÊS MIL E SETECENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 06 - SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEP. DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJ./ATIV.: 2.079 - MANUT. PROGRAMA HORAS MÁQUINAS - SEC. AGRICULTURA
ELEM. DE DESPESA: 12 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 49.100,00 (QUARENTA E NOVE MIL E CEM REAIS)

ÓRGÃO: 07 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 18 - DEP. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ./ATIV.: 2.032 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM GERAL

ELEM. DE DESPESA: 6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 35.670,00 (TRINTA E CINCO MIL SEISCENTOS E SETENTA REAIS)

ÓRGÃO: 07 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 18 - DEP. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ./ATIV.: 2.042 - PROMOÇÃO DE FEIRAS, EXP. E EVENTOS AGROPECUÁRIOS
ELEM. DE DESPESA: 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 55.358,02 (CINQUENTA E CINCO MIL TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E DOIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 07 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 18 - DEP. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ./ATIV.: 2.081 - REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO
ELEM. DE DESPESA: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 87.145,03 (OITENTA E SETE MIL CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 07 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 22 - DEP. DO TURISMO
PROJ./ATIV.: 1.005 - REEQ. DO DEP. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
ELEM. DE DESPESA: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 57.615,38 (CINQUENTA E SETE MIL SEISCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 07 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 22 - DEP. DO TURISMO
PROJ./ATIV.: 2.031 - MANUTENÇÃO DO DEP. DE TURISMO
ELEM. DE DESPESA: 150 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 4.373,66 (QUATRO MIL TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 08 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
PROJ./ATIV.: 1.065 - IMPLANTAÇÃO DA PERIMETRAL OESTE
ELEM. DE DESPESA: 29 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
PROJ./ATIV.: 2.033 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
ELEM. DE DESPESA: 60 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS
PROJ./ATIV.: 1.058 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS E EDIFICAÇÕES
ELEM. DE DESPESA: 32 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

ÓRGÃO: 08 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS
PROJ./ATIV.: 2.035 - MAN. SUBSECRETARIA SERV. URBANOS E PROD. DE MATERIAIS
ELEM. DE DESPESA: 59 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 9.279,15 (NOVE MIL DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E QUINZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 08 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJ./ATIV.: 1.009 - REALIZAÇÃO OBRAS E REF. NA SEC. TRANSP, OBRAS E URBANISMO
ELEM. DE DESPESA: 40 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 247.494,13 (DUZENTOS E QUARENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TREZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 08 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJ./ATIV.: 1.011 - REEQ. SEC. TRANSP, OBRAS E URBANISMO
ELEM. DE DESPESA: 42 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 345.844,70 (TREZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 09 - SEC. DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJ./ATIV.: 2.039 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
ELEM. DE DESPESA: 37 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 555.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 09 - SEC. DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER
PROJ./ATIV.: 2.040 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER
ELEM. DE DESPESA: 34 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
PROJ./ATIV.: 1.023 - REEQ. DO FUNDO AGROPECUÁRIO
ELEM. DE DESPESA: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 10.754,40 (DEZ MIL SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
PROJ./ATIV.: 1.024 - CONST., AMPL. E REF. ATRAVÉS FUNDO DESENV. AGROPECUÁRIO
ELEM. DE DESPESA: 3 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
PROJ./ATIV.: 1.048 - AQUIS. DE PROD. REVENDA ATRAVÉS FUNDO DESENV. AGROPECUÁRIO
ELEM. DE DESPESA: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
PROJ./ATIV.: 1.049 - CONCESSÃO DE EMP. E FINANC. ATRAVÉS

DO FDO DESENV. AGROP.

ELEM. DE DESPESA: 5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 11 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA

UNIDADE: 01 - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA

PROJ./ATIV.: 4.042 - PROMOÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS AGROPECUÁRIOS

ELEM. DE DESPESA: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 42.025,00 (QUARENTA E DOIS MIL E VINTE E CINCO REAIS)

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJ./ATIV.: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL

ELEM. DE DESPESA: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 1.027 - OBRAS, REF. E AMPL. NA ASSIST. SOCIAL DO MUN., INCLUSIVE CRAS

ELEM. DE DESPESA: 15 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.053 - MANUTENÇÃO DO PROG. APOIO A PESSOAS PORT. NECES. ESPECIAIS

ELEM. DE DESPESA: 2 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 37.600,00 (TRINTA E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.053 - MANUTENÇÃO DO PROG. APOIO A PESSOAS PORT. NECES. ESPECIAIS

ELEM. DE DESPESA: 1 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.055 - MANUT. DO PROG. CRAS - CENTRO DE REF. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELEM. DE DESPESA: 6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 16 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.031 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS - FDO HABITACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 16 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.031 - IMPLANTAÇÃO DE PROJ. HABITACIONAIS - FDO HABITACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 23.150,02 (VINTE E TRÊS MIL CENTO E CINQUENTA

REAIS E DOIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 16 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.032 - REEQ. FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 6 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 2.101,25 (DOIS MIL CENTO E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 16 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.032 - MANUT. DAS ATIVIDADES FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

ELEM. DE DESPESA: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 16 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJ./ATIV.: 1.033 - FINANC. E EMP. PARA CONST. E REFORMA DA HABITAÇÃO

ELEM. DE DESPESA: 8 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 5.253,13 (CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E TREZE CENTAVOS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

ELEM. DE DESPESA: 2 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

ELEM. DE DESPESA: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.047 - MANUT. DO CONSELHO DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ELEM. DE DESPESA: 8 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.047 - MANUT. CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ELEM. DE DESPESA: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 98.818,50 (NOVENTA E OITO MIL OITOCENTOS E DEZOITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJ./ATIV.: 1.067 - CRIAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL

ELEM. DE DESPESA: 1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS

VALOR: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJ./ATIV.: 2.083 - MANUT. FUNDAÇÃO MUN. DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
ELEM. DE DESPESA: 2 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJ./ATIV.: 2.083 - MANUT. FUNDAÇÃO MUN. MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
ELEM. DE DESPESA: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJ./ATIV.: 2.084 - MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ELEM. DE DESPESA: 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 12.840,00 (DOZE MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJ./ATIV.: 2.084 - MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ELEM. DE DESPESA: 6 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJ./ATIV.: 2.085 - MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ELEM. DE DESPESA: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 5.432,50 (CINCO MIL QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
PROJ./ATIV.: 2.085 - MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ELEM. DE DESPESA: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 APLICAÇÕES DIRETAS
VALOR: R\$ 5.000 (CINCO MIL REAIS)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
19 de julho de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

OBS.: republicado por erro de digitação

SAMAE

Portaria 043/2012

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 043/2012, DE 09 de Agosto de 2012

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o parecer da Procuradoria Jurídica do Município;

Com amparo nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 12/2011 - que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE.

RESOLVE

Art. 1º Conceder à servidora VILMA APARECIDA CAMARGO SUSIN, a incorporação no valor total de R\$ 66,24 (Sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor das funções de Chefe de Seção, Coordenadora da Autarquia e Técnica em Segurança do Trabalho, conforme períodos a seguir:

Chefe de Seção - Período compreendido entre 01/06/1996 à 29/07/1996 - 59 dias;

Chefe de Seção - Período compreendido entre 01/09/1997 à 30/09/1997 - 71 dias;

Coordenadora da Autarquia - Período compreendido entre 30/08/1996 à 07/10/1996 - 41 dias;

Coordenadora da Autarquia - Período compreendido entre 01/11/1996 à 20/11/1996 - 20 dias;

Coordenadora da Autarquia - Período compreendido entre 01/07/1997 à 30/07/1997 - 30 dias;

Coordenadora da Autarquia - Período compreendido entre 19/01/1998 à 02/02/1998 - 13 dias.

Técnica de Segurança do Trabalho - Período compreendido entre 02/01/2012 à 11/05/2012 - 131 dias

Art. 2º A incorporação do valor descrito no artigo 1º, constará em campo próprio na folha de pagamento;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Anulação do Pregão Eletrônico N.º 06/2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 89/2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2012
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Eletrônico n.º 06/2012, que tem por objeto aquisição de 01 (uma) motocicleta nova, zero quilometro, ano e modelo igual ou superior a 2012, destinada ao policiamento da cidade de canoinhas. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Publicação do Resultado da Dispensa de Licitação N.º FMS 3/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 25/2012
DISPENSA DE LICITACAO N.º FMS 3/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado da Dispensa de Licitação N.º FMS 3/2012. Objeto: CREDENCIAMENTO DE LICITANTES INTERESSADAS NO FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, (RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DO SUS - UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E . Contratada: C.I. ANDRADE SOARES MACHADO & CIA LTDA. Valor: R\$ 13.440,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado da Dispensa de Licitação N.º FMS 4/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 24/2012
DISPENSA DE LICITACAO N.º FMS 4/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado da Dispensa de Licitação N.º FMS 4/2012. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LICITANTES INTERESSADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE LECO (LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA), DESTINADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS.. Contratada: LITOCENTRO CANOINHAS SS LTDA. Valor: R\$ 6.880,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado da Dispensa de Licitação N.º FMS 4/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 26/2012
DISPENSA DE LICITACAO N.º FMS 4/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado da Dispensa de Licitação N.º FMS 4/2012. Objeto: CREDENCIAMENTO DE LICITANTES INTERESSADAS NO FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, (RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DO SUS - UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E . Contratada: CLAUDIO SIMM. Valor: R\$ 48.440,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado da Tomada de Preço N.º FMS 3/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 10/2012
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 3/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado da Tomada de Preço nº FMS 3/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE BARRA MANSA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO. Contratada: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. Valor: R\$ 29.402,66.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado da Tomada de Preço N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 19/2012
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado da Tomada de Preço N.º FMS 6/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COHAB I , COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: RAINHHA CONSTRUTORA LTDA. Valor: R\$ 112.574,15.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Eletrônico N.º FMS 5/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 5/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico N.º FMS 5/2012. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, A SEREM UTILIZADOS PELO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES. Contratada: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. Valor: R\$ 18.349,95.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Eletrônico N.º FMS 5/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 5/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico N.º FMS 5/2012. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, A SEREM UTILIZADOS PELO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.. Contratada: DENTÁRIA E DISTRIB.HOSPIT.PORTO ALEGRENSE LTDA. Valor: R\$ 6.521,65.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Eletrônico N.º FMS 5/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 5/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico N.º FMS 5/2012. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, A SEREM UTILIZADOS PELO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES. Contratada: EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA. Valor: R\$ 1.837,60.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LEITO SEMI-INTENSIVO PARA NEONATOLOGIA E MOBILIÁRIO PARA O CENTRO OBSTÉTRICO E MATERNIDADE.. Contratada: DIXTAL BIOMEDICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Valor: R\$ 52.600,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LEITO SEMI-INTENSIVO PARA NEONATOLOGIA E MOBILIÁRIO PARA O CENTRO OBSTÉTRICO E MATERNIDADE. Contratada: EQUIPADORA HOSPITALAR COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA LTDA . Valor: R\$ 55.950,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LEITO SEMI-INTENSIVO PARA NEONATOLOGIA E MOBILIÁRIO PARA O CENTRO OBSTÉTRICO E MATERNIDADE. Contratada: FANEM LTDA. Valor: R\$ 14.200,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LEITO SEMI-INTENSIVO PARA NEONATOLOGIA E MOBILIÁRIO PARA O CENTRO OBSTÉTRICO E MATERNIDADE. Contratada: M.H.M. DO COUTO COMERCIAL - ME. Valor: R\$ 5.890,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LEITO SEMI-INTENSIVO PARA NEONATOLOGIA E MOBILIÁRIO PARA O CENTRO OBSTÉTRICO E MATERNIDADE.. Contratada: VITASONS CENTRO DE APOIO AUDITIVO LTDA. Valor: R\$ 22.500,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 6/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público o resultado do Pregão Presencial N.º FMS 6/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LEITO SEMI-INTENSIVO PARA NEONATOLOGIA E MOBILIÁRIO PARA O CENTRO OBSTÉTRICO E MATERNIDADE. Contratada: WEM Equipamentos Eletrônicos Ltda. Valor: R\$ 36.000,00.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Editais 001/2012 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAPINZAL

EDITAL Nº 001, 9 DE AGOSTO DE 2012

Torna público as diretrizes do processo de eleição/escolha dos representantes das entidades não governamentais que comporão o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, gestão 2.012/2.014, e dá outras providências.

ROSEMARI ZIMMERMANN BOARETTO, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na lei Federal nº 8.069/99, na Lei Municipal nº 2.427/2002 e alterações o presente EDITAL;

1. Da Assembleia

1.1 Data: 29/08/2012

Horário: 19 horas

Local: Câmara de Vereadores de Capinzal

1.2 A escolha acontecerá através de representantes de organizações não governamentais que estiverem inscritos.

1.3 O processo de escolha será coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

2. Da inscrição dos Representantes das entidades:

2.1 - Os representantes das organizações não governamentais, serão credenciados mediante a apresentação de documento de indicação da entidade, assinado por representante legal da entidade, contendo endereço de funcionamento, com nome e número do RG do representante indicado, nos termos do Anexo I - Ficha de Inscrição.

2.2 - O credenciamento dos representantes acontecerá de 20/08/2012 a 24/08/2012, das 8hs às 12hs e 14hs às 17hs, na Prefeitura Municipal de Capinzal, junto ao Gabinete do Vice-prefeito;

2.3 - Cada indicado só poderá representar uma única entidade.

3. Da Publicação dos inscritos:

3.1 Encerrado o prazo de inscrição, será publicado o edital com a relação dos representantes das entidades, na imprensa falada, e no mural público da Prefeitura Municipal de Capinzal.

4. Cronograma de realização:

10/08/2012 - Publicação do edital

20/08/2012 à 24/08/2012 - Inscrições representantes das entidades.

28/08/2012 - Publicação da relação dos inscritos.

29/08/2012 - Assembléia Geral de escolha dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, gestão 2.012/2.014

Local: Câmara de Vereadores

Hora: 19 horas

31/08/2012 - Publicação dos escolhidos pela assembléia.

04/09/2012 - Posse dos Conselheiros representantes da sociedade civil e indicados pelo executivo e eleição da presidência.

Local: Gabinete do Prefeito

Hora: 9:00 hs

Capinzal (SC), 9 de agosto de 2.012.

ROSEMARI ZIMMERMANN BOARETTO
Presidente do CMDCA

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

A - Dados dos Representantes:

1. Nome: _____

Endereço: _____ nº. _____

Bairro _____ Cidade: _____

Telefone Residencial: _____ Cel. _____

Fax: _____

RG _____ CPF _____

Data Nasc. ____/____/____

e-mail: _____

Assinatura: _____

2. Nome: _____

Endereço: _____ nº. _____

Bairro _____ Cidade: _____

Telefone Residencial: _____ Cel. _____

Fax: _____

RG _____ CPF _____

Data Nasc. ____/____/____

e-mail: _____

Assinatura: _____

B - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____ CNPJ: _____



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Endereço: _____
_____ nº. _____ Bairro _____ Cidade: _____
_____ UF: CEP: _____
Telefone: _____ Fax: _____ e-mail _____

Os nomes acima citados são os indicados para participar da escolha dos membros do CMDCA gestão 2012/2014.

Assinatura do representante legal da entidade

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 73/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 73/2012 - PM

Nº. do Contrato: 73/2012.

Vigência: 09/08/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório nº 49/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA.

Valor: R\$ 26.017,10 (vinte e seis mil dezessete reais e dez centavos).

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para composição de merenda escolar do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, Creche Municipal e Jardim de Infância.

DATA DA ASSINATURA: 09 de agosto de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 8/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de materiais de consumo médico, odontológico e preservativos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 22/08/2012.

Início da Sessão: dia 22/08/2012, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às

11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 09 de agosto de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial SRP Nº 88/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2012- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas máquinas para prestação de serviço de fresagem em ruas urbanas deste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/08/2012.

Abertura: dia 24/08/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 09 de agosto de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aplicação de Sanções - Cordial Distribuidora de Automóveis Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 140/2012

Pregão Presencial nº 61/2012

Contrato nº 269/2012

Detentora: CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA

APLICA-SE à empresa CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 85.102.549/0001-40, situada na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 1452, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC, CEP 89.700-000, representada neste ato, pelo seu sócio administrador Sr. Alvanir Fernando Zuse, inscrito no CPF sob nº 231.568.640-72, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- multa no valor de R\$ 3.618,15 (três mil seiscentos e dezoito reais e quinze centavos), referente a 23 dias de atraso na entrega do item 1 da Ordem de Compra nº 2594/2012.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos da alínea "f", do inciso "I", do art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 09 de agosto de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Regulamento Festival Concórdia Em Dança 2012

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

REGULAMENTO FESTIVAL "CONCÓRDIA EM DANÇA 2012"

Capítulo I

DO FESTIVAL

Art. 1º - A Fundação Municipal de Cultura realiza a 4ª edição do Festival "Concórdia em Dança". O evento acontecerá nos dias 26 e 27 de outubro de 2012, no Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Município de Concórdia.

Art. 2º - O Festival "Concórdia em Dança 2012" tem como Comissão Organizadora os servidores da Fundação de Cultura de Concórdia: Sandra Mara Roman, Claurice Maura Zolet, Tiago Roberto D'Ávila dos Santos e Oneide Frühauf Zuqui.

Capítulo II

PARTICIPANTES E CATEGORIAS

Art. 3º - Poderão participar do Festival "Concórdia em Dança 2012", integrantes de grupos de dança nas categorias, modalidades e gêneros relacionados na tabela abaixo:

CATEGORIA	SOLO	DUO	TRIO	CONJUNTO 4 a 6 baila- rinos	Grupo Acima de 6 bailarinos
PRÉ-INFANTIL 06 a 09 anos	-	-	3'	4'	4'
INFANTIL 10 a 12 anos	-	-	3'	5'	5'
JÚNIOR 13 a 14 anos	3'	3'	3'	6'	6'
SÊNIOR 15 e 16 anos	3'	3'	4'	6'	6'
AVANÇADO 17 a 21 anos	3'	4'	4'	6'	6'
ADULTO AVANÇADO Acima de 22 anos	4'	5'	5'	7'	7'

Art. 4º - A categoria Pré-Infantil será apresentada em caráter de Mostra Avaliativa sendo premiada com troféus, medalhas e certificado de participação.

Art. 5º - O enquadramento em cada categoria será feito pela maior média de idade dos bailarinos.

Art. 6º - Além dos tempos máximos estabelecidos haverá uma tolerância de trinta segundos. Ultrapassando esta tolerância, cada segundo excedente será descontado 1/10 da pontuação final.

Capítulo III

GÊNEROS

Art. 7º - São gêneros integrantes deste Festival:

BALLET CLÁSSICO – Obras criadas pelos professores e/ou coreógrafos, estruturadas sobre a técnica de balé e que não pertençam ao repertório de grandes companhias. Pas de Deux sem variações e Coda.

BALLET CLÁSSICO DE REPERTÓRIO – Obras ou fragmentos de obras do repertório tradicional do balé clássico que pertençam ao

repertório de grandes companhias. Só poderão ser inscritos Grand Pas de Deux (com variação e Coda) na categoria Adulta e Pas De Deux (sem variação e Coda) nas categorias, juvenil, juvenil-avançado e adulto. Serão avaliados pela banca de jurados independentemente.

DANÇA CONTEMPORÂNEA – Obras estruturadas sob os princípios das escolas modernas e das obras criadas sob os preceitos da pós-modernidade.

DANÇA DE SALÃO – Danças populares (samba, salsa, tango, bolero, entre outros).

JAZZ – Coreografia estruturada sobre qualquer tendência do Jazz Dance e Musicais.

DANÇA DE RUA – Coreografias estruturadas sob qualquer tendência da Dança de rua.

SAPATEADO – Coreografias estruturadas sob a técnica do sapateado americano, exceto aquelas com conexão de dança étnica (espanhola, irlandesa, entre outras).

DANÇAS POPULARES – danças inspiradas no folclore, danças étnicas e de sapateio.

ESTILO LIVRE – Dança sem uma estrutura pré-estabelecida, podendo conter vários gêneros de danças.

Capítulo IV

DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - O prazo para inscrições será de 20 de agosto a 20 de setembro de 2012. Para inscrições enviadas através de serviço postal (sedex) será observada a data limite de postagem o dia 20 de setembro. Não serão aceitas inscrições posteriores à data mencionada. O envio do material é de total responsabilidade do grupo participante. A inscrição somente será efetivada com o recebimento de todos os documentos solicitados (preenchidos e assinados).

Art. 9º - O pagamento das inscrições deverá ser efetuado através de depósito bancário identificado com CPF ou CNPJ do responsável pela inscrição, em favor da Fundação Municipal de Cultura no Banco do Brasil/BESC. Agência 5236-1 e conta Corrente nº 0274.749-9. O comprovante de pagamento deverá ser anexado com a documentação de inscrição.

Art. 10. - Os grupos participantes poderão enviar o áudio de suas apresentações através dos e-mails: concordiaemdanca@concordia.sc.gov.br ou concordiaemdanca@gmail.com. Além do arquivo de áudio, o e-mail deverá conter: nome do grupo, cidade, nome da coreografia, categoria, gênero, modalidade e tempo da coreografia.

Art. 11. - As inscrições deverão ser postadas ou entregues diretamente na Fundação Municipal de Cultura, localizada no seguinte endereço:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA
RUA ABRAMO EBERLE, 322 – BAIRRO CENTRO
89700-000 - CONCÓRDIA – SC

Art. 12. - O valor da inscrição será de R\$ 15,00 por bailarino, sendo que cada bailarino poderá dançar até o máximo de 3 (três) coreografias.

Art. 13. - Relação de documentos necessários para a inscrição:

a) Comprovante original de pagamento da inscrição mencionando CPF ou CNPJ do responsável pela inscrição.

- b) Cópia do RG ou certidão de nascimento de todos os bailarinos, coreógrafo e apoio técnico.
- c) Documento comprobatório de liberação da coreografia (Anexo 3).
- d) Autorização dos pais ou responsáveis, para bailarinos menores de 18 anos.
- e) Comprovante de pagamento da inscrição conforme Art. 15 e 18 deste Regulamento.
- f) Disco compacto (CD) contendo SOMENTE A MÚSICA DA COREOGRAFIA. Constando na parte superior do CD as seguintes especificações:
NOME DO GRUPO
CIDADE
NOME DA COREOGRAFIA
GÊNERO – CATEGORIA – MODALIDADE
TEMPO DA COREOGRAFIA
- g) Ficha de inscrição preenchida para cada coreografia (Anexo 1).
Capítulo V
CLASSIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E PREMIAÇÃO

Art. 14. - A comissão julgadora será composta por uma banca de profissionais especializados em dança. Esta comissão é soberana quanto à decisão e classificação para a premiação sendo seu resultado irreversível. As avaliações dos jurados serão entregues aos responsáveis/coreógrafos após a entrega das premiações, no término do festival mediante devolução da ficha de avaliação aos organizadores do Festival.

Art.15. - Todos os bailarinos receberão certificados de participação.

Art. 16. - As coreografias premiadas com 3º, 2º e 1º lugar receberão troféu além do certificado de participação.

Art. 17. - A categoria Pré-Infantil será de caráter de Mostra Avaliativa e receberá troféu e medalha além do certificado de participação.

Art. 18. - Em cada categoria e modalidade (exceto pré-infantil) haverá três classificações que receberão troféus:

1º Lugar – maior média igual ou superior a 9,0.

2º Lugar – média imediatamente inferior ao 1º lugar, sendo acima de 8,0.

3º Lugar – média imediatamente inferior ao 2º lugar, sendo acima de 7,0.

Parágrafo único: Em caso de empate caberá a Comissão Julgadora a definição de classificação de 1º, 2º e 3º lugares para cada categoria e modalidade.

Art. 19. - Serão entregues quatro premiações especiais em dinheiro aos grupos eleitos pela Comissão Julgadora, conforme descrito:

Melhor grupo do festival receberá troféu e premiação de R\$ 1.620,00.

Melhor trabalho coreográfico receberá troféu e premiação de R\$ 1.080,00.

Melhor bailarino receberá troféu e premiação de R\$ 540,00.

Melhor bailarina receberá troféu e premiação de R\$ 540,00.

Parágrafo único: A premiação em dinheiro será entregue imediatamente após o término de todas as apresentações do festival, enquanto que, as demais premiações serão entregues após o

término de cada bloco de apresentação, conforme cronograma.

Capítulo VI CRONOGRAMA

Art. 20. - O Festival terá o seguinte cronograma:

DIA 25/10/2012 (QUINTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE
14H ÀS 17H	ENSAIO GERAL
19H ÀS 22H	ENSAIO GERAL

DIA 26/10/2012 (SEXTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE
7H ÀS 14H	ENSAIO GERAL
8H ÀS 11H30MIN	OFICINAS
15H	COMPETIÇÃO E APRESENTAÇÕES
20H	COMPETIÇÃO

DIA 27/10/2012 (SÁBADO)

HORÁRIO	ATIVIDADE
7H ÀS 12H	ENSAIO GERAL
8H ÀS 11H30MIN	OFICINAS
14H	COMPETIÇÃO E APRESENTAÇÕES
19H	ESPETÁCULO COM GRUPO CONVIDADO E COMPETIÇÃO

Capítulo VII DOS ENSAIOS

Art. 21. - Os horários dos ensaios no palco oficial serão definidos pela Comissão Organizadora e divulgados até o dia 10 de outubro de 2012, sem possibilidade de alteração.

Art. 22. - Para os ensaios no palco oficial, cada grupo terá duas vezes o tempo de sua coreografia. Se o grupo estiver no ensaio de sua coreografia e seu tempo expirar, a música será interrompida.

Art. 23. - Os grupos residentes no município de Concórdia terão o dia 25/10 (quinta-feira) a partir das 14h para ensaio no palco oficial, enquanto que os ensaios dos grupos originários de outros municípios serão nos dias 26 e 27/10 (sexta-feira e sábado) com início às 7h.

Capítulo VIII DOS ALOJAMENTOS

Art. 24. - A reserva dos alojamentos deverá ser efetuada juntamente com a inscrição, através do preenchimento do formulário especial (Anexo 4). Os alojamentos estarão à disposição dos grupos a partir das 12h do dia 25 de outubro de 2012, até às 10h do dia 28 de outubro 2012.

Art. 25. - Cada grupo que necessitar de alojamento deverá trazer colchonetes, travesseiros, roupas de cama e banho. Não serão disponibilizados equipamentos de cozinha nos alojamentos. Caso

ocorram danos materiais nos alojamentos, eles deverão ser ressarcidos pelo grupo participante.

Art. 26. - Os alojamentos serão vistoriados na chegada e saída de cada grupo.

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora do Festival não se responsabiliza por furto e ou extravio de objetos pessoais e de valores nos alojamentos, locais de ensaios e apresentações.

Capítulo IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. - A ordem de apresentações será divulgada dia 10 de outubro de 2012, através do site www.concordia.sc.gov.br, no mural da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia e pelo telefone (49) 3442.3930. A definição de datas da ordem de apresentação será de responsabilidade da Comissão Organizadora sendo vedada às escolas ou grupos inscritos a escolha de data e horário para apresentação.

Art. 28. - A iluminação do palco de apresentações terá afinação única.

Art. 29. - Cada grupo deverá ter um representante credenciado na cabine de som e luz durante o ensaio e apresentação de cada coreografia.

Art. 30. - Será permitida a utilização de cenários móveis, conforme consta na ficha de inscrição, sendo que para os mesmos haverá a tolerância de 30 segundos para colocação e remoção. A partir deste tempo, será descontado 1/10 na média final para cada segundo excedente.

Art. 31. - Fica expressamente proibido o uso de breu, efeitos com fogo, ou qualquer produto que possa danificar, sujar ou molhar o palco, sob pena de desclassificação.

Art. 32. - A utilização do som ao vivo não pode ultrapassar o tempo estipulado da coreografia ou alterar a estrutura do som do festival, nem atrapalhar o bom andamento do evento.

Art. 33. - Em caso de desistência, não serão devolvidas as taxas de inscrição.

Art. 34. - As credenciais, ordem de apresentação, cronogramas e mapa dos camarins deverão ser retirados na secretaria do evento. Cada grupo participante deverá chegar uma hora antes do horário de sua apresentação. Cada grupo será acompanhado por um assistente que auxiliará no decorrer do evento, na disposição dos camarins, entrada e saída do palco oficial e nos deslocamentos durante as apresentações. Apenas terão acesso aos camarins e área de preparação para apresentação, credenciados e identificados com crachás fornecidos pela organização.

Art. 35. - Os camarins deverão ser desocupados logo após as apresentações liberando-os para o grupo seguinte. Os coordenadores dos grupos são os responsáveis pela ordem e disciplina dentro dos camarins.

Art. 36. - As coreografias apresentadas pelas Oficinas de Dança da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia participarão somente como apresentações especiais, não competindo com os grupos inscritos no Festival.

Art. 37. - Os casos omissos a este documento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Concórdia/SC, 17 de Julho de 2012.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia

ANEXO 1

Festival Concórdia em Dança 2012 de 26 e 27 de outubro de 2012

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do Grupo: _____

Responsável: _____

Telefone para contato: _____

Endereço eletrônico: _____

Cidade: _____

Título da Coreografia: _____

Nome da Música: _____

Tempo da Coreografia: _____

Histórico da coreografia: _____

Categoria: _____

(classificação pela idade)

Gênero: _____

(jazz, ballet...)

Modalidade: _____

(solo, duo, trio)

Utilização de cenários móveis: () Sim () Não

Relação de Participantes:

PARTICIPANTES	IDADE	RG/CPF

Declaro para os devidos fins de direitos legais que estou ciente de todas as cláusulas e condições que regem o regulamento do Festival Concórdia em Dança 2012, comprometendo-me a segui-las em todas as fases. Autorizo a Fundação Municipal de Cultura de Concórdia a utilizar, sem ônus para o erário público, a imagem dos integrantes desta inscrição, por qualquer meio, durante o Festival ou em ocasião posterior, para fins de divulgação cultural, ainda que não relacionadas a este Festival.

Local e Data

Assinatura do Responsável

CPF:

ANEXO 2

Festival Concórdia em Dança 2012 de 26 e 27 de outubro de 2012

AUTORIZAÇÃO PARA OS MENORES DE 18 ANOS

Eu, _____ portador do CPF nº. _____, autorizo meu filho (a) _____, portador do CPF ou RG nº. _____, a participar do Festival de Dança "Concórdia em Dança 2012", que será realizado nos dias 26 e 27 de outubro de 2012, em Concórdia - SC.

_____, ____/____/2012

Assinatura do Responsável

ANEXO 03

Festival Concórdia em Dança 2012 de 26 e 27 de outubro de 2012

TERMO DE LIBERAÇÃO DA COREOGRAFIA



Eu, _____
_____, autor da coreografia _____
_____, no gênero _____
_____, interpretada pelo
grupo _____
_____ da cidade de _____
_____, (_____), declaro para os devidos fins que permito a apresentação da coreografia supracitada, no Festival "Concórdia em Dança 2012", que acontecerá nos dias 26 e 27 de outubro de 2012, na cidade de Concórdia (SC).

_____, ____/____/2012

Assinatura do Responsável (Coreógrafo)
CPF:

ANEXO 4

Festival Concórdia em Dança 2012 de 26 e 27 de outubro de 2012

INSCRIÇÃO PARA ALOJAMENTO

Nome do Grupo: _____
Responsável: _____
Telefone para contato: _____
Endereço eletrônico: _____
Total de participantes: _____
Data/horário previsto para chegada: _____
Data/horário previsto para saída: _____

Assinatura do Responsável pelo Grupo
CPF:

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 332/2012

PORTARIA N.º 332/2012, DE 06 DE AGOSTO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. OSMAR BREANSINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de agosto de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 333/2012

PORTARIA N.º 333/2012, DE 07 DE AGOSTO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. ALINE BREANSINI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de agosto de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 334/2012

PORTARIA Nº 334/2012, DE 07 DE AGOSTO DE 2012
REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria Municipal nº 16/2012, que dispõe sobre a concessão de Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% ao Servidor Municipal, Sr. HELVICO JOSE SABBI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, 07 de agosto de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 335/2012

PORTARIA Nº 335/2012, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
"DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL A EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o previsto na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto do Art. 85-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata sobre a designação de Agente de Desenvolvimento Local no Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Municipal, Sra. MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN, matrícula nº 29102, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 2º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º - O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - residir na área da comunidade em que atuar;
- II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e
- III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º - O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 3º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

- I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;
- VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;
- VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
- VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º - Esta Lei é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 5º - Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, em 08 de agosto de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em da supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 583 de 07 de Agosto de 2012.

LEI MUNICIPAL Nº 583 DE 07 de Agosto de 2012.

Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O Prefeito de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Art. 2º. Cria-se o Comitê Gestor Municipal das Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedores Individual – COGEMPE, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, às ME e às EPP de que trata esta Lei, competindo a ele:

I – regulamentar, mediante resoluções, a aplicação e a observância desta Lei;

II – gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas decorrentes dos capítulos desta Lei;

III – estabelecer o regimento interno do Comitê Gestor Municipal, disciplinando as omissões desta Lei.

Art. 3º. O Comitê Gestor Municipal das Micro Empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedor Individual – COGEMPE, de que trata a presente Lei, será constituído por 10 (dez) membros titulares, com direito a voto, cada qual com seu respectivo suplente, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:

I – O Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

II – Um representante do Comércio Local;

III – Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

IV – Um representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

V – Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

VI – Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social;

VII – Um representante do Conselho Regional de Contabilidade;

VIII – Um representante das Empresas de Pequeno Porte;

IX – Um representante do Micro Empresas;

X – Um representante dos Micro empreendedores Individual.

§ 1º – O Comitê Gestor Municipal das Micro Empresas, empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedor Individual – COGEMPE será presidido pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, que é considerado membro-nato.

§ 2º – O COGEMPE promoverá pelo menos uma conferência anual, a ser realizada preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, incluídos os outros Conselhos Municipais e das microrregiões.

§ 3º – O COGEMPE terá uma secretaria executiva, à qual competem as ações de cunho operacional emanadas pelo conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 4º – A secretaria executiva mencionada no parágrafo anterior será formada por três membros indicados pelo Presidente do COGEMPE, sendo o Secretário Executivo, Segundo Secretário Executivo e Terceiro Secretário Executivo do COGEMPE.

§ 5º – O município, com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do COGEMPE e de sua secretaria executiva.

Art. 4º. Os membros do COGEMPE serão indicados pelos órgãos ou pelas entidades a que pertençam e nomeados por portaria do chefe do Executivo municipal.

§ 1º – Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 02 (dois anos), sendo permitida recondução.

§ 2º – Os representantes das secretarias municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo.

§ 3º – O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º – As decisões e as deliberações do COGEMPE serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º – O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao município.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA.

Seção I

DAS DIRETRIZES

Art. 5º Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 6º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 7º Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 8º O Município adotará, para fins de cadastramento, a

codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II

DA CONSULTA DE VIABILIDADE E DA INSCRIÇÃO

Art. 9º É obrigatória à realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município www.coronelmartins.sc.gov.br, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida CNAE, o porte, localização e o grau de risco devem estar de acordo com a Tabela de Atividades da Lei Municipal V.P. 115/98 de 19 de Outubro de 1998, Anexo Único desta lei.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 60 dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do micro empreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º O microempreendedor individual deverá realizar a consulta de viabilidade para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 10. O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos

emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.
§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas à taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 11. A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município www.coronelmartins.sc.gov.br, após o deferimento da consulta de viabilidade.

Art. 12. Poderá ser concedido Alvará de funcionamento provisório para MPE e MEI desde que cumpra as normas de funcionamento e localização vigente, e demais regulamentações cumprindo a Lei Federal 128/2008 e a Lei Municipal 045/1994 (código Tributário) nas seguintes situações:

I) em residências;

II) em áreas desprovidas de regularização fundiária ou regulamentação precária;

III) dispensa de Habite-se de obras e construção, para Empreendedores Individuais até que permaneça seu enquadramento no MEI.

Parágrafo único: O Alvará de que se trata no caput será concedido num prazo máximo de 30 dias, posterior será concedido Alvará definitivo, ressalvado o não atendimento nas regulamentações em leis vigentes.

Seção III

DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 13. Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, o Chefe do Poder Executivo, por meio de Decreto, poderá criar a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I – disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II – emissão da certidão de zoneamento na área do empreendimento;

III – orientação a respeito dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

IV – emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

CAPÍTULO III

DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 14. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os micro empreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 15. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferiram receita bruta, no ano calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao

Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 16. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº. 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 17. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS em de acordo com a lei municipal complementa nº. 12 de 16 de Dezembro de 2003, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 18. As obrigações acessórias das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual ficam condicionadas a Resolução CGSN 10/2007 e suas alterações.

CAPÍTULO IV

DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 19. Poderá, o Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de Decreto, designar servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente Lei, observadas as especificidades locais.

§ 1º - A função de Agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob a supervisão do COGEMPE.

§ 2º - O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Residir na área da comunidade em que atuar;

II - Ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento, ou equivalente;

III - Ter concluído o ensino fundamental/primeiro grau;

§ 3º - Caberá ao agente de desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e

representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos, pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 21. Fica autorizado o Município de Coronel Martins a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

CAPÍTULO VI

DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção I

DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Art. 22. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais, nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº123/06.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 23. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a administração pública municipal deverá:

I – instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

II – divulgar as especificações de bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adêquiem os seus processos produtivos;

III – na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte;

IV – estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

Art. 24. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou na região.

Art. 25. Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II – inscrição no CNPJ, para fins de qualificação;

III – certidão atualizada de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).

Art. 26. A comprovação de regularidade fiscal das ME's e EPP's somente será exigida para efeitos de contratação e não como condição para participação na habilitação.

§ 1º – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º – Entende-se o termo “declarado vencedor” de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e, nos demais casos, o momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º – O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Art. 27. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a administração pública municipal poderá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º – O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o caput.

§ 2º – Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes no instrumento convocatório.

§ 3º – Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade e observando-se o seguinte:

I – a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento);

II – Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 28. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º – Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 29. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 32, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 32, será realizado sorteio entre elas para que se identifique a que primeiro

poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º – Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º – O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º – No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 4º – Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será de (02) dois dias úteis.

§ 5º – No caso de planilhas detalhadas, estas deverão ser readequadas pela EPP ou ME e entregues conjuntamente à nova proposta.

Art. 30. O Município poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor total do preço médio seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 31. O Município poderá, por meio do instrumento convocatório, dar tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, das seguintes formas:

I – Exigindo dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

II – Estabelecendo cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 1º – O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 2º – Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 32. Não se aplica o disposto nos artigos 25 a 29 quando:

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos Artigos 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

Art. 33. O valor licitado por meio do disposto nos artigos 25 a 31 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

Art. 34. O município proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da administração municipal sobre o que dispõe esta Lei.

Art. 35. A administração pública municipal definirá, em 180 dias a contar da data da publicação desta Lei, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do município, que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) e implantar controle estatístico para acompanhamento.

Art. 36. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a administração

pública municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do pregão presencial.

Seção II

ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL

Art. 37. A administração pública municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VII

DA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Art. 38. O município poderá celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1º – O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreende campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 2º – Com base no caput deste artigo, o município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades, com a finalidade de criar e implantar o setor de conciliação extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

CAPÍTULO VIII

DO ASSOCIATIVISMO

Art. 39. O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em cooperativas, na forma das sociedades previstas no artigo 56 da Lei Complementar Federal nº 123/06, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 40. A administração pública municipal deverá identificar a vocação econômica do município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas, por meio de associações e cooperativas.

Art. 41. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no município por meio de:

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, tendo em vista o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, tendo em vista a inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessão de bens e imóveis do Município.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto na mesma.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as demais disposições em contrário, em especial a Lei nº 519 de 15 de dezembro de 2009.

Coronel Martins, 07 de Agosto de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada em data supra

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADES CONSIDERADAS DE ALTO GRAU DE RISCO PARA AS QUAIS NÃO SERÁ CONCEDIDO ALVARÁ PROVISÓRIO.

(Codificação da Vigilância Sanitária)

INDUSTRIA DE ALIMENTOS

"MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO" "VALORES EM UFM"

11010 Conservas de Produtos de Origem Vegetal.....75,0

11029 Doces/Produtos de Confeitaria (c/creme).....75,0

11037 Massas Frescas.....75,0

11088 Panificação (Fabrica/Distribuição).....75,0

11045 Produtos Alimentícios Infantis.....75,0

11096 Produtos Congelados.....75,0

11053 Produtos Dietéticos.....75,0

11061 Refeições Industriais.....75,0

11070 Sorvetes e Semilares.....75,0

00000 Congeneres (acima)GRUPO 11.....75,0

*A CADA GRUPO DE PRODUTOS SECUNDÁRIOS (ACIMA),INDUSTRIALIZADOS PELA EMPRESA,SERÁ ACRESCIDO O VALOR DE.....15,0

LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS - 22

"MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO" "VALORES EM UFM"

22012 Açougue.....25,0

22020 Assadora de Aves e outros Tipos de Carne..... 5,0

22047 Casa de Carnes.....15,0

22055 Casa de Frios (Laticínios e Embutidos).....10,0

22098 Casa de Sucos/Caldo de Cana e Semilares..... 5,0

22110 Comércio Atacadista/Depós. de Prod. Perecíveis.30,0

22071 Confeitaria.....20,0

22080 Cozinha Clube/Hotel/Motel/Boite/Similares.....15,0

22101 Cozinha de Lactários/Hosp./Mater/Casas Saúde...15,0

22128 Feiras Livre/Comer.Amb.(C/venda carne/Pescado)..5,0

22136 Lanchonete e Petiscarias.....15,0

22250 Mercado Super/Mini(Somatório das Atividades....*

22152 Mercadoria/armazem (unica atividade).....10,0

22160 Padaria/panificadora.....20,0

22179 Pastelaria.....10,0

22187 Peixaria (Pescados e Frutos do Mar).....20,0

22209 Produtos congelados.....25,0

22217 Restaurantes/Bufet/Churrascaria.....25,0

22225 Rotisserie.....25,0

22233 Serv-Carro/drive-in/quiosqui/trailler/Similares10,0

22241 Sorveteria e/ou posto de venda.....10,0

00000 Congeneres (acima) Grupo-22.....15,0

ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE UMA ATIVIDADE (ACIMA),O VALOR DA TAXA SERÁ A SOMA EM UFM DAS ATIVIDADES

EXERCIDAS.**INDUSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE - 33**

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO VALOR EM UFM

33014 Agrotóxico75,0

33022 Cosméticos, Perfumes e produtos de higiene....75,0

33030 Insumos Farmacêuticos.....75,0

33049 Produtos Farmaceuticos.....75,0

33057 Produtos biológicos.....75,0

33065 Produtos de uso Laboratorial.....75,0

33073 Produtos de uso Médico/Hospitalar.....75,0

33081 Produtos de uso Odontológico75,0

33090 Próteses (ortp/Estética/Auditiva,etc.).....75,0

33103 Saneantes Domissanitários75,0

00000 Congeneres Acima75,0

PARA CADA ATIVIDADE SECUNDÁRIA(ACIMA) EXERCIDA PELO ESTABELECIMENTO, SERÁ ACRESCIDO O VALOR DE7,5

COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE - 44

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO - VALOR EM UFM

44016 Agrotóxicos.....25,0

44024 Com/Distrib. de Medicamentos.....25,0

44032 Com/Disrib.de Produtos Laboratoriais.....25,0

44040 Com/Distrib. de Produtos Méd/Hospitalar.....25,0

44059 Com/Distrib. de Produtos Odontológicos.....25,0

44067 Com/Distrib. de Produtos Veterinários.....25,0

44075 Com/Distrib. de Seneantes/Domissanitários....25,0

44083 Produtos Químicos.....25,0

00000 Congeneres (acima) Grupo - 4425,0

ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE UMA ATIVIDADE(ACIMA), O VALOR DA TAXA SERÁ A SOMA EM UFM DAS ATIVIDADES EXERCIDAS.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - 55

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

AMBULATÓRIOS/CLÍNICA - UFM

55018 Ambulatório Médico15,0

55026 Ambulatório Veterinário10,0

55034 Banco de Leite Humano5,0

55042 Banco de órgãos (Olhos, Rins,Figado etc.)....5,0

55050 Clínica Médica50,0

55069 Clínica Veterinária25,0

55077 Hemodiálise15,0

55093 Policlínica.....50,0

55085 Pronto Socorro.....10,0

FONTES DE RADIAÇÕES IONIZANTES UFM

55093 Medicina Nuclear.....50,0

55107 Radioimunoensaio25,0

55123 Radioterapia25,0

55131 Radiologia Médica25,0

55140 Radiologia Odontológica15,0

ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS UFM

55158 Farmácia (Alopática)75,0

55166 Farmácia (Homeopática)75,0

55174 Drogeria.....50,0

55182 Posto de Medicamentos25,0

55190 Dispensário de Medicamentos25,0

55204 Ervanária25,0

55212 Unidade Volante25,0

55115 Farmácia Privativa (Hosp./clínica/Assoc,etc25,0

ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES UFM

55255 Hospital Especializado .(Soma Ativid.).... *

55263 Hospital Geral(Soma Ativid.)... *

55271 Hospital Infantil.....(Soma Ativid.).....*

55280 Maternidade(Soma Ativid.).....*

ESTABELECIMENTOS LABORATORIAIS

55298	Laboratório de Análises Clínicas.....50,0
55301	Laboratório de Análises Bromatológicas....50,0
55310	Laboratório de Anatomia e Patologia.....50,0
55328	Laboratório de Cont.Qualidade Ind.Farmacêu.50,0
55336	Laboratório Químico-Toxicológico.....50,0
55395	Laboratório Cito-Genético.....50,0
ESTABELECIMENTOS DE HEMOTERAPIA UFM	
55344	Serviços de Hemoterapia.....50,0
55352	Banco de Sangue.....40,0
55360	Posto de Coleta de Sangue.....25,0
55379	Agência Transfucional de Sangue.....25,0
55387	Serviços Industrial Derivados de Sangue...50,0
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE - 66	
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO UFM	
66010	Boite.....25,0
66028	Desinsetisadora.....40,0
66036	Desratizadora.....40,0
66044	Estação Hidromineral/termal/climatério....25,0
66109	Radiologia Industrial.....50,0
66117	Sauna.....25,0
00000	Congeneres (acima) Grupo - 66.....10,0

Coronel Martins, 07 de Agosto de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 122, de 07 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº. 122, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal abaixo relacionado ocupante do seu respectivo Cargo em comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 07 de agosto de 2012:

NOME	CARGO
Valderes Carasek	Diretor do Departamento de Serviços Urbanos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 07 de agosto de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 124, de 07 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº. 124, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO A CONDUZIR VEÍCULO DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Valderes Carasek	Diretor do Departamento de Serviços Urbanos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 07 de agosto de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 123 de 07 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº. 123 DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública, Sra. Nelci Brena Maraschin, ocupante do Cargo de Agente de Saúde enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 07 de Agosto de 2012, conforme requerimento protocolado sob nº. 0133 de 07/08/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 07 de agosto de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIRO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 72, de 08 de Agosto de 2012.

PORTARIA Nº. 72, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Aldinha Carmen Severgnini, ocupante do Cargo

de Técnica em Contabilidade , a partir do dia 08 de Agosto de 2012, conforme cópia de atestado médico e benefício em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 08 de Agosto de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 160/12

EXTRATO DO CONTRATO 160/12

Processo de licitação nº 112/12

Pregão Eletrônico nº 006/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: KONRAD CURITIBA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.482.610/0002-61 e inscrição Estadual nº 20080489214, estabelecida na RODOVIA BR-116, KM-03 - Jardim América, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Aquisição de um veículo novo, tipo furgão, marca FORD - TRANSIT, para futura transformação em ambulância, para uso pela Secretaria de Saúde do Município de Corupá, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 006/12, parte integrante deste instrumento, incluindo-se a garantia e assistência técnica dos mesmos, durante o prazo de vigência contratual.

Valor do Contrato: R\$ 94.950,00 (Noventa e Quatro Mil e Novecentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 08/08/2012

Data da Vigência: 08/08/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 169/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a locação e prestação de serviço de rebaixamento de teto, revestimento de palco, locação arranjos e cerimonial, para o 25º Joguinhos Abertos de SC, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 22/08/2012, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 18:00 horas do dia 22/08/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente(13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de Agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 42/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS: ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL. CONFORME ANEXO 1 DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 27/08/2012, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 27/08/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 30 de Julho de 2012

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**Anexo I da RGF da Câmara Municipal de Curitiba**

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC - PODER LEGISLATIVO
 CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2011 A JUNHO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.130.633,45	0,00
Pessoal Ativo	1.130.633,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.130.633,45	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.130.633,45	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	55.741.369,97	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,03	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	3.344.482,20	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	3.177.258,09	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 23/07/2012

ANGELO SCOLARO
 Presidente

EDENILSON RIBEIRO GOMES
 Contador CRC SC 30.943/O-5

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 037, de 03 de Agosto de 2012

DECRETO N.º 037, de 03 de agosto de 2012.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 293 de 29/11/2011 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0043.0 (6) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 0043.0 (recursos da Farmácia Básica Estado).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de agosto de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

Forquilha

PREFEITURA

Decreto N.º. 60 de 15 de Maio de 2012.

DECRETO N.º. 60 DE 15 DE MAIO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.737/11 de 11 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 98.636,05 (noventa e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais, cinco centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem Ruas, Estradas Municipais

108 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 98.636,05

TOTAL R\$ 98.636,05

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido referente ao Termo de Convênio Nº 16473/2011-9, firmado junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, lançado na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto N.º. 65, de 29 de Maio de 2012.

DECRETO N.º. 65, DE 29 DE MAIO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.737/2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
2.033 Manutenção Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
101 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 16.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
2.033 Manutenção Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
94 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 29 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 66 de 29 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 66 DE 29 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.804 de 29 de maio de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 175.000,00 (duzentos e vinte mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 11 - FUNDO M. REEQ. CORPO BOMBEIRO PM

2.038 - Manutenção do Funrebom - PM

162 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 07 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

2.034 - Manutenção da Frota Municipal

115 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.019 - Implantação de Academias Populares

132 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.060 - Programa Núcleo de Apoio A Saúde da Família - NASF

54 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 175.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 07 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

1.027 - Aquisição Veículos, Máquinas e Equipamentos P/ Frota Municipal

113 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

TOTAL R\$ 175.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 68 de 05 de Junho de 2012.

DECRETO Nº. 68 DE 05 DE JUNHO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.737/11 de 11 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha o montante de R\$ 572.178,10 (quinhentos e setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais, dez centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

102 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 234.500,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.018 - Aquisição de Área, Construção de Sedes Esportivas/Quardas Poliesportivas

131 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 337.678,10

TOTAL R\$ 572.178,10

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido referente aos Termos de Convênios Nº 4442/2012-2, no valor de R\$ 234.678,10 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais, dez centavos) e 4445/2012-8 e no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), firmados junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, lançado na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado e crédito referente Convênio 0595/2011, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), firmado junto ao Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, lançado na rubrica 2.4.7.1.99.00 - Outras Transferências de Convênios da União.

Art. 3º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha o montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação, Adaptação e Reeq. Unidades Saúde/CAPS

3 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 4º Para atender ao crédito de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido referente ao Termo de Convênio Nº 13103/2011-2, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), firmados junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, lançado na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de junho de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de junho de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 70 de 20 de Junho de 2012.

DECRETO Nº. 70 DE 20 DE JUNHO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo

51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.737/11 de 11 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 32.946,10 (trinta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais, dez centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pav. Manut. E Drenagem de Ruas e Estradas Municipais

107 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 32.946,10

TOTAL R\$ 32.946,10

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido referente ao Termo de Convênio do Programa GPD Nº 0326179-43/2010, no valor de R\$ 32.946,10 (trinta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais, dez centavos), firmado junto ao Ministério das Cidades, creditado na conta nº 647.014-0, Agência 1662 da Caixa Econômica Federal, lançado na rubrica 2.4.7.1.99.00 - Outras Transferências de Convênios da União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de junho de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de junho de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 73 de 25 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 73 DE 25 DE MAIO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.737/11 de 11 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 115.518,45 (cento e quinze mil, quinhentos e dezoito reais, quarenta e cinco centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem Ruas, Estradas Municipais
108 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 25.382,58

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
1.018 - Aquisição Área, Construção Sedes Esportivas/Quadrados Poliesportivos
131 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 73.808,30

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação, Adap. E Reeq.

Unid. Saúde/CAPS

003 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 16.327,57

TOTAL R\$ 115.518,45

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos os valores recebidos referente aos Termos de Convênios Nº 4400/2012-8, 1296/2012-3, 6073/2012-9 e 4401/2012-6, firmados junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, creditados nas contas bancárias nº 24.804-5, 24.363-9, 24.862-2 e 24.803-7, lançados na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 83 de 29 de Junho de 2012.

DECRETO Nº. 83 DE 29 DE JUNHO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.737/11 de 11 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 199.351,50 (cento e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais, cinquenta centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem Ruas, Estradas Municipais
108 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 25.805,00

1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem Ruas, Estradas Municipais
108 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 33.546,50

Órgão 09 - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico
1.026 - Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares
139 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

TOTAL R\$ 199.351,50

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos os valores recebidos referente aos Termos de Convênios Nº 4398/2012, 4399/2012 e 8408/2012, firmados junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, creditados nas contas bancárias nº 24.805-3, 24.806-1 e 24.814-2, respectivamente, lançados na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de junho de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de junho de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0218/2012

DECRETO Nº 0218, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (02) R\$ 115.000,00

10.301.0016.2.033 - Saúde da Família
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0405 (14) R\$ 120.000,00

10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de Saúde
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0406 (18) R\$ 100.000,00

Total R\$ 335.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213301 - Transf. Recursos SUS - PAB R\$ 115.000,00
417213303 - Transf. Recursos SUS - PSF R\$ 120.000,00
417213304 - Transf. Recursos SUS - PACS R\$ 100.000,00

Total R\$ 335.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE AGOSTO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0219/2012

DECRETO Nº 0219, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.897,14 (sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e quatorze centavos), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0419 (36) R\$ 68.897,14

Total R\$ 68.897,14

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0419 (43) R\$ 68.897,14

Total R\$ 68.897,14

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE AGOSTO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1755/2012

PORTARIA N.º 1.755, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de NEUZA RODRIGUES RICARDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 674.452.769-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, a partir de 08 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1756/2012

PORTARIA N.º 1.756, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; em conformidade com o Edital n.º 0029 de 19 de outubro de 2011 e contrato administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.035.949-31, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de agosto de 2012 até 31 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1757/2012

PORTARIA Nº 1.757, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal, e em conformidade com a Lei nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; em conformidade com o Edital nº 0035 de 11 de novembro de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva IRENE LEVANDOSKI DE LARA, que está cedida para a Secretaria de Ação Social;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a professora ELISANGELA MARIA BARBOSA DALAGNOL, que está cedida para o Centro Educacional Municipal São Cristóvão.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ROSALINA MUNIZ VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.769.309-97, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 13 de agosto de 2012 até 13 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1758/2012

PORTARIA N.º 1.758, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

Autoriza Servidor Municipal a movimentar conta adiantamento em Instituição Financeira Oficial

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a servidora CRISTIANE PEROZA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.104.939.23, ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, a movimentar a conta adiantamento em instituição financeira oficial, Banco do Brasil, número 16.971-4, agência 1387-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1759/2012

PORTARIA Nº 1.759, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT12PMF178, Processo Administrativo Licitatório nº 0165/2012, Tomada de Preços nº 0031/2012, cujo objeto é a construção da "Academia da Saúde", na Avenida Michele Simonetti, Quadra 402, no bairro São Miguel, nesta cidade.

Art. 2º. Incumbe a fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0120/2012 - Rp 0057 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0120/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0057/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de



serviços de elaboração de estudos e projetos para pavimentação de ruas, avenidas e logradouros a serem utilizadas pelo Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Validade da Ata: agosto de 2012 a julho de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:15 horas do dia 22.08.2012. Abertura: às 08:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 08 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0121/2012-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0121/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos grupos de convivência realizados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) durante o período de setembro a dezembro de 2012. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 9:15 horas do dia 27.08.2012. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0122/2012-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de materiais para construção de cobertura do acesso entre a Escola e o Ginásio do CEM Pe. Biagio Simonetti. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 9:15 horas do dia 23.08.2012. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0123/2012 - Rp 0058 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0123/2012 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0058/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de areia média para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de setembro de 2012 a agosto de 2013. Validade da Ata: Setembro de 2012 a agosto de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 24.08.2012. Abertura:

às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Editais Intimação Encerramento
TERMO DE INTIMAÇÃO

Pelo presente, a empresa ESTAQUEAMENTO A SANTOS LTDA. - ME, fica INTIMADA do término do Processo Administrativo de Fiscalização nº 3739/2012, bem como da expedição do Auto de Infração e Termo de Intimação nº 0009/2012-A, 0009/2012-B, 0009/2012-C e 0009/2012-D, bem como do que dispõem o Artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 8218/1991, e inciso I, parágrafo único, Artigo 87 da Resolução CGSN nº 94/2011 e de que, no mesmo prazo (30 dias), poderá apresentar defesa em face do lançamento à Primeira Instância Administrativa, conforme prescreve o Artigo 597, Inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, podendo neste caso, se utilizar do que dispõem a Lei Federal nº 8.218/1991, art. 6º, inciso III e §1º. Em relação aos Autos de Infração e Termo de Intimação nº 0009/2012-B e 0009/2012-D, poderá se utilizar do que dispõem os Artigos 545, inciso II, alínea "b"; 546, parágrafo único e 597, inciso III, alínea "a", todos da Lei Complementar Municipal nº 053/2003.

Fraiburgo-SC. 08 de agosto de 2012.
ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR
Auditor-Fiscal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.654/2012.

LEI N.º 1.654, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DECLARAR DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE RECEBIMENTO EM DOAÇÃO, ÁREAS DESTINADAS À TUBULAÇÕES DE ÁGUA TRATADA EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3º DA LEI N.º 1.410 DE 01 DE JULHO DE 2010, E DESTINADAS AO PROLONGAMENTO DE VIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública para fins de receber a título gratuito, através de escritura pública de doação, as áreas destinadas à tubulações de água tratada, nos termos do parágrafo único da do artigo 3º da Lei 1410, de 01 de julho de 2010, abaixo descritos:

I - Área D (prolongamento da Rua Bela Vista) - Área Urbana neste município, com área de 441,80 m.², e as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no seguimento 23-D1 que se estende por 8,04m no sentido sudeste - nordeste; no seguimento D1-D2 por 8,88m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento D2-D3 por 9,32m no sentido sul - norte; no seguimento D3-D4 por 11,73m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento D5-D6 por 12,13m no sentido oeste - leste, confronta-se com Fazenda da Vigia S/A (Herdeiros de Vitor Juvêncio dos Passos); no seguimento D6-D7 por 9,17m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento D7-D7 por 10,25m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento

D8-D9 por 6,65m no sentido norte - sul; no seguimento D9-D10 por 1,20m no sentido noroeste - sudeste; sendo que do ponto D6 ao D10 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; fechando no seguimento D10-23 por 10,80m no sentido nordeste - sudoeste, onde confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; Tal área está contida na matrícula n.º 731 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba - SC de propriedade de Costão Empreendimentos Imobiliários S/A.

II - Área A2B - (Prolongamento da Rua Manoel Cascaes) - Área urbana localizada na Cidade de Garopaba, marginal ao traçado da rua Manoel Cascaes, apresentando área de 524,68 m² e as seguintes medidas e confrontações: inicia-se na Rua Manoel Cascaes no seguimento B1-A75 por 51,23m no sentido sul - norte; no seguimento A75 -A74 por 22,11m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento A74-B2 por 14,82m no sentido sudoeste - nordeste; sendo que do ponto B1 ao B2 confronta-se com Rua Manoel Cascaes; no seguimento B2-B3 por 12,76m no sentido norte - sul; no seguimento B3-B4 por 7,19m no sentido norte - sul; no seguimento B4-B5 por 6,08m no sentido norte - sul; no seguimento B5-B6 por 9,01m no sentido norte - sul; no seguimento B6-B7 por 7,87m no sentido norte - sul; no seguimento B7-B8 por 18,80m no sentido norte - sul; no seguimento B8-B9 por 8,44m no sentido norte - sul; no seguimento B9-B10 por 8,24m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento B10-B11 por 8,68m no sentido nordeste - sudoeste; fechando no seguimento B11-B1 por 6,01m no sentido nordeste - sudoeste; sendo que do ponto B2 ao B1 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A. Tal área está contida na matrícula n.º 4.125 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba - SC de propriedade de Costão Empreendimentos Imobiliários S/A.

III - Área A2V - (Prolongamento da Rua Bela Vista) - Área urbana neste município, com área de 5.331,60 m², e as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no ponto mais ao sul, no seguimento V1-V2 que se estende por 14,68m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V2-V3 que se estende por 7,62m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V3-V4 por 8,40m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V4-V5 por 14,36m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V5-V6 por 4,19m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V6-V7 por 4,91m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V7-V8 por 7,82m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V8-V9 por 6,56m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V9-V10 por 13,23m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V10-V11 por 21,19m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V11-V12 por 14,74m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V12-V13 por 10,46m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V13-V14 por 12,03m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V14-V15 por 11,87m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V15-V16 por 10,39m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V16-V17 por 14,17m no sentido sul - norte; no seguimento V17- V18 por 4,89m no sentido sul - norte; no seguimento V18-V19 por 8,17m no sentido sul - norte; no seguimento V19-V20 por 38,22m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V20-V21 por 13,93m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V21-V22 por 14,11m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V22-V23 por 16,77m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V23-V24 por 10,48m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V24-V25 por 6,24m no sentido sudeste - nordeste; no seguimento V25-V26 por 12,36m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V26-V27 por 8,34m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V27-V28 por 6,37m no sentido sul - norte; no seguimento V28-V29 por 11,32m no sentido sul - norte; no seguimento V29-V30 por 10,22m no sentido sul - norte; no seguimento V30-V31 por 8,55m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V31-V32 por 7,01m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V32-V33 por 25,16m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V33-V34 por 5,88m no sentido sudeste - noroeste; no

seguimento V34-V35 por 10,19m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V35-V36 por 11,05m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V36-V37 por 7,47m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V37-V38 por 5,08 no sentido leste - oeste; no seguimento V38-V39 por 6,54m no sentido leste - oeste; no seguimento V39-V40 por 5,80m no sentido leste - oeste; no seguimento V40-A67 por 5,90m no sentido sudeste - noroeste; sendo que do ponto Vi ao A67 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; no seguimento A67-V42 por 16,80m no sentido sudoeste - nordeste, confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; no seguimento V42-V42 por 4,14m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V43-V44 por 3,30m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V44-V45 por 3,63 no sentido oeste - leste; no seguimento V45-46 por 6,59m no sentido oeste - leste; no seguimento V46-V47 por 8,14m no sentido oeste - leste; no seguimento V47-V48 por 8,29m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V48-V49 por 10,55m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V49-V50 por 10,31m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V50-V51 por 7,34m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V51-V52 por 26,95m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V52-V53 por 9,35m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V53-V54 por 11,64m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V54-V55 por 12,70 no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V55-V56 por 11,94m no sentido norte - sul; no seguimento V56-V57 por 5,26m no sentido norte - sul; no seguimento V58-V59 por 11,79m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V59-V60 por 5,53m no sentido noroeste - sudeste, no seguimento V60-V61 por 9,71m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V61-V62 por 16,61m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V62-V63 por 14,52m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V63-V64 por 14,90m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V64-V65 por 39,41m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V65-V66 por 9,22m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V66-V67 por 6,52m no sentido norte - sul; no seguimento V67-V68 por 16,11m no sentido norte - sul; no seguimento V68-V69 por 12,00m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V69-V70 por 13,18m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V70-V71 por 13,66 no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V71-V72 por 12,15m no sentido nordestes - sudoeste; no seguimento V72-V73 por 15,21m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V73-V74 por 21,29m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V74-V75 por 13,98m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V75-V76 por 7,26m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V76-V77 por 7,15m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V77-V78 por 4,41m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V78-V79 por 13,75m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V79-V80 por 9,16m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V80-V81 por 8,13m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V81-V82 por 9,35m no sentido nordeste - sudoeste; sendo que desde o ponto V42 ao V82 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; fechando no seguimento V82-V1 por 13,17m no sentido leste - oeste, onde confronta-se com Estrada da Farinha (Município de Garopaba). Tal área está contida na matrícula n.º 4.125 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba - SC de propriedade de Costão Empreendimentos Imobiliários S/A.

Art.2º. A Área D , declarada de utilidade pública descrita no item "I" do Artigo 1º, destina-se ao prolongamento da Rua da Rua Bela Vista para interligação do Loteamento da Vigia ao Centro da Cidade pelo Morro da Silveira, de acordo com o inciso XIII, artigo 43, Capítulo VIII da Lei Municipal n.º 1.466 de 29/10/2010.

Art.3º. A Área A2B , declarada de utilidade pública descrita no item "II" do Artigo 1º, destina-se ao prolongamento da Rua da Rua Manoel Cascaes até o encontro da Rua Bernardino Manoel Rodrigues para interligação do Loteamento da Vigia ao Centro da Cidade pelo Morro da Silveira, complementando a ligação como

Centro Histórico, de acordo com o inciso XIII, artigo 43, Capítulo VIII da Lei Municipal n.º 1.466 de 29/10/2010.

Art. 4º. A Área A2V, declarada de utilidade pública descrita no item "II" do Artigo 1º, destina-se ao prolongamento da Rua da Bela Vista para interligação do Loteamento da Vigia ao Centro da Cidade pelo Morro da Silveira, complementando a ligação como Centro Histórico, de acordo com o inciso XIII, artigo 43, Capítulo VIII da Lei Municipal n.º 1.466 de 29/10/2010, bem como pela existência de tubulações de água tratada na área declarada de utilidade pública.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 10/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 111/2012.

DECRETO N.º 111, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 907/2004, suas alterações, e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para integrarem o Conselho Municipal Antidrogas de Garopaba:

1- ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a) Procuradoria Jurídica do Município

Titular: Marcelo Suppi - CPF: 950.227.919-00

Suplente: Gisele Ambrosio Beltrão, CPF: N.º 050.552.609-39

b) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Cristina Correa - CPF: 022.807.099-61

Suplente: Gabriela Rodrigues Pereira - CPF: 036.349.169-40

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Patrícia Vieira Pinheiro - CPF: 002.822.620-83

Suplente: Cenir Grunthal Ramos CPF: 671.528.649-34

d) Polícia Civil

Titular: Iara Machado Esser - CPF: 771.582.889-00

Suplente: Aluisio Tadeu da Silva Curi Junior - CPF: 027.656.209-70

e) Polícia Militar

Titular: Gilson Klein - CPF: 000.946.660-67

Suplente: Valdir Pereira Costa - CPF: 675.065.009-06

f) Servidores Públicos Municipais

Titular: Diego de Carvalho Bueno - CPF: 016.669.770-20

Suplente: Janaina de Paulas - CPF: 069.026.569-75

g) Associação de Pais e Professores do Município

Titular: Julio Cesar Dias Garcia - CPF: 333.140.200-15

Suplente: Andrea Valdira de Abreu - CPF: 004.509.779-86

h) Advogado Indicado Pela OAB/SC no Município

Titular: Ruben Rockenbach Manente - CPF: 808.046.670-04

Suplente: Lisandra Ventura da Silva Teles - CPF - 891.225.770-68

i) Conselho Tutelar

Titular: Diomar Amorim - CPF 790.921.529-00

Suplente: Marianna Medeiros - CPF: 051.735. 629-51

2- Entidades Não Governamentais

a) Núcleo de Apoio aos Toxicômanos e Alcoólatras

Titular: Vanderléia Gonçalves - CPF: 748.037.600-63

Suplente: Paulo Roberto de Souza - CPF: 579.331.629-91

b) Associação Educacional a Serviço da Vida - ASESV

Titular: Joel Marques - CPF: 018.629.70-00

Suplente: Vera Lucia Cardoso Lemos - CPF: 469.153.380-04

c) Sociedade Assistencial Educacional Samaritano - SAESAMAR

Titular: Luiz Carlos de Abreu - CPF: 417.398.84-49

Suplente: Sidnei João Batista - CPF: 028.527.929-74

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 112/2012.

DECRETO N.º 112, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

REGULAMENTA O § 4º, ART. 3º, DA LEI MUNICIPAL N.º 646/1999, QUE "DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 646/1999, suas alterações, e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Conforme previsto no § 4º, art. 3º, da Lei Municipal n.º 646 de 21 de maio de 1999, ficam estabelecidos os seguintes critérios e condições para a habilitação de servidor para a função de Auditor do SUS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Nacionalidade brasileira;

II - Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III - Ensino superior completo na área de saúde;

IV - Experiência na área de saúde.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 544/2012.

PORTARIA N.º 544, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUDITOR DO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 646/99 e Decreto n.º 112/2012,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do § 1º, art. 3º, da Lei Municipal n.º 646, de 21 de maio de 1999, a servidora CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, CPF n.º 622.940.590-34, para exercer a função de AUDITOR DO SUS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Editais de Convocação N.º 001/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2012

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA, o candidato AFONSO MARIO PILIACKAS JUNIOR aprovado no Processo Seletivo n.º 014/2011, na 2ª posição, da vaga ao cargo de Psicólogo, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Secretaria Municipal de Saúde, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias contados da publicação do presente Edital.

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de Agosto de 2012

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N.º 51/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2012

Ata nº. 51/2012; Processo nº. 147/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: TOTALIT INDUSTRIA COMERCIO LTDA EPP; Objeto: Aquisição de moveis sob medida para atender a Policia Civil deste Município. Valor: 6.800,00; Data da Assinatura: 10/08/2012.

Extrato de Ata de Registro de Preço N.º 52/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2012

Ata nº. 52/2012; Processo nº. 148/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: ASTEROIDE PEREIRA ME; Objeto: contratação de empresa especializada para executar os serviços de borracharia, balanceamento e Geometria nos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: 38.396,20; Data da Assinatura: 10/08/2012.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2012

Ata nº. 52/2012; Processo nº. 148/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: ASTEROIDE PEREIRA ME; Objeto: contratação de empresa especializada para executar os serviços de borracharia, balanceamento e Geometria nos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: 18.634,00; Data da Assinatura: 10/08/2012.

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N.º 8/2012

RESOLUÇÃO Nº 8/2012

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de julho de 2012"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de julho de 2012 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 08 de agosto de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos oito dias do mês de agosto de 2012.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.131, de 08 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 5.131, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2012, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
IVONETE TEREZINHA DELUCA	Servente/Merendeira	40	1º	Secretaria de Educação
MARCIA REGINA GUIMARAES GALDINO	Servente/Merendeira	40	2º	Secretaria de Educação
MARINEUSA DIAS KAISER	Servente/Merendeira	40	3º	Secretaria de Educação
DANIELE BRUXEL	Servente/Merendeira	40	4º	Secretaria de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata ao Decreto Nº 5.121/2012

ERRATA AO DECRETO Nº 5.121/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPARG, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 5.121, de 27 de julho de 2012, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1045 de 31 de julho de 2012, nos seguintes termos:

Onde se lê no teor do Decreto supracitado o endereço eletrônico <http://des.gaspar.sc.gov.br/nfse>, leia-se <http://nfse.gaspar.sc.gov.br/nfse>.

Gaspar (SC), 08 de agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

SAMAE

Extrato de Rescisão de Contrato Nº 25/2009 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 25/2009 - Número do Aditivo: 6 (Aditivo de

Rescisão)

Data da rescisão: 03/08/2012

Número da Licitação: 34/2009 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA. -ME - CNPJ do

contratado: 81.322.141/0001-22

Objeto: Serviços de análises laboratoriais de água para as ETA's do Município de Gaspar.

Valor rescindido: R\$ 12.631,04 (doze mil seiscentos e trinta e um reais e quatro centavos)

Gaspar (SC), em 3 de agosto de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 028/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2012.

Torna público que receberá até o dia 22 de agosto de 2012, às 15 horas, no setor de licitação desta prefeitura, localizada a Praça 06 de novembro, nº. 01 - Centro, os envelopes das documentações e propostas relativas à licitação acima citada, que tem por objetivo a aquisição de combustíveis e afins para abastecimento dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme edital e anexo. A licitação será realizada em conformidade com a lei nº. 10.520/2002, sendo que a abertura das documentações e propostas será às 15 horas do mesmo dia. Informações e entrega do edital na Prefeitura Municipal, sala da CPL no endereço acima.

Governador Celso Ramos, 08 de agosto de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Pregão Presencial Nº 074/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/2012

Objeto: Contratação de empresa para manutenção com fornecimento de peças das roçadeiras Sthil de uso da Secretaria de Obras, conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 22 de agosto de 2012 às 16 horas. Local para obtenção do Edital: Setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01 Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 08 de agosto de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato Nº 088/2012

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 088/2012. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: BALDANÇA SUPERMERCADOS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino para o segundo semestre conforme descritos nos anexos de I a VII que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012. VALOR: R\$ 31.980,20 (trinta e um mil novecentos e oitenta reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 08 de agosto de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato Nº 089/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 089/2012. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino para o segundo semestre conforme descritos nos anexos de I a VII que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012. VALOR: R\$ 37.517,50 (trinta e sete mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 08 de agosto de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato Nº 090/2012

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 090/2012. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: PAPPENBORG LATICÍNIOS LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino para o segundo semestre conforme descritos nos anexos de I a VII que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012. VALOR: R\$ 14.928,00 (quatorze mil novecentos e vinte e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 08 de agosto de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo Nº 001/2012 ao Contrato Nº 110/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2012 AO CONTRATO Nº 110/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Sistema de Administração Escolar, com implantação, capacitação, licenças, suporte técnico e manutenção mensal, conforme as especificações constantes do Anexo I (termo de Referência) e Anexo Ia (Características Gerais) parte integrante, deste Edital. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 07 de agosto de 2013, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 08 de agosto de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Portaria Nº 842/2012**

PORTARIA Nº 842/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora KEITY MARA GAZZOLA, (Matr. 3504), a partir de 08 de agosto de 2012, a qual exercia as funções do Cargo de Monitor Social - ABRIGO, Nível 4/2, Letra "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

Imbituba**PREFEITURA****Portaria DGP/SEAGP N.º 212/2012**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 212, de 08 de agosto de 2012.

Dispõe sobre a demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, admitida em 07/06/2011, contrato nº 5863, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Dayane Rosales Pinto	Agente Comunitário de Saúde - PACS	022.572.920-22	18/07/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de julho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 213/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 213, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, admitida em 20/09/2010, contrato nº 5548 com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Eva Coelho Valério	Servente Merendeira	888.438.829-53	01/08/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 214/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 214, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre a demissão por término de contrato de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, admitida em 06/02/2012, contrato nº 6123, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Gabriela Galvan	Professora II - 40h	028.538.549-65	01/08/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 215/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 215, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Arina de Souza Albino	Servente Merendeira	754.561.509-30	01/08/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 216/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 216, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
------	-------	-----	----------

Michiele de Andrade Rosa	Auxiliar de Enfermagem	059.856.889-17	24/07/2012
--------------------------	------------------------	----------------	------------

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de julho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 217/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 217, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Abgair Trieto de Carvalho	Agente Comunitário de Saúde - PACS	050.920.329-95	18/07/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de julho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 218/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 218, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor CHARLES DE

CASTRO CARDOSO, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 888.491.129-04, admitido em 16 de julho de 2002, contrato nº 1696, referente ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	02.09.2012 a 30.10.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 219/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 219, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor, VOLNEI ABREU DE ARAÚJO, Assistente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 507.056.959-72, admitido em 11 de agosto de 1982, contrato nº 583, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2007 a 2012	03.09.2012 a 01.11.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 220/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 220, de 08 de agosto de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora, ZULEIDE RAQUEL PAMATO DE BRUM ROCHA, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 741.381.119-72, admitida em 12 de maio de 1988, contrato nº 590, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2003 a 2008	03.09.2012 a 01.11.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 221/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 221, de 08 de agosto de 2012.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora VILZA CARLA DA ROCHA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 986.845.319-49, admitida em 12 de agosto de 2002, contrato nº 1765, referente ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	03.09.2012 a 01.12.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 222/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 222, de 08 de agosto de 2012.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor NILTON BERNARDES, Assistente Operacional, inscrito no CPF sob o n.º 432.907.529-68, admitido em 01 de fevereiro de 1980, contrato nº 423, referente ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2005 a 2010	01.08.2012 a 29.10.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Edital SEAGP N.º 115/2012

EDITAL SEAGP N.º 115/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 06 de Agosto a 05 de setembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 06 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 115/2012

Agente Comunitária de Saúde Área 01
VANESSA PEZZI

Edital SEAGP Nº 116/2012

EDITAL SEAGP Nº 116/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 08 de Agosto a 07 de Setembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 08 de agosto de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 116/2012

Farmacêutico(a)
ROBERTA AGUIAR GOMES SGROTT

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N º 261/2012

DISPENSA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Dispensar a pedido, a servidora ANGELITA NIEJELSKI, das atividades de auxiliar de serviços gerais II(44h/sem), para a qual foi contratada em caráter temporário através da Portaria nº 149/2012, de 03/04/2012.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º 265/2012

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares, 022/05 e 040/2008,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, MARIA VIRLEI LIMA nascida em 12/08/1976, portadora do CPF nº 018.195.019-73 RG. nº 3.611.038, SESP/SC, para no período de 01/08/2012 a 08/10/2012, exercer as atividades de Professora ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 002/2012 homologado em 30/03/2012 e Contrato de Trabalho Temporário nº 057/2012, para atuar junto ao NE GUILHERME BOSSOW.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2012.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º 266/2012

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares, 022/05 e 040/2008,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, ALCENI DE FATIMA BRAZ nascida em 02/09/1980, portadora do CPF nº 027.542.389-13 RG. nº 4.198.363, SESP/SC, para no período de 01/08/2012 a 08/10/2012, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 004/2012 homologado em 01/06/2012 e Contrato de Trabalho Temporário nº 058/2012, para atuar junto ao CEI NOSSA SENHORA APARECIDA.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2012.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º 269/2012

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares, 022/05 e 040/2008,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, DAYANE CRISTINA FERREIRA BANDEIRA TECHY nascida em 15/02/1984, portadora do CPF nº 045.606.779-56 RG. nº 49.224.984-6, SESP/SC, para no período de 01/08/2012 a 29/10/2012, exercer as atividades de Professora de Geografia ACT (10h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 006/2011, homologado em 26/12/2011 e Contrato de Trabalho Temporário nº 056/2012, para atuar junto ao NE. PRES ADOLFO KONDER.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2012,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º. 262/2012.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 105 da Lei Complementar 025/05 de 03 de novembro de 2012.

RESOLVE:

Art 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 02/08/2012 a 31/08/2012, ao servidor efetivo JEAN CARLO VOIGT.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º. 264/2012.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora efetiva ADRIANA MICHAHOUSKI DENKE ocupante do cargo de Agente Comunitário da Saúde (40h/sem), no período de 02/08/2012 a 29/11/2012.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º. 270/2012.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora CACIANE HENNING MEIRELLES, ocupante do cargo de Agente comunitária de Saúde (44h/sem), no período de 04/08/2012 a 02/12/2012.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º 267/2012

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, os efeitos da Portaria nº 170/2012 de 16/04/2012, que Contrata em caráter Temporário a servidora CLEUSMARI MARTINS BENDLIN, nascida em 26/03/1977, portadora do CPF nº 027.557.629-93, RG. nº 3.991.764-9, SESP/SC, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 003/2012, homologado em 30/30/2012 e Contrato de Trabalho Temporário nº 044/2012, em substituição a Professora efetiva ELIANE DE FATIMA NEPPEL WAGNER que se encontra em licença para Atividades Políticas.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

SONIA MARA DE MORAES SAGAZ
Secretária Municipal da Educação.

Portaria Nº 268/2012

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, os efeitos da Portaria nº 172/2012 de 16/04/2012, que Contrata em caráter Temporário a servidora JOELMA MARIA MAIA BRAND, nascida em 23/11/1968, portadora do CPF nº 025.301.979-62, RG. nº 1.795.375, SESP/SC, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 003/2012, homologado em 30/30/2012 e Contrato de Trabalho Temporário nº 045/2012, em substituição a Professora efetiva CEILA MARA SCHAPIEVSKI SNICER que se encontra em de licença por Título de Premio.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

SONIA MARA DE MORAES SAGAZ
Secretária Municipal da Educação.

Extrato Ata Nº 17/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Ata nº. 17/2012

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2011 - CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 07/2011 - Processo de Licitação nº 48/2011, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2011, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, consolidada, e cláusula Oitava da Ata de Registro de

Preços nº 07/2011, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 01: Oleo Diesel Comum - 85.000 litros - valor anterior R\$ 1,940 Total R\$ 164.900,00 - valor reajustado R\$ 2,0276 - valor total: R\$ 172.346,00, sendo o valor aditivado de R\$ 7.446,00.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada. CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 03 de agosto de 2012.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

JACKSON FAVERO SLOGO
CERES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Joaçaba

PREFEITURA**Portaria N.º 5.176**

PORTARIA Nº 5.176 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos dando conta de suposta irregularidade na Secretaria Municipal de Infraestrutura com relação a conservação do patrimônio público (deterioração de máquinas e veículos).

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIOELLI, MARCELO CANCELLI e SONIA APARECIDA BORCHERS, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012
RAFAEL LASKE

Extrato Dispensa de Licitação 5/2012/PMJ - PL 71/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 71/2012/PMJ - D.L. 5/2012/PMJ

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Joaçaba, SC, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho 2012 - PAT, Anexo I deste processo.

CONTRATADA:

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0034-20, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 172, centro, do Município de Joaçaba (SC).

VALOR TOTAL CONTRATADO: Fica contratado o valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a execução dos serviços, sendo que o mesmo deverá ser pago de forma parcelada, conforme estabelecido no contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.044 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE AGRICULTURA

159 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas.

JUSTIFICATIVA: A dispensa de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela relevância dos serviços a serem prestados pela empresa contratada, os quais suprem a necessidade de suporte operacional para que a Intendência de Agricultura do Município incremente suas atividades visando o pleno desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício de toda a sociedade.

Ressalta-se ainda que a empresa contratada, no que tange ao nível tático-operacional, delega às gerências regionais, além de outras competências, a articulação e suporte intrarregional, a participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local.

FUNDAMENTO LEGAL:

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso VIII.

Joaçaba (SC), 08 de agosto de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato TP 14/2012/PMJ - PL 68/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2012/PMJ TOMADA DE PREÇO Nº 14/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma/adequação de sala destinada à área de serviço/lavanderia da creche/escola infantil na Rua Severino Fuga, 204, Vila Pedrini, neste Município. Tipo: Empreitada por preço unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 28/08/2012, a partir das 16 horas, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 28/08/2012, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 09 de agosto de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contrato Nº 84/2005 - TA 03

CONTRATO Nº 84/2005 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ROBERTO ROFNER, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF nº 197.171.480-15 e C.I nº 11/R 4.755.567, residente e domiciliado na Rua Osvino Lotermann s/nº nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da legislação aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de Maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de Maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo - Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS - CEM, projetos implantados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor mensal do contrato original fica reajustado, a contar de 01 de agosto de 2012, nos seguintes termos:

1. Reajuste de 40,8880% sobre o valor inicial (R\$ 2.863,00) correspondente a variação do INPC no período da contratação (03/05/2005 a 03/05/2012);
2. Reajuste de 8,5632% sobre o valor da locação adicional de sala, conforme Termo Aditivo nº 675/2010/PMJ (R\$ 700,00) correspondente a variação do INPC no período desta contratação (23/11/2010 a 03/05/2012).

Diante dos reajustes acima, o valor mensal a ser pago ao LOCADOR passa a ser de R\$ 4.793,56 (quatro mil setecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Locatário

ROBERTO ROFNER

Locador

Edital de Notificação de Débitos Lançados Em Dívida Ativa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de

procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
21271	A.L.T. COPIAS E SERVICOS LTDA
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA
4444	ADEMAR GALIOTTO
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA
20201	ADMIR OSCAR BURLIN & CIA LTDA
9990	ALBINO DE BORTOLI
20611	ALESSANDRO ROBERTO LOCATELLI - ME
13020	ALEXANDRE E LAURINDO PASINI
9006	ALVARO PAIN
42428	ALZEMIRO NUNES E ANA MARILICE PLUCINSKI DA SILVA
18636	ANTENOR FERNANDES DA SILVA - ME
15383	ANTENOR ROCHA
7147	ANTONIO ADOLFO DAMACENO
22779	ANTONIO CARLOS COSTA
22159	ANTONIO DIRCEU DE OLIVEIRA - ME
11764	ANTONIO FERNANDES DA SILVA
41055	ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ
33649	AREOVALDO ZAGO
3011	ARNO SPECHT
21694	ARTE & PAISAGENS LTDA ME
18664	BAR E ARMAZEM FLORES LTDA - ME
41269	BAR E LANCHONETE NENONHO'S LTDA ME
22319	BRANSERVI COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - ME
22861	BRUSTOLIN ADVOGADOS
21007	BUDA PECAS E SERVICOS LTDA ME
20713	CARLOS ALBERTO RIBEIRO
22444	CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
22063	CARMEN SILVANA TOMASSONI
22372	CARVALHO & MARIN - ADVOGADOS ASSOCIADOS
20159	CAVALHEIRO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
20950	CHAPEACAO E PINTURAS MARTINI LTDA - ME
17775	CHAPECAR LTDA
22841	CLAUDIMIR FERREIRA CARPINTEIRO - ME
19820	CLAUDINEI DA SILVA
32983	CLÁUDIO JOSÉ LAZZARETI & CIA LTDA ME
21229	CLEONI JOSE DOS SANTOS
43006	COHAB E CELESTE ALVES DE ALMEIDA
37694	COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA
32985	COHAB E HUGO SUSIN
1358	CONRADO E RUDOLFO RUY AUFFINGER
40514	CONRADO, RUDOLFO RUY AUFFINGER E DIOVAN PEREIRA DA ROSA
40052	CONCERTO MECANICA FERRI LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
17792	CONCERTO MECANICA LTDA

21141	COOPER SERVICE SYSTEM LTDA
21567	COSMOS INFORMATICA LTDA
35375	CP RESTAURANTE LTDA ME
22320	CRISTIANE OLIVEIRA
21962	DANIEL DE OLIVEIRA
4500	DEVINO POLI
14466	DILMER TURCATEL
13663	DILVIO EZAURO ALVES DA SILVA
11716	DIOMAR DOMINGOS SERPA FRARES E WALDEMAR DE CARLI QUIOCA
12954	DIONE MARINA PEREIRA PINTO
18549	DIRCEU ALMEIDA
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA
21666	EDUARDO QUEIROGA
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE
38205	ELSA M, PEDRO B, PAULO V, SANDRA R, ANGELO R E ANA D. BECHI
21801	EMPREITEIRA ELETRO MEIO OESTE LTDA
19312	EOLEDIR MACIEL
19009	ERNESTO LAND
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA
17587	EUGENIO CARLOS ZIBETTI
12988	EVA FERREIRA DE ASSIS
10436	EVANDINA DE OLIVEIRA
20803	EVOLUCAO CURSOS PREPARATORIOS LTDA
19402	FABRICA DE CARROCERIAS FORT LTDA
21596	FATIMA MARIA FRANZ HERMES
10564	FIRMINO BUFON
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
20422	HARAHÉL REPRESENTACOES LTDA
10755	HELINTON SCHNEIDER DE OLIVEIRA
20167	HELVESIO MARTENDAL - ME
20109	HI-FI WORLD TOUR-REPRESENT.,VIAGENS,CAMB.E TURISMO
9101	HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA
22245	ILARIO NITZ
7474	ILDOMIR BAHU
33775	ILSE BECKER NONEMACHER
33747	IMOB. BALN. PIRAT FABRÍCIO, FÉLIX, CARLOS E SIRLENE MULLER
33751	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E WILSON AMADEU MEDEIROS
8244	INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL
20095	INTRATSK - METALURGICA E MONTAGENS LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
19381	IVOEL ANTUNES MUNIZ
18976	J.D. GALLI & CIA LTDA - ME
21699	JACIR PINTURAS LTDA

15570	JAIR ROQUE DE MATTOS
35883	JEL CONSTRUÇÕES LTDA
18468	JOACABA DIESEL LTDA
18816	JOAO CARLOS PEREIRA DE MENDONCA
4045	JOAO IGNACIO
11480	JOAO MACIEL
8987	JOAO TOMAZZI
7545	JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG
20498	JORGE BEKAI REPRESENTACOES LTDA
20105	JORGE VARGAS RIBAS - ME
10754	JOSE ALEXANDRE DE OLIVEIRA
38816	JOSÉ CARLOS KLOTZ E ROSANI MARIA PADILHA KLOTZ
18302	JOSE ELIAS
21600	JOSOE DALGOBO
22820	JUTAY COMERCIAL LTDA
20236	K. BRUNO REPRESENTACOES LTDA
21093	KAMEL MUSTAPHA DABBOUS - ME
21421	KOBRA ASSESSORIA E COBRANCA LTDA.
21024	LA MARCA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
18699	LADICK SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME
21017	LANA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF
19961	LE POINT REPRESENTACOES LTDA
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI
21126	LOCADORA DE MAO DE OBRA JOACABA LTDA
10240	LUIZ CARLOS DA SILVA
18009	MADEIREIRA SANTA HELENA LTDA ME
13538	MARCELO SKALEE
22071	MARCIO DA ROSA
21816	MARCIO TULIO FAVRETTO & CIA LTDA
20842	MARCOS VIEIRA DA SILVA - ME
33907	MARISA APARECIDA FEDRIGO E CLEITON LUIZ FEDRIGO
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA JOSÉ E ROSARITA BERNARDI
21716	MCA - IND E COM DE EQ HID PARA GERAÇÃO DE ENE ELÉTRICA LTDA
18867	MIRANDA SERVICOS DE MAO-DE-OBRA LTDA
426	MOACIR BROLLO JUNIOR
21426	MOACIR PEREIRA
19591	MOVEIS PINHEIRO LTDA
20329	MPJ-CURSOS E TREINAMENTOS LTDA-ME
17912	MULLER COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
37266	N. ZANELATO & CIA LTDA
15296	NAIR FRANCISCA DE CAMARGO
6184	NICANOR RODRIGUES DA SILVA
19755	O BARATAO - COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA
21857	OBRASERV - SERVICO DE MAO DE OBRA LTDA ME

18036	OSMAR DE MARCO
3170	OSMAR JOSE PAGANINI
13476	OZAIR CAVALI
14378	PEDRO EDISON LAMB
4859	PEDRO PIGATTO
7295	RAIMUNDO ALVES DOS SANTOS
4290	REACILVA MACIEL DA ROSA
20641	REFRIGERACAO SCHMAUTZ LTDA - ME
19684	REPRESENTACOES COMERCIAIS V L B LTDA
20055	RICARDO AUGUSTO CORDEIRO DE MIRANDA
8370	RICHARD MARIAN PATRZYKOT
33616	ROAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA
5804	ROBERTO PADILHA
9543	ROMARIO AVILA SATICQ
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET
11952	ROSANGELA MARIA PUTTI E ROSELY FATIMA PUTTI DO PRADO
19065	ROSELY DE FATIMA PUTTI
15562	SADI SILVEIRA DA SILVA
21863	SALVADOR INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME
9058	SEBASTIANA TETZLAFF
22554	SERGIO LUIZ BELLO
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS
22565	SLINE INFORMATICA LTDA
12241	SOCIEDADE COM HAB E CLAUDEMIR ANTONIO DAVE
35072	SOCIEDADE COM HAB E MARIA EDIR ALVES
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA
5856	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL E SINCLAIR TEREZA ALVES
19590	TAICAN COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA
763	VALMOR ANTONIO ROMANI
30439	VANIA MARIA DE OLIVEIRA
18831	VICTTUR TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA - EPP
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA
12176	VILMAR LUIZ BITTENCOURT
12188	VILSON E JOSE ALVES FERNANDES
20007	VINCERE - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
10033	WALDEMAR MARCA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
18419	WALDIR SERGIO POSTADLO
13005	WALDOMIRO SOARES, EZIEL SOARES, EZEQUIEL SOARES, JESIEL SOAR
21264	WEST SUL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
19661	ZELIA LOPES DE SOUZA
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO

Joaçaba(SC), 8 de Agosto de 2012.



Ordem de Serviço 172/2012, Recebida Em 31/07/2012

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 172/2012

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, CNPJ nº 09.223.659/0001-81 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente sobre paralelepídeos, DA TRAVESSA FREI BRUNO, centro do município de Joaçaba, SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 61/2012/PMJ -Edital - CONVITE - Nº 09/2012/PMJ, homologado em 20/07/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 49.191,87 (Quarenta e nove mil, cento e noventa e um reais e oitenta e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do CONTRATO Nº 956/2012/PMJ, de 20 de julho de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente. .

Joaçaba (SC), 23 de julho de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo _____

CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

José Boiteux**PREFEITURA****Lei 923/2012**

Lei nº 923/2012 de 23 de julho de 2012.

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para a Legislatura 2013/2016 e estabelece outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou, o Prefeito Municipal, nos termos do § 3º do art. 54 da Lei Orgânica sancionou, e eu, Vildo dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores, nos termos do § 7º do mesmo artigo, promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a gestão 2013/2016 ficam fixados em:

I - Prefeito: R\$: 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)

II - Vice-Prefeito: R\$: 5.750,00 (cinco mil e setecentos e cinquenta reais)

III - Secretários Municipais: R\$: 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais)

Art. 2º. A partir de 01/01/2014, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões

concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2013 em diante.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio previsto no artigo 1º, inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, ou a indenização por férias não gozadas quando do exercício do cargo somente será devida quando deixar o cargo eletivo, desde que o beneficiário não seja servidor público do ente.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor em de 1º de janeiro de 2013.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

José Boiteux, 23 de julho de 2012.

VILDO DOS SANTOS

Presidente

Lages**PREFEITURA****TP 21 e 22-2012 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 21-2012 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Sinalização Horizontal e Vertical

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 27/08/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 35.049,37

Modalidade: TP 22-2012 PML

Objeto: Prestação de Serviços de 30.000 m² de Fresagem de Pavimento Asfáltico

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 27/08/2012 às 15:30

Valor Estimado: R\$ 285.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de agosto de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 113/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 113/2012

Edital : Pregão Presencial nº 113/2012

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Abertura às 10h00m do dia 24 de Agosto de 2012.

A retirada do Edital deverá ser feita no Setor de Licitação da Prefeitura ou pelo site www.lauromuller.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 10 de agosto de 2012.

RENATO CITADIN

Comissão Permanente De Licitação

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 74/2012

DECRETO Nº 074 DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso II da Lei nº 858 de 28 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Função	04	Administração	10.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	10.000,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	10.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	10.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00		

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação na seguinte, fonte de recursos:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Função	04	Administração	10.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	10.000,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	10.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 09 de Agosto de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Portaria Nº 140/2012

Portaria n.º 140, de 06 de julho de 2012.

"Exonera Servidora Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhorita BRUNA PRIM, Servidora Municipal inscrita sob a matrícula nº 1101, nomeada no cargo em comissão de Assessora de Assuntos Administrativos, com lotação no Gabinete da Prefeita, a partir de 06 de julho de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de julho de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 141/2012

Portaria n.º 141, de 06 de julho de 2012.

“Contrata Professor e dá Outras
Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Lei Municipal n.º 136/99,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor EDNILSON CONACO, portador do CPF nº 079.165.469-90 e RG nº 5.748.295, para o cargo em caráter temporário de Professor Leigo, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 052, de 22 de junho de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 22 de junho de 2012, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de julho de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 142/2012

PORTARIA nº 142 de 06 de julho de 2012.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço expedida pelo INSS sob o protocolo nº 20001100.1.0004/12-8 nos assentos funcionais do servidor VICENTE DE SOUZA, detentor da matrícula nº 972 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor VICENTE DE SOUZA, detentor da matrícula nº 972 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a Certidão de Tempo de Serviço expedida pelo INSS sob o protocolo nº 20001100.1.0004/12-8 para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de julho de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 143/2012

PORTARIA nº 143, de 25 de julho de 2012.

“Designa Servidor Municipal Vorli José Guchert, para Exercer a Função de Agente de Desenvolvimento Local, e dá outras atribuições”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Lei visa obedecer ao que dispõe o art. 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para designar Agente de Desenvolvimento, observadas as especificidades locais.

Art. 2º - Designar o servidor municipal, VORLI JOSÉ GUCHERT, matrícula nº 1448, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 3º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - residir na área da comunidade em que atuar;
- II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;
- III - haver concluído o ensino médio;
- IV - possuir domínio de informática básica;
- V - poder de decisão e capacidade de articulação entre as secretarias e órgãos internos da Prefeitura.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 4º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

- I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 5º Esta Lei é regida especial e especificamente pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 6º - Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, em 25 de julho de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 144/2012

Portaria n.º 144, de 25 de julho de 2012.

"Exonera servidores municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Situação	Data Exoneração
01	1439	Francieli Sezerino	Professora 20 horas	04.07.2012
02	1471	Francieli Sezerino	Professora 20 horas	04.07.2012
03	1422	Greice Thiesen Martins	Médica Veterinária	02.07.2012

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 02 de julho de 2012, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 25 de julho de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 15011

DECRETO Nº 1511 de 06 de agosto de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, na atividade abaixo discriminada, as modalidades de aplicação das despesas:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.304.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.71.00.00 - Aplicações Diretas - Transferência Consórcios Públicos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Saúde R\$ 4.500,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 64 - Atenção Básica R\$ 5.500,00

Total Anulado R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as modalidades de aplicação das despesas atribuídas a respectiva atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.304.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Saúde R\$ 4.500,00

Fonte 64 - Atenção Básica R\$ 5.500,00

Total Suplementado R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Editais de Receita FMS

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros estaduais provenientes do Fundo Estadual de Saúde:

20/07/2012	Programa Farmácia Básica	1.866,33
20/07/2012	Programa Farmácia Básica	233,29
20/07/2012	Programa Co-financiamento da Atenção Básica	4.000,00
30/07/2012	Programa Co-financiamento da Atenção Básica	4.200,00
31/07/2012	Programa Co-financiamento da Atenção Básica	4.000,00

Luzerna(SC), 08 de agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Editais de Receita FMS**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

06/07/2012	Programa de Atenção Básica /PAB	939,08
06/07/2012	Programa Vigilância Sanitária	2.782,87
12/07/2012	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade/PMAQ	2.200,00
13/07/2012	Programa de Atenção Básica /PAB	10.739,08
17/07/2012	Programa Farmácia Básica	4.698,80
17/07/2012	Programa Vigilância Sanitária	994,60
17/07/2012	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade/PMAQ	2.200,00
18/07/2012	Programa de Agentes Comunitárias de Saúde/PACS	10.452,00
20/07/2012	Programa Saúde da Família/PSF Bucal	4.460,00
20/07/2012	Programa Saúde da Família/PSF	14.260,00
30/07/2012	Transferência do SUS	468,72

Luzerna(SC), 08 de agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº PML.0008.12

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PML/FMS 0008/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº pml.0031/2012

Órgão Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Objeto: Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de uniformes, material de proteção e segurança, e materiais de distribuição gratuita destinados aos serviços e projetos mantidos pela Prefeitura Municipal e Fundos Especiais.

Modalidade: Pregão Presencial nº pml.0031/2012

Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração.

Órgão Participante:

CANSAN TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato do 2º Termo Aditivo - Arp Nº FMS.0005/2011 de 20/12/2011

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2011 de 20/12/2011

2º TERMO ADITIVO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2011 de 20/12/2011, proveniente do Processo Licitatório nº fms.0084/2011, Pregão nº fms.0040/2011, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e a empresa DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: com a concordância das partes, alterando o valor do item 270 - Sinvastatina 40 mg do Fornecedor 02, passando de R\$ 0,0940 para R\$ 0,1265 o valor unitário e do item 268 - Sinvastatina 20 mg do Fornecedor 02, passando de R\$ 0,0450 para R\$ 0,068 o valor unitário, alterando o valor total dos itens

Luzerna(SC), 09 de agosto de 2012.

VALMOR S. DRESCH NETO STRÖHER

Gestor do FMS

DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

LUIS VICENTE BUSNELLO ROTAVA

FORNECEDOR 02

Balancete Financeiro FMAS

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 07/2012

Emissão: 31/07/2012

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	84.116,42	DESPESA ORÇAMENTARIA	36.968,11
RECEITA CORRENTE	84.116,42	ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.968,11
RECEITA PATRIMONIAL	228,92		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.887,50		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	36.534,90	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.158,35
PREVIDENCIA SOCIAL	1.104,05	PREVIDENCIA SOCIAL	1.104,05
INSS	1.104,05	INSS	1.104,05
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	376,55	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	18,66
ISS	60,12	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	18,66
IRRF/GDF	316,43	Contribuição ASM	18,66
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	316,43	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	35,64
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	18,66	Clemens Salvi Klein	35,64
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	18,66		
Contribuição ASM	18,66		
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	35,64		
Clemens Salvi Klein	35,64		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	35.000,00		
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D	35.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	36.968,11	> DESPESA PAGA	29.033,58
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	36.968,11	CREDITO LIQUIDADO	29.033,58
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	29.033,58
> SALDOS ANTERIORES	11.555,54	> SALDOS ATUAIS	102.014,93
APLICACOES FINANCEIRAS	10.515,54	APLICACOES FINANCEIRAS	101.974,93
BANCO DO BRASIL	1.040,00	BANCO DO BRASIL	40,00
> TOTAL	169.174,97	> TOTAL	169.174,97

Gestor do FMAS
WALMOR S.DRESCH NETO STROEHR

Contador SC20394/0-8
MARIA INÊS DALLLOLMO

Balancete Financeiro FMS

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 07/2012

Emissão: 31/07/2012

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	70.236,41	DESPESA ORÇAMENTARIA	162.375,34
RECEITA CORRENTE	70.236,41	SAÚDE	162.375,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	59,86		
RECEITA PATRIMONIAL	1.681,78		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.494,77		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	119.776,54	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.205,09
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.589,50	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.589,50
SALARIO-FAMILIA	198,00	SALARIO-FAMILIA	198,00
SALARIO-MATERNIDADE	5.391,50	SALARIO-MATERNIDADE	5.391,50
PREVIDENCIA SOCIAL	6.844,09	PREVIDENCIA SOCIAL	6.844,09
INSS	6.844,09	INSS	6.844,09
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.735,93	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.648,06
ISS	24,35	Emprestimo Consignação Folha-Besc	875,68
IRRF/GDF	5.711,58	Emprestimo Consignação Folha-CEF	772,38
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	5.551,51	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	95,30
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	160,07	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	95,30
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.483,58	Contribuição ASM	95,30
Emprestimo Consignação Folha-Besc	875,68	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	28,14
Emprestimo Consignação Folha-CEF	607,90	Tucano Obras e Serviços Ltda	28,14
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	95,30		
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	95,30		
Contribuição ASM	95,30		
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	28,14		
Tucano Obras e Serviços Ltda	28,14		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	100.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	100.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	162.375,34	> DESPESA PAGA	191.739,13
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	162.375,34	CREDITO LIQUIDADO	191.739,13
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	191.739,13
> SALDOS ANTERIORES	514.585,95	> SALDOS ATUAIS	498.654,68
APLICACOES FINANCEIRAS	514.585,95	APLICACOES FINANCEIRAS	498.654,68
> TOTAL	866.974,24	> TOTAL	866.974,24

GESTOR DO FMS
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Contadora 20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 12/2012. Contrato Administrativo nº. 0039/2012. Processo licitatório nº 0023/2012. Pregão Presencial nº 0013/2012. Objeto: Aquisição de tubos de concreto para manutenção de pontes e bueiros nas rodovias citadas no Convênio nº 16.903/2011-00, firmado entre o município de Macieira e o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme objeto especificado no anexo I do edital. Contratada: PEDREIRA KLOTZ LTDA. Prazo: 31/12/2012. Valor do acréscimo: R\$ 1.326,45, ou 24,42 %.

Macieira, 08 de agosto de 2012.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2500 de 07 de Agosto de 2012

DECRETO Nº. 2500 DE 07 DE AGOSTO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural
0901 - 33900000 - Aplicações Diretas
0901 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE AGOSTO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2501 de 07 de Agosto de 2012

DECRETO Nº. 2501 DE 07 DE AGOSTO DE 2012
Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 35801 - Transferências do Salário Educação R\$ 50.000,00

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 35801 - Transferências do Salário Educação R\$ 20.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 35801 - Transferências do Salário Educação R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE AGOSTO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2502 de 07 de Agosto de 2012

DECRETO Nº. 2502 DE 07 DE AGOSTO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.304.0100.2038 - Promoção da Vigilância Sanitária

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 36601 - Vigilância Sanitária R\$ 5.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE AGOSTO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2503 de 07 de Agosto de 2012

DECRETO Nº. 2503 DE 07 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.305.0100.2039 - Prevenção e controle epidemiológico

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 36602 - Epidemiologia e controle de doenças - ECD

R\$ 9.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE AGOSTO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Contrato Aditivo Nº 18/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 18/2012

CONTRATO ADITIVO Nº: 18/1

PROCESSO: CONCORRÊNCIA 01/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, implantação de rede coletora de esgoto sanitário e execução de muro de gabião, nas Ruas R.005 - Eugenio Kleine, R.006 - Da Integração Padre Ivo Petry, R.044 - Arceste Packer e R.043, no município de Massaranduba. Prorrogação de contrato em virtude de alterações no projeto original da obra.

DATA DA VIGENCIA: 13/07/2012 a 12/11/2012

Massaranduba, 13 de julho de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Ata de Reg. de Preço 2.2012 Aviamentos - FASS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2012

Processo Licitatório Nº. 3/2012

Pregão Presencial Nº. 3/2012

VALIDADE: 12 (doze) meses (07/08/2012 a 07/08/2013)

Aos 07 de Agosto de 2012, o FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 432, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra CHEILA PATRICIA ROHWEDER e pelo

Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº.2/2012 - Pregão Presencial Nº. 3/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos visando aquisição de diversos MATERIAIS DE EXPEDIENTE, novos, de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO destinados as atividades desenvolvidas pelo Centro de Conveniência e Fortalecimento do Fundo Municipal de Assistência Social ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME, neste ato representado por EDUARDO RAFAEL PEREIRA	06.314.098/0001-38
ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO, neste ato representado por IMELDE ZANELLA	83.618.751/0001-01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos MATERIAIS DE EXPEDIENTE, novos, de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO destinados as atividades desenvolvidas pelo Centro de Conveniência e Fortalecimento do Fundo Municipal de Assistência Social, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
06	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	SIANINHA DOURADA DE 2CM 60 METROS	M	São José	60	0,70	42,00
34	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	LANTEJOUHAS Nº 10 E Nº 6 (VERMELHO, VERDE, AZUL, AMARELO, DOURADO , BRANCO) PACOTES DE 100GRAMAS.10 PACOTES DE CADA COR E TAMANHO	PCTE	Lantecor	12	3,40	40,80
42	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	PINCÊIS Nº20 CHATO	UNID	Tigre	30	3,38	101,40
43	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	PINCÊIS Nº 22	UNID	Tigre	30	4,32	129,60
44	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	PINCÊIS Nº 24	UNID	Tigre	30	4,80	144,00
48	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	LÁPIS GIZ PARA MARCAÇÃO DE TECIDOS. O RISCO DESAPARECE COM O USO DA ESCOVA OU AO PASSAR O FERRO.	UNID	Aguia	10	0,60	6,00
55	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	FITA DECORATIVA ARAMADA LARGURA 38MM.	M	Cromos	100	1,70	170,00
57	EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME	FITA DE VOAL 50MM (BRANCA, VERMELHA, AZUL, ROXA,ROSA, LARANJA, VERDE,AMARELA,VERDE CLARO, LILÁS) 100 METROS DE CADA	M	Gitex	2.000	1,00	2.000,00
Total do Fornecedor: R\$ 2.633,80							
01	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PLUMANTE FIBRA SILICONADO. FAMÍLIA DA MANTA ACRÍLICA. COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER. VALOR POR KG	KG	Santa Fé	60	12,00	720,00
02	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA, 96% POLIESTER 3MM C/100 METROS ,(VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO,BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, CINZA, PRETO, BEGE)	UNID	Aquarela	16	6,40	102,40
03	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA, 96% POLIESTER 7MM C/100 METROS; (VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, CINZA, PRETO, BEGE).	UNID	Aquarela	16	9,80	156,80
04	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA, 96% POLIESTER 15MM C/ 50M METROS (VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, CINZA, PRETO, BEGE)	UNID	Aquarela	16	11,82	189,12
05	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA DOURADA DE 1CM 60 METROS	M	Aquarela	60	0,40	24,00
07	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO MACRAMÊ NAS CORES (AZUL CLARO, VERDE LIMÃO, AMARELO, ROSA) 2 NOVELO DE CADA COR. NOVELO COM 500M	UNID	Pingouim	8	6,59	52,72
08	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS TAMANHO Nº10 PACOTE C/ 50 PARES	PACOTE	B.C.I.E.E.L	10	3,40	34,00
09	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS TAMANHO Nº07. PACOTE C/ 50 PARES	PACOTE	B.C.I.E.E.L	10	2,20	22,00
10	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA DE MÃO TAMANHO TAM. 03 (58MM). COMPOSIÇÃO:AÇO NIQUELADO	PECAS	Corrente	30	0,06	1,80
11	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA DE MÃO TAMANHO TAM. 07 (58MM). COMPOSIÇÃO:AÇO NIQUELADO	PECAS	Corrente	30	0,07	2,10
12	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA DE MÃO TAMANHO TAM. 08 (58MM). COMPOSIÇÃO:AÇO NIQUELADO	PECAS	Corrente	30	0,07	2,10
13	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHAS DE CROCHÊ Nº 3 - Nº 2 - 1,25MM	PECAS	tulip	60	0,80	48,00

14	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% ALGODÃO, CARRETEL COM 4570M. NAS CORES PRETO, BRANCO, VERMELHO E AZUL. 10 CARRETÊIS DE CADA COR	PECAS	Trichê	40	5,00	200,00
15	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	NOVELO DE LÃ 40G COM 106 M. COMPOSIÇÃO 100% ACRÍLICO. CORES (MARROM , AMARELO CLARO, ROSA, MARROM, PRETO). 10 NOVELO DE CADA COR	PECAS	Pingouim	50	2,00	100,00
16	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	JUTA COR CRUA - LARGURA 1M.	M	Catarinense	10	4,20	42,00
17	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PAPEL TERMOCOLANTE - LARGURA 90CM	M	Fiorela	20	5,90	118,00
18	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MEADOS DE LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ(VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDEMUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, CINZA, PRETO, BEGE) 20 MEADOS DE CADA COR	PECAS	Corrente (Anchor)	320	1,09	348,80
19	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BARBANTE COLORIDO CONE COM 627 M - 711M(LARANJA , VERDE, ROSA, AZUL) 4 ROLOS DE CADA COR.	UNID	Textil São João	16	9,80	156,80
20	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BARBANTE MESCLADO CONE COM 627 M - 711M CORES DIVERSAS	UNID	Circulo	8	9,60	76,80
21	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BARBANTE 100% ALGODÃO CRU Nº 4	UNID	Textil São João	16	8,70	139,20
22	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TINTAS DE PUFF TECIDO 35 ML COR: VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, PRETO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, BEGE, CINZA) 10 FRASCOS DE CADA COR.	UNID	Acrilex	160	2,00	320,00
23	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITAS MÉTRICAS 150CM	UNID	Corrente	3	0,98	2,94
24	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CORDÃO DE JUTA, VALOR POR METRO.	M	Rut Argolas	20	0,12	2,40
25	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO (ROSA, AMARELO, MARROM, VERDE, ROXO) 50 METROS DE CADA COR	M	Artiara	250	0,21	52,50
26	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FELTRO (ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, PRETO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, BEGE, CINZA). 10 METROS DE CADA COR.	M	Santa Fé	150	6,90	1.035,00
27	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO PARA PATCHWORK - LARGURA 1,40M	M	Fernando Maluhi	15	14,18	212,70
28	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO 100% ALGODÃO COM ESTAMPAS MIÚDAS - LARGURA 1,40M	M	Fernando Maluhi	20	13,39	267,80
29	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO 100% ALGODÃO LISO - LARGURA 1,40M	M	Igaratinga	10	9,64	96,40
30	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO EM 100 % ALGODÃO CRU. LARGURA 1,60M	M	Santa Margarida	30	5,50	165,00
31	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TRICOLINI FLORAL. LARGURA 1,40M	M	Miazi	4	14,79	59,16
32	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TNT COMPOSIÇÃO: POLIPROLINO E VISCOSE. BOBINA COM 1,40M X 50 METROS (VERMELHO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, AZUL, AZUL CLARO, ROSA, AMARELO, ROXO, BRANCO, PRETO, LILÁS). UMA UNIDADE DE CADA COR.	UNID	Providência	11	45,00	495,00
33	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS C/ MOTIVOS (BORBOLETAS, FLORES, PICOLÉS, MAMADEIRA, CARROS, BONECOS, E OUTROS)	PECAS	NYBC	200	0,19	38,00
35	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PISTOLAS DE ADESIVO (COLA QUENTE) 20W, APLICADOR UTILIZA COLA QUENTE DE RESINA PLÁSTICA, GATILHO ANATÔMICO, UTILIZA REFIS DE COLA FINO (0,75 CM DE DIÂMETRO).	PECAS	Western	10	6,22	62,20
36	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PISTOLAS DE ADESIVO (COLA QUENTE) 40W, APLICADOR UTILIZA COLA QUENTE DE RESINA PLÁSTICA, GATILHO ANATÔMICO, UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO (1,12 CM DE DIÂMETRO).	PECAS	Western	10	11,49	114,90

37	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	REFIL DE COLA QUENTE TRANSPARENTE 0,75 CM DE ESPESSURA POR 30 CM DE COMPRIMENTO ADESIVO TERMOPLÁSTICO ELABORADO À BASE DE RESINAS SINTÉTICAS E CERAS ESPECIAIS INDICADO PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES, PACOTE COM 1 KG	PACOTE	Classi	10	21,00	210,00
38	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	REFIL DE COLA QUENTE TRANSPARENTE 1,12 CM DE ESPESSURA POR 30 CM DE COMPRIMENTO ADESIVO TERMOPLÁSTICO ELABORADO À BASE DE RESINAS SINTÉTICAS E CERAS ESPECIAIS INDICADO PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES, PACOTE COM 1 KG	PACOTE	Classi	10	21,00	210,00
39	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	COLAS UNIVERSAL PARA ARTESANATO TUBO COM 17G	UNID	Pegamil	10	4,00	40,00
40	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA CROCHÊ NOVELOS COM 125M, DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, PRETO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, BEGE, CINZA, VERMELHO, BRANCO) 20 NOVELOS DE CADA COR.	UNID	Circulo	360	1,49	536,40
41	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA CROCHÊ 500M DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, PRETO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, BEGE, CINZA) 20 NOVELOS DE CADA COR	UNID	Circulo	320	3,89	1.244,80
45	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TINTA RELEVO FRASCO COM 35ML DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, PRETO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, BEGE, CINZA) 10 FRASCOS DE CADA COR.	UNID	Acrilex	160	2,25	360,00
46	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TINTA DE TECIDO FRASCO C/ 37ML DIVERSAS CORES (VERMELHO, ROSA, VINHO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, PRETO, MARROM CLARO, MARROM ESCURO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, AMARELO QUEIMADO, BEGE, CINZA, PALHA, VERDE BANDEIRA) 10 FRASCOS DE CADA COR	UNID	Acrilex	180	1,50	270,00
47	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CORDÃO DE JUTA ROLO C/ 78M	UNID	Ruti Argolas	3	8,69	26,07
49	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PANOS DE PRATO 50X70 BRANCO ALGODÃO	UNID	Tecelagem Amabili	200	1,49	298,00
50	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHAS DE CROCHÊ Nº 3	UNID	Tulip	30	0,90	27,00
51	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MEIA DE SEDA (VERMELHO, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, ROSA, ROXO, LILÁS) 10 METROS DE CADA COR.	M	Scremin e Filhos	100	0,99	99,00
52	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITAS DE VOAL COM CETIM 15MM ROLO COM 10 METROS (VERMELHO, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERDE MUSGO, BRANCO, AMARELO, ROSA, ROXO, LILÁS) 30 METROS DE CADA COR.	UNID	Najar	300	0,79	237,00
53	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO MAGICO PARA ARTESANATO.	M	Arte com meia	30	0,90	27,00
54	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITAS QUADRICULADA LARGURA 10MM.	M	Najar	100	0,77	77,00
56	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE VOAL 38MM (BRANCA, VERMELHA, AZUL, ROXA, ROSA, LARANJA, VERDE, AMARELA, VERDE CLARO, LILÁS). 100 METROS DE CADA	M	Najar	2.000	0,89	1.780,00
58	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CORDÃO CRU. VALOR POR METRO.	M	HAK	50	0,30	15,00
059	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO PARA BORDAR PONTO CRUZ (BRANCO E BEGE) 10 METROS DE CADA COR.	M	Santa Margarida	20	9,45	189,00
Total do Fornecedor: R\$ 11.106,91							
Total Geral dos Itens: R\$ 13.740,71							

1.1. CUSTO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 13.740,71 (TREZE MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS E SETENTA E HUM CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pelo FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 03/2012 - Pregão Presencial Nº. 3/2012.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 3/2012 - Pregão Presencial Nº. 3/2012 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O objeto da licitação deverá ser entregue PARCELADAMENTE, em datas e quantidades a serem definidas pelo FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a

aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os

pagamentos.

9.2. Todas as entregas deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Saúde - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, conforme descrito abaixo, no prazo máximo de até 03 (três) dias consecutivos, após o recebimento da requisição de fornecimento.

Local para Entrega
FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL
RUA 11 DE NOVENBRO, 2998 – B. CENTRO
MASSARANDUBA - SC
DAS 07:30 h às 11:30h e 13:00h às 16:45h

9.3. As Notas Fiscais deverão ser emitidas, de acordo com as ordens de compra, para:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ: 01.743.462/0001-61
RUA 11 DE NOVENBRO, 2998 – B. CENTRO
CEP.: 89.108-000 MASSARANDUBA - SC

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar os materiais de expediente, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, dentro de um prazo máximo de 3 (três) dias consecutivos após solicitação através de ordem de serviço, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.3.1. A empresa vencedora entregará os materiais de expediente, nos locais que a Administração Municipal definirá no ato da solicitação da prestação do serviço, independente de quantidade, localidade e distancia a ser percorrida.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda ao FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 3/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 07 de Agosto de 2012.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA CHEILA PATRICIA ROHWEDER Gestora do Fundo Municipal
---	--

EXPRESSAO COM DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME EDUARDO RAFAEL PEREIRA CPF: _____ Contratada	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO IMELDE ZANELLA CPF: _____ Contratada
--	---

Ata de Reg. Preço 1.2012 Mat. Expediente - FASS

Ata de Registro de Preço nº. 01.2012

Processo Licitatório nº.2/2012

Pregão Presencial nº. 2/2012

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 02 dias do mês de Agosto do ano de 2012, o FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 432, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra CHEILA PATRICIA ROHWEDER e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis,

em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº.2/2012 - Pregão Presencial Nº. 2/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos visando aquisição de diversos MATERIAIS DE EXPEDIENTE, novos, de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO destinados as atividades desenvolvidas pelo Centro de Conveniência e Fortalecimento do Fundo Municipal de Assistência Social ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41
CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	10.996.580/0001-72

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos MATERIAIS DE EXPEDIENTE, novos, de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO destinados as atividades desenvolvidas pelo Centro de Conveniência e Fortalecimento do Fundo Municipal de Assistência Social, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços. Segue abaixo especificações e quantitativos com os respectivos vencedores.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	ALFINETE Nº 29 (CXA COM 100 UNIDADES)	CX	BACCHI	10,00000	3,9500	39,50
03	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	BALÕES Nº7 COM 50 UNIDADES	PACOTE	SÃO ROQUE	20,00000	5,3300	106,60
09	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	BORACHA PARA APAGAR NA COR BRANCA PARA LAPIS (GRAFITES), BRANCA, VALOR POR UNIDADE Nº40.	UNID	ZAP	20,00000	0,1800	3,60
13	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CARTOLINA 140G/M2 50 X 66MM. DIVERSAS CORES:	UNID	ALOFORM	100,00000	0,7900	79,00
14	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CD REGRAVAVEL - CD RW 80 MIN 700 MB	UNID	ELGIN	20,00000	0,8800	17,60
16	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	COLA BRANCA, LAVAVEL, NAO TOXICA, A BASE DE AGUA,POTES DE 500G	UNID	PIRATININ-GA	10,00000	5,6700	56,70
17	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	COLA BRANCA - 90 GR	UNID	ALMAFLEX	10,00000	1,3100	13,10
18	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	COLA GLITER, LAVAVEL, NAO TOXICA, A BASE DE AGUA,CORES DIVERSAS, COM 35 GRAMAS	UNID	ACRILEX	40,00000	2,2400	89,60
25	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	LAPIS PRETO 6B, REDONDO, COMPOSIÇÃO: MATERIAL CERAMICO, GRAFITE E MADEIRA REFLORESTADA.	UNID	CIS	10,00000	1,4600	14,60
26	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	LAPIS DE COR PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTEE CERAS, LONGOS - CX C/ 12 UNID EM CORES VARIADAS	CX	LABRA	15,00000	3,0300	45,45
27	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	LAPIS PRETO NR 2, REDONDO, CXA COM 12 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: MATERIAL CERAMICO, GRAFITE E MADEIRA REFLORESTADA.	CX	LABRA	5,00000	3,3600	16,80
28	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL CARTAO CORES DIVERSAS, FOSCO, 50 X 70, 280 G (MINIMO DE 10 CORES DIFERENTES)	UNID	vmp	160,00000	0,7500	120,00
29	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL CREPOM COMUM, 0,48X2,00 MT, CORES VARIADAS	UNID	vmp	40,00000	0,5800	23,20
30	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL SEDA 48 X 60 CM, CORES DIVERSAS, TAMANHO PADRAO (MINIMO DE 10 CORES DIFERENTES)	UNID	vmp	56,00000	0,2400	13,44
32	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL LAMINADO, DIMENSÕES 4,5m CX 59MM	UNID	realce	32,00000	1,0300	32,96
33	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL VERGE A4 180G/M2. CAIXA COM 50 FOLHAS. CORES DIVERSAS	CX	offpaper	15,00000	10,7500	161,25
34	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PASTA CATALOGO IDEAL PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS, FORMATO OFICIO, 4 COLCHETES METALICOS, COM 50ENVELOPES GROSSOS, DIMENSÕES: 243 X 333MM, COM CAPA VERDE	UNID	dac	6,00000	10,9300	65,58
35	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	prayon	5,00000	1,4900	7,45
36	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PINCEL ATOMICO, PONTA FELTRO QUADRADA, TAMANHO 11CM, TINTA A BASE DE ALCOOL, CORANTE, ADITIVO E SOLVENTE, DIVERSAS CORES.	UNID	pilot	20,00000	2,6900	53,80
40	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE - ROLO COM 25 METROS	UNID	informs	2,00000	54,1800	108,36
42	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	REGUAS DE 30 CM (ACRILICA)	UNID	waleu	25,00000	0,6600	16,50
43	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	REGUA ACRILICA 60CM	UNID	bandeirante	2,00000	4,8200	9,64
45	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	FITA DE PAPEL KRAFT LISO 48MM X 50M, 1ª QUALIDADE	UNID	eurocell	10,00000	14,0300	140,30
46	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 45M.	UNID	furnapack	10,00000	3,7700	37,70
50	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	TESOURA PARA USO ESCOLAR 13CM EM AÇO INOX, CARACTERISTICAS DO PRODUTO: APROPRIADA PARA USO ESCOLAR OU DE BOLSO, COM CABO DE POLIPROPILENO, PONTA ARREDONDADA.	UNID	jocar	30,00000	2,9600	88,80
51	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	TINTA RELEVO DIMENSIONAL 35 ML, BRILHANTE	UNID	acrillex	140,00000	2,3500	329,00

52	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	TINTA GUACHE: RESINA, AGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTE TIPO BENZOTIAZOL 500 ML. DIVERSAS CORES.	UNID	piratininga	36,00000	3,2000	115,20
Total do Fornecedor: 1.805,73							
02	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	APONTADOR RETANGULAR, SEM DEPOSITO, EM CORES SORTIDAS (NACIONAL), COM LAMINA DE AÇO TEMPERADO ESPECIAL.	UNID	FABER CASTELL	20,00000	0,9800	19,60
04	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	BOLAS DE ISOPOR Nº 100MM	UNID	STYCOFORTE	50,00000	1,5300	76,50
07	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	BOLAS DE ISOPOR Nº 50MM	UNID	STYCOFORTE	100,00000	0,3600	36,00
08	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	BOLAS DE ISOPOR Nº 75MM	UNID	STYCOFORTE	100,00000	0,6200	62,00
10	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	CANETA HIDROCORES, TINTA LAVAVEL, NAO MANCHA O UNIFORME, PONTA REGULAR, PACOTE COM 12 UNIDADES.	UNID.	FABER CASTELL	20,00000	12,4700	249,40
11	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	CANETA MARCADOR PARA TECIDO, PONTA GROSSA.	UNID	ACRILEX	20,00000	2,7200	54,40
20	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	FOLHA DE EVA, ESPECIFICAÇÕES TECNICAS: E.V.A COLORIDO, LAVAVEL, ATOXICO, TOTALMENTE ANATOMICODIMENSOES: 600X400X2MM, DIVERSAS CORES.	UNID	SELLER	160,00000	3,9700	635,20
24	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	FOLHA DE EVA, ESPECIFICAÇÕES TECNICAS: E.V.A COLORIDO, LAVAVEL, ATOXICO, TOTALMENTE ANATOMICO, DIMENSOES: 600X400X2MM, DIVERSAS CORES.	UNID	SELLER	160,00000	1,6200	259,20
37	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	PINCEL PARA QUADRO BRANCO. COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE ALCOOL, PIGMENTOS, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA DE ACRILICO. CARACTERISTICAS DO PRODUTO: IDEAL PARA QUADRO BRANCO POIS TEM PONTA MACIA QUE NAO DANIFICA E TINTA QUE E FACILMENTE APAGADA. ESPECIFICAÇÕES: NAO RECARREGAVEL, PONTA DE 4,0mm, ESPESSURA DE ESCRITA 2,0mm, DIVERSAS CORES:	UNID	DESART	15,00000	3,5700	53,55
47	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	TESOURA FORJADA E NIQUELADA PARA COSTURA, FIO LISO, 21 CM	UNID	DESART	6,00000	30,1500	180,90
48	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME	TESOURA FORJADA E NIQUELADA PARA COSTURA, FIO LISO, 24 CM	UNID	DESART	6,00000	49,4300	296,58
Total do Fornecedor: R\$1.923,33							

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ R\$ 3.729,06 (três mil, setecentos e vinte nove reais e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pelo FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 02/2012 - Pregão Presencial Nº. 2/2012.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 2/2012 - Pregão Presencial Nº. 2/2012 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO



4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de

Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O objeto da licitação deverá ser entregue PARCELADAMENTE, em datas e quantidades a serem definidas pelo FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia

do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária,

resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar os materiais de expediente, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, dentro de um

prazo máximo de 3 (três) dias consecutivos após solicitação através de ordem de serviço, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.3.1. A empresa vencedora entregará os materiais de expediente, nos locais que a Administração Municipal definirá no ato da solicitação da prestação do serviço, independente de quantidade, localidade e distancia a ser percorrida.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda ao FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 2/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 02 de Agosto de 2012.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA CHEILA PATRICIA ROHWEDER Gestora do Fundo Municipal
---	--

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP CNPJ: 04.586.694/0001-41	CANTINHO DO PAPEL PAPELARIA LTDA ME CNPJ: 10.996.580/0001-72
---	---

Meleiro

PREFEITURA

Lei N.º 1556/2012

LEI n.º 1556/2012

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicionais suplementar no montante de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), a ser distribuídos nas seguintes contas:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 - Aplicações Diretas (61)

R\$ 140.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.0 - Aplicações Diretas (213)

R\$ 110.000,00

040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (82)

R\$ 20.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

080128843.2054 - Manutenção dos Encargos Especiais

3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (129)

R\$ 80.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (131)

R\$ 130.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120108241.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (170)

R\$ 10.000,00

120108243.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (163)

R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (172)

R\$ 10.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2022 - Manutenção das Ações Básica de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (15)

R\$ 40.000,00

130110301.2024 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (32)

R\$ 20.000,00

Total R\$ 580.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Basico

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 - Aplicações Diretas (30)

R\$ 250.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

080128843.2054 - Manutenção dos Encargos Especiais

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (130)

R\$ 250.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120108244.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (164)

R\$ 20.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (46)

R\$ 60.000,00

Total R\$ 580.000,00

Art. 3º Fica ajustado nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1378/09, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal nº. 1511/11 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei Municipal nº. 1.521/11, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de agosto de 2012.

CLAUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 234/2012

PORTARIA n.º 234/2012

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, resolve:

C O N T R A T A R

Art. 1.º O Senhor MARCOS ANDRÉ FERNANDES, para exercer o cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da presente data, em virtude do pedido de exoneração do servidor Wagner Waltrique Vieira.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Agosto de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 235/2012

PORTARIA n.º 235/2012

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO AO SERVIDOR LOTADO E DESIGNADO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA -SAMU .

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1489/2011 de 16 de Fevereiro de 2011, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º Ao servidor público municipal MARCOS ANDRÉ FERNANDES - matrícula nº 1383, ocupante do cargo de Motorista, o auxílio alimentação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, a título de indenização por despesas com alimentação, prevista na Lei n.º 1489/2011.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Agosto de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA**Extrato de Aditivo N.º 01/2012 do Contrato de Locação de Imóvel Urbano**

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2012 DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO
PARA ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA nº 38/2011.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

EZEQUIAS PEREIRA, brasileiro, casado, diretor industrial, portador da Cédula de Identidade nº 2C-1.138.337 - SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 312.907.109-10, residente e domiciliada na Rua Madeira, 258, Bairro Guanabara, na cidade de Joinville - SC, na qualidade de Procurador do proprietário, conforme assento de Procuração em anexo, doravante denominado, "LOCADOR"; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representada pelo Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA".

têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DA GARAGEM MUNICIPAL, PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS, que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente Termo Aditivo de Contrato, a prorrogação do prazo em mais 12 (doze) meses, a locação pela LOCATÁRIA, do imóvel de propriedade da LOCADORA, constituído de um Pavilhão Pré Moldado em Alvenaria com área de 645,00 m², sobre um Terreno com área de 6.249,20 m², localizado as margens da Rodovia SC 456, no Loteamento Albuquerque - Monte Carlo/ SC ("o imóvel), com Matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo-SC, sob o nº R-1-5.320 do livro 02, iniciando-se em 01/08/2012 e findando em 31/07/2013, podendo ser novamente prorrogado por igual período, conforme artigo 57 da lei 8666/93, sempre que houver interesse e acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará mensalmente à LOCADORA, a título de aluguel, o valor líquido de R\$ 1.635,00 (um mil e seiscentos e trinta e cinco reais), o qual deverá ser pago até o 15º dia do mês subsequente à utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com o que o LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento Municipal de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária de 2012:

Órgão 09

Unidade 02

Projeto/atividade 2.023

3.3.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na sua forma original, ao qual esse Termo Aditivo permanece subordinado.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 31 de julho de 2012.

ESEQUIAS PEREIRA

CPF Nº 312.907.109-10

Locadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO/SC

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Locatária

Navegantes

PREFEITURA

Declara de Utilidade Pública Imóvel Que Especifica

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 404 DE 02 DE AGOSTO DE 2012

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV, da Lei Orgânica do Município, com fundamento das políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de Utilidade Pública para fins de desapropriação, os seguintes imóveis:

I. Um terreno sem benfeitorias situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana da sede do município de Navegantes-SC, na décima quarta quadra do lado par da Avenida Armação, hoje Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, com área de 5.330,82 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE a OESTE no lado par da avenida acima citada, 13,53 metros; FUNDOS ao LESTE nas Marinhas do Oceano Atlântico, hoje Rodovia Ivo Silveira, também a mesma medida; EXTREMA ao SUL com terras de Suzana Zeiger e Harvey José Silvello, ficando distante nesta extrema, da esquina com o lado par de uma rua sem denominação especial, hoje rua Félix Gaya, 38,53 metros; e ao NORTE com ditas ora de João Cândido Couto e de Bernardina Couto de Souza, medindo em cada uma destas extremas, 394,00 metros, com as seguintes coordenadas geográficas aproximadas: Partindo do vértice 1 de coordenadas N= 7.023.277,9351 e E= 733.787,9026, segue deste sentido sul para o norte na distância de 13,53 metros chegando no vértice 2 de coordenadas N= 7.023.291,3421 e E= 733.789,6968, segue deste sentido oeste para leste na distância de 394,00 metros chegando no vértice 3 de coordenadas N= 7.023.281,8252 e E= 734.183,5792, segue deste sentido norte para o sul na distância de 13,53 metros chegando no vértice 4 de coordenadas N= 7.023.268,4182 e E= 734.181,7850, segue deste sentido leste para oeste na distância de 394,00 metros chegando então no vértice de partida 1, imóvel este que se encontra matriculado sob o nº 25.894 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí/SC, em nome de Suzana Zeiger e Harvey José Silvello.

II. Um terreno sem benfeitorias situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana da sede do município de Navegantes-SC, na décima quarta quadra do lado par da Avenida Armação, hoje Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, com área de 3.842,52 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE a OESTE no lado par da avenida acima citada 13,53 metros; FUNDOS ao LESTE nas terras de Leonardo Marthendal, 284,00 metros; EXTREMA ao SUL com terras de Vicente Coelho, Arthur Gaya Filho e Perciliana Rodrigues Gaya, ficando distante nesta extrema, da esquina com o lado par de uma rua sem denominação especial, hoje rua Félix Gaya, 25,00 metros; e ao NORTE com terras de Suzana Zeiger e Harvey José Silvello, com as seguintes coordenadas geográficas aproximadas: Partindo do vértice 1 de coordenadas

N= 7.023.264,5281 e E= 733.786,1084, segue deste sentido sul para o norte na distância de 13,53 metros chegando no vértice 2 de coordenadas N= 7.023.277,9351 e E=

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

733.787,9026, segue deste sentido oeste para leste na distância de 284,00 metros chegando no vértice 3 de coordenadas N= 7.023.271,0752 e E= 734.071,8185, segue deste sentido norte para o sul na distância de 13,53 metros chegando no vértice 4 de coordenadas N= 7.023.257,6682 e E= 734.070,0243, segue deste sentido leste para oeste na distância de 284,00 metros chegando então no vértice de partida 1, imóvel este que se encontra matriculado sob o nº 14.654 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí/SC, em nome de Suzana Zeiger e Harvey José Silvello.

§ 1º A área descrita neste artigo destina-se à construção de um Centro de Eventos, o qual será um espaço destinado à realização de eventos em geral, como o Carnaval, Desfile oficial do Município, Shows musicais, artísticos, eventos culturais, dentre outros, visando ao desenvolvimento do Turismo, do Esporte, da Cultura e do Lazer em Navegantes, bem como à captação de fluxo turístico, seja ele de lazer ou de negócios, e as consequentes gerações de emprego e renda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 02 DE AGOSTO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nessa data.

Navegantes, 02 de agosto de 2012.

GRACY KELLY LUCINDO

Secretária De Administração E Logística Interina

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 90/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS-DE-AR PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, DOS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 24/08/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 24/08/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 09 de agosto de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 93/2012FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2012FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS DIÁRIOS DAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS DE ESPECIALIDADES E REFERÊNCIA, POLICLÍNICAS E POSTOS DE ATENDIMENTO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES. (ITENS DESERTOS E FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2012). Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 23/08/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 23/08/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 08 de agosto de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 115/2012FMC

Prefeitura de Navegantes
Extrato do Contrato nº 115/2012
Contratante Fundação Municipal de Cultura
Contratada: Fontana & Hisamatsu Impressão Digital Ltda Me.
Valor: R\$ 11.548,00 (onze mil quinhentos e quarenta e oito reais).
Vigência: Início: 17/12/2012 Término: 31/12/2012.
Licitação: Pregão Presencial nº 02/2012.
Recursos: Dotação: (01) 2.069.3990.00

Objeto: Aquisição, confecção, instalação, manutenção e/ou reposição de bandeiras devidamente personalizadas e hastes para a comemoração do 50º aniversário do Município de Navegantes/SC.

Navegantes, 09 de agosto de 2012.

Extrato do Contrato Nº 121/2012FME

Prefeitura de Navegantes
Extrato do Contrato nº : 121/2012
Contratante : Fundação Municipal de Esportes
Contratada : União Futebol Clube
Valor : R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência : Início: 05/07/2012 Término: 31/12/2012
Licitação : Dispensa de Licitação nº 68/2012
Recursos : Dotação: (07) 2.071.3390.00

Objeto : O presente imóvel será utilizado pela Fundação Municipal de Esporte de Navegantes, onde serão utilizadas as dependências para atividades desportivas, para realização de escolinhas e competições como: Moleque Bom de Bola, JEN, Municipal de Campo, entre outros, o qual possui infraestrutura adequada para as atividades e suas instalações.

Navegantes, 09 de agosto de 2012.

Nova Trento**PREFEITURA****Portaria Nº 637/2012**

Portaria nº 637 /2012

Outorga Poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Tesoureiro da Prefeitura Municipal.

Orivan Jarbas Orsi, Municipal do Município, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - OUTORGAR poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. VILSON DALBOSCO, designado pela Portaria nº 414, de 02 de maio de 2012, e ao servidor municipal ANDERSON BERTOTTI PIAZZA, nomeado para o cargo em comissão de Diretor do Departamento Financeiro, nível CC-21 e designado Tesoureiro desta Prefeitura Municipal, pela Portaria nº 471, de 04 de junho de 2012, para assinar em conjunto, acessar e movimentar as conta nº 560-6 do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ Nº 08.858.200/0001-91), cadastrada no BRADESCO - Agência Nº 6226 - Nova Trento/SC, com poderes inclusive, para:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO À VISTA;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;

Fls. 02 - Portaria nº 637/2012

- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de agosto de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 07 de agosto de 2012.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 638/2012

Portaria nº 638/2012

Outorga Poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social e Tesoureiro da Prefeitura Municipal.

Orivan Jarbas Orsi, Municipal do Município, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - OUTORGAR poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, Sr. ADAUTON RAULINO, designado pela Portaria nº 874, de 04 de dezembro de 2011, e ao servidor municipal ANDERSON BERTOTTI PIAZZA, nomeado para o cargo em comissão de Diretor do Departamento Financeiro, nível CC-21 e designado Tesoureiro desta Prefeitura Municipal, pela Portaria nº 471, de 04 de junho de 2012, para assinar em conjunto, acessar e movimentar a conta nº 550-9, aberta em nome do Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ Nº 14.860.908/0001-80), cadastrada no BRADESCO - Agência 6226 - Nova Trento/SC, com poderes, inclusive para:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO À VISTA;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;

Fls. 02 Portaria nº 638/2012

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;

- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de agosto de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 07 de agosto de 2012.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte**PREFEITURA****Extrato 1º TA ao Ca Nº 077/2012**

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Aditivo Nº 001 ao Contrato Administrativo Nº 077/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : SCS COMÉRCIO LTDA ME

Valor : 107,64 (cento e sete reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 08/08/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2012

Recursos: Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo: 21.582,14

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo dos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 13 e 15 do Pregão Presencial Nº 025/2012.

NOVO HORIZONTE, 8 de Agosto de 2012

Extrato 1º TA ao Ct Nº 078/2012

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Aditivo Nº 001 ao Contrato Administrativo Nº 078/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : COMERCIAL JF SANTOS LTDA ME

Valor : 47,30 (quarenta e sete reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 08/08/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2012

Recursos: Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo: 21.582,14

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo dos itens 02, 04, 05 e 10 do Pregão Presencial nº 025/2012.

NOVO HORIZONTE, 8 de Agosto de 2012

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 2158/2012

PORTARIA Nº. 2158/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ENIA MARA MARTINS, matrícula nº. 801563, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2159/2012

PORTARIA Nº. 2159/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) EVANIR PEDROSO DA SILVA PEREIRA, matrícula nº. 801610, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2160/2012.

PORTARIA Nº. 2160/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FABIANA DINIZ, matrícula nº. 801573, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2161/2012

PORTARIA Nº. 2161/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FABIANA GENI DA SILVA, matrícula nº. 801499, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2162/2012

PORTARIA Nº. 2162/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FLAVIA COELHO, matrícula nº. 801552, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2163/2012

PORTARIA Nº. 2163/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FLAVIA DA SILVA, matrícula nº. 801459, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2164/2012
PORTARIA Nº. 2164/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) GECI APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº. 801509, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2165/2012
PORTARIA Nº. 2165/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ELISABETE ELZA SOUZA, matrícula nº. 300102, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2166/2012.
PORTARIA Nº. 2166/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ELISANGELA GALLIANI, matrícula nº. 300414, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2167/2012
PORTARIA Nº. 2167/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ELIZIANA REGINA FLORES SCHMIDT, matrícula nº. 801122, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projeto e Trânsito, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2168/2012.
PORTARIA Nº. 2168/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ERNANDE JOÃO MIGUEL, matrícula nº. 300224, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2169/2012
PORTARIA Nº. 2169/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FABIANA ROSA PEREIRA, matrícula nº. 100287, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2170/2012
PORTARIA Nº. 2170/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FLAVIA DO NASCIMENTO, matrícula nº. 100286, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2171/2012.
PORTARIA Nº. 2171/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) FABIANI OTILIA DE PINHO GULART, matrícula nº. 300117, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2172/2012
PORTARIA Nº. 2172/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 1º. da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) GERALDO AMORIM, matrícula nº. 500457, no cargo de Assistente Administrativo, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2011.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2173/2012.
PORTARIA Nº. 2173/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUSSARA DA SILVEIRA, matrícula nº. 400113, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2005 a 01/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 26/07/2012 à 26/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2174/2012
PORTARIA Nº. 2174/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) RUAN PABLO SILVA LUCIANO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2175/2012.
PORTARIA Nº. 2175/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PATRICIA LISBOA AGOIRE, do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 06/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2176/2012.
PORTARIA Nº. 2176/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097

de 15 de dezembro de 2010, ELIANE SCHREIBER, titular do cargo de Professor de Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2177/2012.
PORTARIA Nº. 2177/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NELZIRA DA SILVA, titular do cargo de Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2178/2012
PORTARIA Nº. 2178/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LISLIE CRISTINA D. DA SILVA DA ROSA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2179/2012.
PORTARIA Nº. 2179/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) AMÁLIA ROSANE OLIVEIRA DA SILVEIRA, titular do cargo de Enfermeira, nomeado

através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2180/2012
PORTARIA Nº. 2180/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAQUEL SORAIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096/2010, nº. 2508/2088 e Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Moni-tor, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 31/07/2012 a 31/07/2013.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2181/2012.
PORTARIA Nº. 2181/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDVALDA PERES DA SILVEIRA, matrícula nº. 801189, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/04/2005 a 07/04/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/08/2012 à 07/09/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2182/2012.
PORTARIA Nº. 2182/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA SANTOS, matrícula nº. 800100, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei

096/2011, referente ao quinquênio de 05/06/1999 a 05/06/2004, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 01/08/2012 a 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2183/2012.

PORTARIA Nº. 2183/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMERE APARECIDA SCOTTI VEN-SON, matrícula nº. 190061, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/02/2005 a 18/02/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/08/2012 à 01/09/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2184/2012

PORTARIA Nº. 2184/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2011 de 03 de julho de 2012, que Concedeu Licença Prêmio a servidora LORECI CATARINA WESTPHAL, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período de usufruto que deverá ser 27/07/2012 a 25/08/2012, e não como consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2185/2012.

PORTARIA Nº. 2185/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LECI CRISTINA MACARIO ALVES, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração

Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2186/2012.

PORTARIA Nº. 2186/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NICE LUCHI, matrícula nº. 800257, titular do cargo de Biblioteconomista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 04/04/1991 a 04/04/1996, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 03/09/2012 à 03/11/2012.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2187/2012

PORTARIA Nº. 2187/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MIS-LANIA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/08/2012, face ao término da Licença Gestação.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2188/2012.

PORTARIA Nº. 2188/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EVEL-LYN VIEIRA MOTA, matrícula 128701 e 128225, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/08/2012, face ao término da Licença Gestação.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2189/2012
PORTARIA Nº. 2189/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DAYA-NA REGINA NECKEL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/08/2012, face ao término da Licença Gestação.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2190/2012
PORTARIA Nº. 2190/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KAMI-LA COELHO NATIVIDADE, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 23/08/2012, face ao término da Licença Gestação.

Palhoça, SC, em 20 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2191/2012.
PORTARIA Nº. 2191/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) THAIS TORRES NEVES, titular do cargo de Médico Cirurgião Vascular, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2192/2012.
PORTARIA Nº. 2192/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) TATIANA DE SOUZA KIMURA, matrícula nº. 300443, titular do cargo de Assistente Administrativo, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos e Trânsito, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2193/2012.
PORTARIA Nº. 2193/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LECI CRISTINA MACÁRIO ALVES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Francisca Raimunda da Silva, da Secretaria Municipal Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de agosto de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2194/2012.
PORTARIA Nº. 2194/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LETICIA TORRES DA SILVA, titular do cargo de Psicóloga, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2195/2012.

PORTARIA Nº. 2195/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JAMILA GALDINO DOS SANTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pes-soal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2196/2012

PORTARIA Nº. 2196/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DIEGO RIBEIRO DEFREYN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2197/2012

PORTARIA Nº. 2197/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2198/2012.

PORTARIA Nº. 2198/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LILIA-NE DA SILVA GARCIA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2199/2012.

PORTARIA Nº. 2199/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALESSANDRA SILVEIRA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/08/2012.

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 129/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2012

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 22 de agosto de 2012, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pa-gani - Palhoça/SC, a abertura da PREGÃO PRESENCIAL Nº.129/2012, que tem por objeto aquisição de patins para serem utilizados nas unidades de ensino deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:30 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 08 de agosto de 2012.

A PREGOEIRA.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 130/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2012

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 23 de agosto de 2012, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pa-gani - Palhoça/SC, a abertura da PREGÃO PRESENCIAL Nº.130/2012, que tem por objeto aquisição de plantas, para a Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:30 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 08 de agosto de 2012.
A PREGOEIRA.

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 128/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 128/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

OBJETO: O objeto da presente dispensa consiste na prestação de serviços de publicação e divulgação de atos oficiais, bem como ou-tros atos administrativos que se fizerem necessários, em jornal com circulação diária em todo o Estado de Santa Catarina.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "56" - 08.01.2.066.3.3.90.39.90.

FUNDAMENTO: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 07/08/2012.

LUCAS DE SOUZA BRAGA PEDROSO

Secretário de Administração

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Extrato Inexigibilidade de Licitação Nº 118/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 118/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: ICETRA INSTITUTE DE CERTIFICAÇÃO E ESTUDOS DE TRÂNSITO

OBJETO: contratação de empresa exclusiva para realizar o Curso de Pós-Graduação em Nível de especialização "Latu Sensu" em Gestão de Trânsito, com carga horária mínima de 360h./a, com duração de 04 (quatro) meses, para os servidores:

Delegacia Regional de Polícia (30ª Circunscrição Regional de Trânsito de Palhoça - CIRETRAN)

-Delegada Gisele da Faria Jerônimo - matrícula 316051-3.

- Agente de Polícia Edson dos Santos Rodrigues - matrícula 150.494-0.

VALOR: R\$ 13.320,00 (treze mil, trezentos e vinte reais) para o período de 04 (quatro) meses, sendo o valor de R\$ 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta reais) mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "174" - 12.01.2.147.3.3.90.39.65.

FUNDAMENTO: Art. 25, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 31/07/2012.

FABIANO FERREIRA

Secretário de Infraestrutura, Trânsito, Defesa Civil, Energia e Transporte

GISELE DE FARIA GERÔNIMO
Delegada Regional de Polícia Civil

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Vencedor do Processo Nº35/2012

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DA CARTA CONVITE N 006/2012.

Aos 07 dias do mês agosto de 2012, às 10h00min, reuniu-se a Comissão de Licitação, no Setor de Compras e Licitação na Câmara Municipal de Palhoça, constituída pela portaria nº 221/2012, de 15 de fevereiro de 2012 e Portaria 278 de 12 de julho de 2012, para na forma da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, proceder o julgamento das propostas apresentadas pelas empresas habilitadas para a respectiva fase da Carta Convite nº 006/2012, destinada a contratação de pessoa jurídica para aquisição de Material gráfico para Câmara Municipal de Palhoça, a saber: 1 - MTS GRAFICA EDITORA LTDA - 02 - INDÚSTRIA GRÁFICA CENTRO SUL LTDA - 3 - GRÁFICA E EDITORA LIDER LTDA-EPP- 4 - IMPRESOART EDITORA GRAFICA LTDA-ME. Dando inicio aos trabalhos a Comissão Permanente de Licitação decidiu suspender os trabalhos por quinze minutos visando aguardar representantes das empresas habilitadas. Reabrindo os trabalhos constatou-se o não comparecimento dos representantes das empresas participantes. Em seguida a Comissão Permanente de Licitação fez a conferência dos 04 envelopes das empresas habilitadas, todos lacrados e devidamente rubricados. A Comissão Permanente de Licitação procedeu à abertura dos envelopes contendo as Propostas. Feita a rubrica conferência e análise das propostas a Comissão Permanente de Licitação em conformidade com o item 6 do respectivo edital, verificou que a empresa vencedora do presente certame foi INDÚSTRIA GRÁFICA CENTRO SUL LTDA, uma vez que apresentou o menor preço global, a saber: R\$18.440,40 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta centavos); Em segundo lugar, a empresa MTS GRAFICA EDITORA LTDA apresentou preço global de: R\$23.396,00 (vinte e três mil, trezentos e noventa e seis reais); Em terceiro lugar classificou-se a empresa IMPRESOART EDITORA GRAFICA LTDA-ME com o valor de R\$25.033,00 (vinte e cinco mil, trinta e três reais); e em quarto lugar a empresa GRÁFICA E EDITORA LIDER LTDA-EPP com proposta no valor de R\$38.160,00 (trinta e oito mil, cento e sessenta reais). Dê-se publicidade ao ato nos moldes da legislação vigente, ficando, desde já, os autos com vistas aos interessados. Findado os trabalhos com a lavratura desta ata, após lida e estando em conformidade, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Transcorrido o prazo de Recurso, encaminhe-se ao setor de compras para lavratura do contrato.

Intimem-se.

Publique-se.

MARIA JOSÉ DA S. SCHUTZ
Presidente:

MARCIANE LOHN
Membro

CÉLIA SANTIAGO DE SOUSA
1º Membro Suplente

IPPA**Portaria 035/2012**

PORTARIA Nº 035/2012

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Milton Luíz Espíndola, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar a Portaria nº 028/2011, ou seja, onde lê-se "por tempo de serviço com proventos integrais ()", leia-se "por tempo de serviço com proventos proporcionais ()". Onde lê-se "CPF sob nº 377.348.149-72", leia-se "CPF sob nº 223.836.979-15".

Artigo 2º - Retificar a Portaria nº 066/2011, ou seja, onde lê-se "por tempo de serviço com proventos integrais ()", leia-se "por tempo de serviço com proventos proporcionais ()". Onde lê-se "CPF sob nº 377.348.149-72", leia-se "CPF sob nº 223.836.979-15".

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Executivo, em 01 de agosto de 2012.

MÍLTON LUÍZ ESPÍNDOLA

Diretor Executivo do IPPA

Registrada e publicada na data supra.

GUSTAVO HAEMING GERENT

Advogado

OAB/SC 30.075

Portaria 038/2012

PORTARIA Nº 038/2012

RETIFICA A PORTARIA Nº 032/2012.

Ronério Heiderscheidt, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 032/2012, relativa ao ato de aposentadoria de ODETE MARIA DA ANUNCIAÇÃO FRANK, ou seja, onde lê-se "() PIS/PASEP sob o nº 1.203.949.812-7 ()", leia-se "() sob o nº 102.734.955-66 ()".

Art. 2º - Os demais dispositivos da Portaria nº 032/2012, permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 01 de agosto de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT MILTON LUIZ ESPINDOLA

Prefeito Municipal

Diretor Executivo

Matricula 500022

Mª TEREZINHA BROERING FERNANDES

Assistente Administrativo

Matricula 300155

Palmitos**PREFEITURA****Processo 97/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº097/12 Modalidade: Tomada de Preço nº019/12. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA REABILITAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MOTORA E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. Entrega do Envelopes: 27/08/2012, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 27/08/2012 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 09 de agosto de 2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Passo de Torres**PREFEITURA****Decreto Nº 238/2012**

DECRETO Nº. 238, DE 03 DE JULHO, DE 2012.

"NOMEIA, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Art. 8º, parágrafo único da Lei Nº 170, de 18 de Dezembro de 1995, Alteradas pelas Leis Nº 378/2001 e 402/2001;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Representantes do Governo

a) Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social:

Titular: Maria Zea Silveira Pires

Suplente: Giovana de Moraes Lima

b) Representantes da Secretaria de Educação e Cultura:

Titular: Fernanda de Souza Lumertz

Suplente: Marilian da Silva Casagrande

c) Representantes da Secretaria de Agricultura:

Titular: Eslânia de Oliveira Gomes

Suplente: Marta Dutra dos Santos

II - Representantes de Entidades não Governamentais

a) Representantes do Corpo de Bombeiros Voluntários de Passo de Torres:

Titular: Marcos André Pereira

Suplente: Michel Anderson P. Teixeira

b) Representantes da Colônia de Pescadores Z-18:

Titular: Adriano Delfino Joaquim

Suplente: Lais Clos Carvalho Joaquim

c) Representantes da Associação dos Clubes de Mães do Município de Passo de Torres:

Titular: Taise Martins dos Santos

Suplente: Vilma Caetano de Campos

Art. 2º - O mandado será de 02 (dois) anos, e a participação dos Conselheiros se dará a título gratuito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 090 de 21 de junho de 2012.

Passo de Torres, em 03 de julho de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de julho de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 239/2012

DECRETO Nº. 239, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"EXONERA JOSANDRA DOS SANTOS HENRIQUE MAURICIO DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada Josandra dos Santos Henrique Mauricio do cargo de Chefe de Gabinete DAS - 1.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 240/2012

DECRETO Nº. 240, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA JOSANDRA DOS SANTOS HENRIQUE MAURICIO PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Josandra dos Santos Henrique Mauricio

para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 241/2012

DECRETO Nº. 241, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA ANGELICA DA SILVA TEIXEIRA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Angelica da Silva Teixeira para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 242/2012

DECRETO Nº. 242, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA LUANA GOULART DA BOIT PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Luana Goulart da Boit para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº

001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 070/2012

PORTARIA Nº 070, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOELMA DOMINGOS LOPES HESPANHOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidora Pública Municipal, Joelma Domingos Lopes Hespanhol, referente ao período aquisitivo de 05/01/1998 à 04/01/2003.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciada em 01/08/2012 e terminará em 29/10/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 071/2012

PORTARIA Nº 071, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, VERA REGINA DOS SANTOS BOCH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidora Pública Municipal, Vera Regina dos Santos Boch, referente ao período aquisitivo de 14/08/2003 à 13/08/2008.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciada em 01/08/2012 e terminará em 29/10/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 072/2012

PORTARIA Nº 072, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, AURORA FERNANDES JOAQUIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidora Pública Municipal, Aurora Fernandes Joaquim, referente ao período aquisitivo de 22/07/2007 à 21/07/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciada em 01/08/2012 e terminará em 29/10/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 073/2012

PORTARIA Nº. 073, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "C" PARA "D" AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, ANTONIO PINTO GOMES".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "C" para "D", ao servidor público Municipal do quadro efetivo, Antonio Pinto Gomes, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei

Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupos: I, II e III da referida LEI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de Agosto de 2012.

JANAINA SILVERA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 074/2012

PORTARIA Nº. 074, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

□'NOMEIA OS MEMBROS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL 2 - PNHR 2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros que atuarão no PNHR 2 em parceria com COHAB/SC.

Art. 2º- Ficam nomeados como membros, Samanta Bonicenha de Souza, Arquiteta, CAU nº 117055-4 e Maria Zea Silveira Pires, Assistente Social da Prefeitura Municipal, registro nº 1977 CRAS 10º R.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 075/2012

PORTARIA Nº. 075, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "C" PARA "D" A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, MARIA CLAUDETE DA SILVA OLIVEIRA".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "C" para "D", a servidora pública Municipal do quadro efetivo, Maria Claudete da Silva Oliveira, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º,

da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e, Grupos: II, da referida LEI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de Agosto de 2012.

JANAINA SILVERA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 076/2012

PORTARIA Nº. 076, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "C" PARA "D" AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, FABIO ALVES DA SILVEIRA".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "C" para "D", ao servidor público Municipal do quadro efetivo, Fabio Alves da Silveira, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e, Grupos: II, da referida LEI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de Agosto de 2012.

JANAINA SILVERA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 077/2012

PORTARIA Nº. 077, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "B" PARA "C" AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, PAULO ITAMAR CAETANO".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "B" para "C", ao servidor público Municipal do quadro efetivo, Paulo Itamar Caetano, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º,

esta de acordo com os Anexos II e, Grupos: II, da referida LEI.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de Agosto de 2012.
JANAINA SILVERA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 078/2012

PORTARIA Nº. 078, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.
"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "C" PARA "D" A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, MARIA DE LOURDES SANTOS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "C" para "D", a servidora pública Municipal do quadro efetivo, Maria de Lourdes Santos, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e, Grupos: II, da referida LEI.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de Agosto de 2012.
JANAINA SILVERA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Licitação Nº 049/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES - SC
LICITAÇÃO Nº 49/2012, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR 1ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA COM AREA DE 1.545,78 M². A INTEGRA DO EDITAL ESTÁ A DISPOSIÇÃO DOS INTERESADOS A PARTIR DESSA DATA NO ENDEREÇO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ ÀS 15:00 HORAS DO DIA 28 DE AGOSTO DE 2012. LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, AV. BEIRA RIO Nº 20, CÓPIAS DO EDITAL PODERÃO SER OBTIDAS NO ENDEREÇO ACIMA OU INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (048) - 35480035. NO HORÁRIO DAS 13:00 ÀS 19:00 HORAS, DE 2ª À 6ª FEIRA.

PASSO DE TORRES, 08 DE AGOSTO DE 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Aviso de Leilão Nº 66/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
Aviso de Leilão nº66/2012
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 66/2012
Modalidade: LEILÃO. Tipo: Maior Lance.

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes torna público que no dia 27/08/2012, às 10h00min horas, realizará LEILÃO, objetivando a venda de:

I - Uma AMBULÂNCIA usada, marca/modelo MERCEDES BENZ 312D SPRINTER, Placa MBR3997, ano/modelo 2001/2001, CHASSI 8AC6903301A553132, RENAVAL 765961148, Patrimonial nº.1620;

Edital encontra-se à disposição no site da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo fone: (48) 3253-0161, Secretaria Municipal de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Paulo Lopes, 10 de agosto de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.616, de 07 de Agosto de 2012.

LEI Nº 1.616, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.
DENOMINA POÇO "FLORICO MAZURECK" O POÇO ARTESIANO LOCALIZADO NA LINHA PRIMAVERA, EM PINHEIRO PRETO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, III da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado Poço Florico Mazureck, o poço artesiano localizado na Linha Primavera, interior, em Pinheiro Preto/SC, recebido por doação pela Lei Municipal Lei n.º 481/1989.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a confeccionar placa nominando o Poço Artesiano, devendo as despesas correr por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC), 07 de agosto de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.616, de 07 de Agosto de 2012.

LEI Nº 1.616, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

DENOMINA POÇO "FLORICO MAZURECK" O POÇO ARTESIANO LOCALIZADO NA LINHA PRIMAVERA, EM PINHEIRO PRETO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, III da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado Poço Florico Mazureck, o poço artesiano localizado na Linha Primavera, interior, em Pinheiro Preto/SC, recebido por doação pela Lei Municipal Lei n.º 481/1989.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a confeccionar placa nominando o Poço Artesiano, devendo as despesas correr por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC), 07 de agosto de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 0196/2012

CONTRATO Nº 0196/2012

OBJETO: Locação e Manutenção de Software do Sistema de Controle Interno

EMPRESA CONTRATADA: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda.

DATA DO CONTRATO: 18/05/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0275/2012

CONTRATO Nº 0275/2012

OBJETO: Fornecimento e Instalação de Sistema de Segurança e monitoramento urbano por imagens.

EMPRESA CONTRATADA: BRNEO Inovações Empresariais Ltda - Me

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial Nº 0047/2012

DATA DO CONTRATO: 27/07/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo**PREFEITURA****Decreto Nº 1009**

DECRETO Nº 1009/2012

"Designa Leiloeiro do Município de Porto Belo e dá outras providências".

Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município da Lei Federal 8.666/93, especialmente o art.25 e suas alterações e Instrução Normativa 113/10,

Decreta:

Art. 1º Fica Nomeado o Sr. Rodrigo Schmitz, brasileiro, casado, com escritório na Rua Gralha Azul, nº 25, Bairro Ariribá, Balneário Camboriú, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina -JUCESC-, sob o nº AARC 071, como leiloeiro convidado devido a sua notória experiência, para proceder aos Leilões Administrativos de bens do Patrimônio Público Municipal, autorizado pela Lei Municipal 1.930/2011.

Art. 2º O leiloeiro declara estar rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá pelos serviços prestados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de agosto de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Porto União**PREFEITURA****Decreto Nº 915/2012**

DECRETO Nº 915, de 08 de agosto de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2012, as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE 2014 - Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 68 60.000,00

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Servs. Administrativos de Ensino

MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 12 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE 2014 - Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE 3390 - 104 - Aplicações Diretas 24 60.000,00

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Servs. Administrativos de Ensino

MODALIDADE 3350 - 104 - Transf. a Instituições Priv.s/Fins Lucrat 16 10.000,00

MODALIDADE 3390 - 104 - Aplicações Diretas 17 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 916/2012

DECRETO Nº 916, de 09 de agosto de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação Colméia Instrutiva, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 09 de agosto a 31 de dezembro de 2012, à Associação Colméia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.001, de 03 de setembro de 2004, com sede na Localidade de Jangada - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) plantadeira nova, tratorizada, hidráulica, com 03 (três) linhas para milho e 04 (quatro) linhas para soja, com pneus novos.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação Colméia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, com sede na Localidade de Jangada - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 09 de agosto à 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) plantadeira nova, tratorizada, hidráulica, com 03 (três) linhas para milho e 04 (quatro) linhas para soja, com pneus novos.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: NEUSA GUERELLUS TCHUVAIFF

RG nº 2.314.500-SSP/SC

CPF nº 696.620.889-20

Portaria Nº 060/2012

PORTARIA Nº 060, de 08 de agosto de 2012.

Dispõe sobre suspensão de compras na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Estão suspensas todas as compras na Secretaria Municipal de Educação, exceto as de caráter essencial e de manutenção indispensáveis ao seu funcionamento regular, até que a referida Secretaria apresente um planejamento financeiro, de forma a adequar a Receita à Despesa do corrente ano.

Art. 2º Permanece obrigatória a exigência de empenho prévio para realização de quaisquer despesas ou investimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

AFONSO WASMANN NETO

Contador

Rio do Sul**PREFEITURA****Portaria 0751/RH**

PORTARIA Nº. 0751/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, GABRIEL EMERIM ALMEIDA para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de agosto de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Resumo dos Aditivo do Mês 07/2012

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 087/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 034/2012

Pregão Presencial nº 047/2011-A

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: INTELECTUS - Instituto de Desenvolvimento LTDA

Do Objeto: CONTINUIDADE DOS TRABALHOS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 27 (vinte e sete) dias, com o seu término em 31 de julho de 2012.

Rio do Sul, 02 de julho de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 088/2012 - DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS NR. 225/2011

Carta Convite nº 143/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Maurício Ely Puttkammer - ME

Do Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E DRENAGEM PÁTIO EXTERNO DA ESCOLA MODELO II

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 08 de agosto de 2012.

Dos Acréscimos: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 47.141,68 (quarenta e sete mil e cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 02 de julho de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 089/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NR. 123/2011

Carta Convite nº 073/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Gaertner Obras de Engenharia Ltda

Do Objeto: EXECUÇÃO DA MÃO DE OBRA PARA PINTURA DO CENTRO EDUCACIONAL LUIZ ADELAR SOLDATELLI

Dos Acréscimos: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 1.902,45 (um mil e novecentos e dois reais e quarenta e cinco centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 03 de julho de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 090/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 179/2011

Tomada de Preços nº 105/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PINGUINHO DE GENTE

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido

constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 280 (duzentos e oitenta) dias, com o seu término em 15 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 03 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 091/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 121/2010

Tomada de Preços nº 106/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: RZS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME
Do Objeto: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 250 (duzentos e cinquenta) dias, com o seu término em 19 de outubro de 2012.

Rio do Sul, 03 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 092/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 227/2011

Concorrência Pública nº 062/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: A. Mendes, Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda
Do Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA DA MADEIRA
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 403.737,31 (quatrocentos e três mil e setecentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 04 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 093/2012 - DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 236/2011

Carta Convite nº 142/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Matias Knopf Neto & Cia. Ltda - ME
Do Objeto: EXECUÇÃO PASSEIOS DA AL. ARISTILIANO RAMOS, MARECHAL RONDON E DOM BOSCO
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 11.493,75 (onze mil e quatrocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 05 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 094/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NR. 060/2012

Tomada de Preços nº 053/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA., - EPP
Do Objeto: EXECUÇÃO DE MURO EM GABIÃO NA VALADA SÃO PAULO EM RIO DO SUL
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 45.786,28 (quarenta e cinco mil e setecentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 05 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 095/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 049/2012

Carta Convite nº 056/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Metro Cúbico Engenharia Ltda.
Do Objeto: RECONSTRUÇÃO PARCIAL PONTE PÊNSIL MARTIM DE SOUZA, LIGANDO OS BAIROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 13 de setembro de 2012.

Rio do Sul, 10 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 096/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 131/2011

Pregão Presencial nº 070/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.
Do Objeto: SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com o seu término em 19 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 10 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 097/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 140/2011

Pregão Presencial nº 096/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA
Do Objeto: VIGILÂNCIA ESCOLA MODELO II
Da Alteração: Fica alterado a valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, para o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, conforme justificativa anexa.

Rio do Sul, 12 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 098/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 020/2012
Dispensa de Licitação nº 043/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: BITTENCOURT CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - ME.
Do Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 15 de novembro de 2012.

Rio do Sul, 16 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 099/2012 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 111/2011

Tomada de Preços nº 077/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO EDUCACIONAL PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 18 de agosto de 2012.
Da Supressão: Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 1.667,50 (hum mil e seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 17 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 100/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 118/2012

Concorrência nº 039/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO BECO GENIVALDO DA COSTA, BOA VISTA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 70 (setenta) dias, com o seu término em 22 de setembro de 2012.

Rio do Sul, 13 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 101/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 119/2012

Concorrência nº 039/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA ATALANTA, BOA VISTA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a

CONTRATADA, tendo um acréscimo de 70 (setenta) dias, com o seu término em 22 de setembro de 2012.

Rio do Sul, 13 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 102/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 007/2012

Tomada de Preços nº 172/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: CONSTRUTORA NATINHO LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DE GALERIA TUBULAR DE CONCRETO NAS RUAS COELHO NETO E MONTEIRO LOBATO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 41 (quarenta e um) dias, com o seu término em 30 de agosto de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 103/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 016/2012

Tomada de Preços nº 171/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Metro Cúbico Engenharia Ltda
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO MATADOR.
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 43 (quarenta e três) dias, com o seu término em 30 de agosto de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 104/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 017/2012

Tomada de Preços nº 171/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Metro Cúbico Engenharia Ltda
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO ITROUPAVA
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 42 (quarenta e dois) dias, com o seu término em 30 de julho de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 105/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 014/2012

Tomada de Preços nº 171/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Empreiteira Motta Junior Ltda - EPP
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO BELA ALIANÇA

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 101 (cento e um) dias, com o seu término em 30 de setembro de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 106/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 015/2012

Tomada de Preços nº 171/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Empreiteira Motta Junior Ltda - EPP

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO FUNDO CANOAS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 70 (setenta) dias, com o seu término em 30 de agosto de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 107/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 035/2012

Carta Convite nº 029/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Empreiteira Motta Junior Ltda - EPP

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO ITROUPAVA, ESTRADA GERAL, FUNDO ITROUPAVA

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 106 (cento e seis) dias, com o seu término em 30 de outubro de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 108/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 036/2012

Carta Convite nº 030/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Empreiteira Motta Junior Ltda - EPP

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO ITROUPAVA, RUA EXPEDICIONÁRIO ALEANDRO STEDILE, VALADA ITROUPAVA

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 106 (cento e seis) dias, com o seu término em 30 de outubro de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 109/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 037/2012

Carta Convite nº 031/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Empreiteira Motta Junior Ltda - EPP

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO CANOAS, RUA CARMELA FRONZA, FUNDO CANOAS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 76 (setenta e seis) dias, com o seu término em 30 de setembro de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 110/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 038/2012

Carta Convite nº 032/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Empreiteira Motta Junior Ltda - EPP

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIBEIRÃO BRAÇO CANOAS, RUA OSCAR STREY, FUNDO CANOAS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 45 (quarenta e cinco) dias, com o seu término em 30 de agosto de 2012.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 111/2012 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 127/2011

Pregão Presencial nº 094/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

Do Objeto: ASSESSORIA TÉCNICA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 145 (cento e quarenta e cinco) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2012.

Rio do Sul, 25 de julho de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 112/2012 - DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS NR. 158/2012

Dispensa nº 111/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME

Do Objeto: IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DA ESCOLA MODELO II

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 18 de setembro de 2012.

Da Supressão: Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 9.742,95 (nove mil e setecentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 27 de julho de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 113/2012 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 220/2011

Tomada de Preços nº 131/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA TURÍSTICA RURAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 06 de fevereiro de 2013.

Rio do Sul, 30 de julho de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumos dos Contratos do Mês 07/2012

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 190/2012

Tomada de Preços nº 121/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: SALVER - Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: execução de uma ponte pênsil, ligando os bairros Barragem/Pamplona, com extensão de 75 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 453.333,33 (quatrocentos e cinquenta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de julho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 191/2012

Pregão Presencial nº 085/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Perfil Computacional Ltda

Objeto: fornecimento de equipamentos de informática e licenças de uso para Departamento de Informática

Valor: R\$ 37.981,78 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos).

Prazo: 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato de Compra e Venda.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 192/2012

Pregão Presencial nº 085/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Ziesemer e Cia. Ltda. ME

Objeto: fornecimento de equipamentos de informática e licenças de uso para Departamento de Informática

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Prazo: 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato de Compra e Venda.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 193/2012

Carta Convite nº 130/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Fronza Artefatos de Cimento Ltda

Objeto: fornecimento de artefatos de concreto para aplicação em diversas ruas do Município

Valor: R\$ 30.305,25 (trinta mil e trezentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Prazo: 48 (quarenta oito) horas após solicitação da Prefeitura, nos locais determinados pela Secretaria de Obras, sem nenhum custo adicional ao Município.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de julho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 194/2012

Carta Convite nº 130/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto Ltda

Objeto: fornecimento de artefatos de concreto para aplicação em diversas ruas do Município

Valor: R\$ 22.178,80 (vinte e dois mil e cento e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Prazo: 48 (quarenta oito) horas após solicitação da Prefeitura, nos locais determinados pela Secretaria de Obras, sem nenhum custo adicional ao Município.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de julho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 195/2012

Pregão Presencial nr. 126/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Perfil Computacional Ltda

Objeto: equipamentos de informática para o Departamento de Informática
 Valor: R\$ 71.793,74 (setenta e um mil e setecentos e noventa e três reais e setenta e quatro centavos);
 Prazo: 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Compra e Venda
 Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.
 Recurso: Próprios
 Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de julho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 201/2012

Tomada de Preços nº 131/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Salver - Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: execução de uma ponte pênsil, ligando os bairros Barra da Albertina ao Sumaré (Bom Fim), com extensão de 90 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 332.333,33 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Prazo: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de julho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº 202/2012 a 253/2012

Chamada Pública nº 137/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Diversos Agricultores de Rio do Sul

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2012
 Valor: até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil

Prazo: A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública nº 137/2012.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de julho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Convocação N. 003 Ref. Concurso Público 002/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003

RELATIVO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2011

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, pelo presente, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº. 002/2011, homologado pelo Decreto nº. 2725 de 03/07/2012 e suas retificações, nos Cargos abaixo relacionados, para comparecerem no dia 13/08/2012, no Auditório Renato Cardoso da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 1º andar, sito a Praça 25 de Julho, 01, no Centro de Rio do Sul/SC, a fim de assinarem o termo de convocação, receberem cópia da relação de documentos necessários para a posse e cópia da portaria de nomeação.

Os candidatos ora identificados tiveram suas portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial dos Municípios nos dias 08, 09 e 10/08/2012 e, conforme o §1º do Art. 14, da Lei Complementar nº. 207/2010, devem tomar posse no cargo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da respectiva portaria de nomeação.

HORÁRIO: Auxiliar de Serviços Gerais Feminino: 14h e demais cargos, 16h.

N. Inscrição	Nome Candidato	Cargo
9086	DIEGO BAUMANN	AGENTE ADMINISTRATIVO
2837	JAISON SCHULZ	AGENTE ADMINISTRATIVO
3083	CLEITON LUIZ KUHNEN	AGENTE ADMINISTRATIVO
7434	IRMA CAROLINA WOJAHN	AGENTE ADMINISTRATIVO
12921	FELIPE SPEZZATTO	AGENTE ADMINISTRATIVO
6222	FABIOLA SCHWINGEL	AGENTE ADMINISTRATIVO
3980	ANDRE GUSTAVO BACCA	AGENTE ADMINISTRATIVO
541	VENERIANA BARDT DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL
9718	BIANCA JULIANA PIAZZETTA VEIGA	ASSISTENTE SOCIAL
9886	KARINA MENDES	ASSISTENTE SOCIAL
3041	JANIR SCOTTINI	ASSISTENTE SOCIAL
4246	MAIARA TAMIRES TIEDEMANN FEIJO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
2502	LUANA ALINE BARTH	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
4630	NEUSA TERESINHA FRANCO SCHNEIDER	PSICÓLOGO
12174	SIMONE DIGIAMPIETRI	EDUCADOR SOCIAL
11071	GABRIEL EMERIM ALMEIDA	EDUCADOR SOCIAL
7977	TELMA ALGELITA MARCHI	ENFERMEIRO
5468	SHIRLEY SOARES PETERS	ENFERMEIRO
5374	ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA	ENFERMEIRO
8350	EDUARDO SCHRODER	ENFERMEIRO
1363	ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES	ENFERMEIRO
7827	PRISCILA DANIELE S. DA MOTTA	NUTRICIONISTA
20	ANDRE LUIS XAVIER	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - RETROESCAVADEIRA
2629	RICARDO LINDNER	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - MOTONIVELADORA

2734	VANDERLEI FERREIRA	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - MOTONIVELADORA
10967	ADRIANO HEINZ	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA
904	JAIR BECKER	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - ROLO COMPACTADOR
176	PAULI BRIZOLA	PEDREIRO
5982	EDEMAR GERMANO DREHER	PEDREIRO
160	JOAO DA ROCHA	PEDREIRO
2620	VANIA REGINA FELTRIN	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
6536	JAQUELINE PARIZOTTO PULHEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
5477	MARCIANI DA ROCHA FRANÇA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
4771	FLORISVALDO KNEIDL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
7207	ROSEMERY DE FÁTIMA CORDEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
989	JULICLEIDE DA SILVA FELETI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
232	JESSE MORAES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
10453	PEDRO PAULO FELIPE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
85	MARLI SEFERINO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
8098	CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
2447	CARLA CRISTINA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
9123	ALINE MAURICIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
83	TANIA MARA BARBOSA POSTAI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
11302	MARIA NADIR DE MOURA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
4701	ARIANE DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
422	JANAINA FIDELIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
10809	KATIA APARECIDA SUPPI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1249	VANESSA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
6853	CARINA SHMITZ DELA JUSTINA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
5797	MARIA DE FATIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA ANDRADE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
8428	JUCELI DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
10153	VIVIANE ALVES PAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
142	FABIANA BORBA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
4861	RITA DE CASSIA MOREIRA BRANCO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1191	MARIA LUZIA HEIDRICH	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1384	JURIANA DALANDREA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
394	GILMARA DA ROSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

7393	MARILENE ANDRE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
10304	OLIVIA PROBST SOARES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1720	SANDRA IOLANDA MARTINS VIEIRA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
360	SALETE ALVES PAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
2044	EVANIR CUNHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
8886	LUIZ CARLOS JUNG	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
3144	ELIANE APARECIDA DE SOUZA MOURA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1226	LUCIANE APARECIDA PEREIRA DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
9941	MARIA INES AVILLA CARPES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
366	OTILIA BORGES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
8524	DARCI NETO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
6027	JOCELI TOBIA FRANCO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
3567	MORGANA RAQUEL ALEXANDRE DOMINGOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
5603	ELISANGELA MARCHI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
2999	IANDRA SUZANA SIMON	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
2473	ANGELA APARECIDA CLAUDINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
4416	VELCI PEREIRA XAVIER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1273	ANGELINA DE CASTRO RODRIGUES FRANÇA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
3619	MARIA DAS GRAÇAS TONON	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1756	ANDREA APARECIDA REINHERDT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
8071	ROSA TRISTÃO CAMARGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
2517	JANETE MAGNANI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
5028	INÊS BIZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1654	ANGELITA KRAUS DIHL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
2491	ROSE ERHARDT BOIMER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
7411	TEREZINHA FATIMA BIZ PICOLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
9105	JOCIMARA MARIANO DE LIMA MARCHI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
1708	TEREZINHA HELENA DE MORAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
8420	ADELITA INÁCIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
8884	ELISANGELA DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO
5195	NATALIA WEISE SCHETINGER	PROFESSOR DE PORTUGUÊS
3645	VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR	PROFESSOR DE HISTÓRIA

Rio do Sul, 09 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretario Municipal de Administração

Edital de Alteração do Pregão Presencial 144/2012

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. MILTON HOBUS, comunicam aos interessados que fica alterados as redações dos itens 1 ENTREGA DOS ENVELOPES e 2 - o OBJETO do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2012, que passa a ter abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

"1 - PREÂMBULO

1.2. - ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:
Até o dia 22/08/2012, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 22/08/2012.

2 - DO OBJETO

2.1 - Este edital refere-se à aquisição pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul de veículos novos, para a Polícia Militar, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações mínimas a seguir:

Item	Qte.	Especificações
1	01 Un.	Veículo fabricado no Brasil com motorização superior ou igual à de 1590 cilindradas, com 8 ou 16 válvulas, com no mínimo 100 cv de potência, com 4 portas laterais, 0km, ano 2012, modelo 2013, a gasolina e etanol, tipo automóvel, com capacidade mínima para cinco passageiros incluindo o motorista, com carga útil de no mínimo 450 Kg, com no mínimo 5 marchas sincronizadas para frente e uma ré, freios a disco na dianteira, freios traseiros a tambor ou a disco, freios com sistema ABS, alarme perimétrico, alerta de manutenção por tempo e/ou quilometragem, alças de segurança dianteira e traseira, aquecedor, ar condicionado, aviso sonoro dos faróis acesos, ajuste manual do banco do motorista, (excluído) bancos com encosto de cabeça ajustáveis e removíveis, barra estabilizadora dianteira, barras de proteção lateral, cintos de segurança dianteiros com ajuste de altura, cintos de segurança traseiros retráteis de 3 pontos, console central parcial, conta-giros (tacômetro), desembaçador do vidro traseiro, direção hidráulica, espelhos retrovisores externos com controle manual interno, lavador e limpador do vidro traseiro, luz de leitura, luz elevada de freio, painel central, rodas aro 14, Pneus mínimo 175/65 aro 14, calotas, porta objetos nas portas dianteiras, porta objetos no painel, preparação para instalação de aparelho de som contendo fiação e cabo para antena, 4 alto falantes, rádio cd mp3/WMA integrado ao painel, antena no teto, pára-brisa laminado, para choques pintados na cor do veículo, relógio digital, porta-malas com capacidade mínima de 425 litros, comprimento mínimo de 4160mm, e distância entre eixos de no mínimo 2450mm, abertura elétrica do porta malas, forro lateral do porta malas, iluminação do porta malas, vidros elétricos dianteiros, trava elétrica das portas com controle remoto, travamento e retravamento automático das portas com veículo em movimento, tanque de combustível com capacidade mínima de 50 litros, vidros verdes escurecidos, veículo na cor branca com acessórios obrigatórios de segurança conforme a legislação de trânsito vigente exige para trafegar.
2	01 Un.	Veículo fabricado no Brasil com motorização superior ou igual à de 1590 cilindradas, com 8 ou 16 válvulas, com no mínimo 100 cv de potência, com 4 portas laterais, 0km, ano 2012, modelo 2013, a gasolina e etanol, tipo automóvel, com capacidade mínima para cinco passageiros incluindo o motorista, com carga útil de no mínimo 425 Kg, com no mínimo 5 marchas sincronizadas para frente e uma ré, freios a disco na dianteira, freios traseiros a tambor ou a disco, freios com sistema ABS, alarme perimétrico, alerta de manutenção por tempo e/ou quilometragem, alças de segurança dianteira e traseira, aquecedor, ar condicionado, aviso sonoro dos faróis acesos, ajuste manual do banco do motorista, (excluído) bancos com encosto de cabeça ajustáveis e removíveis, barra estabilizadora dianteira, barras de proteção lateral, cintos de segurança dianteiros com ajuste de altura, cintos de segurança traseiros retráteis de 3 pontos, console central parcial, conta-giros (tacômetro), desembaçador do vidro traseiro, direção hidráulica, espelhos retrovisores externos com controle manual interno, lavador e limpador do vidro traseiro, luz de leitura, luz elevada de freio, painel central, rodas aro 14, Pneus mínimo 175/65 aro 14, calotas, porta objetos nas portas dianteiras, porta objetos no painel, preparação para instalação de aparelho de som contendo fiação e cabo para antena, 4 alto falantes, rádio cd mp3/WMA integrado ao painel, antena no teto, pára-brisa laminado, para choques pintados na cor do veículo, relógio digital, porta-malas com capacidade mínima de 275 litros, comprimento mínimo de 3865mm, e distância entre eixos de no mínimo 2410mm, abertura elétrica do porta malas, forro lateral do porta malas, iluminação do porta malas, vidros elétricos dianteiros, trava elétrica das portas com controle remoto, travamento e retravamento automático das portas com veículo em movimento, tanque de combustível com capacidade mínima de 46 litros, vidros verdes escurecidos, veículo na cor branca com acessórios obrigatórios de segurança conforme a legislação de trânsito vigente exige para trafegar.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo das Atas de Registro de Preços do Mês 07/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 196/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2012
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Aos catorze (14) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.694/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção diversos para reparos em unidades de ensino da municipalidade, Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Alvenarit, 1 l.	4,40

ITEM 11	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 19,87 (dezenove reais e oitenta e sete centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tela pop 2x3m	19,87

ITEM 12	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Matajunta 3 m, pinus.	1,55

ITEM 15	
---------	--

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 0,41 (quarenta e um centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tijolo 6 furos 9 x 14 x 24.	0,41

ITEM 17	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 94,80 (noventa e quatro reais e oitenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Porta interna semi oca 60 x 210 completa.	94,80

ITEM 18	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 94,80 (noventa e quatro reais e oitenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Porta interna semi oca 70 x 210 completa.	94,80

ITEM 19	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 94,80 (noventa e quatro reais e oitenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Porta interna semi oca 80 x 210 completa.	94,80

ITEM 20	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Caibros pinus 6 x 12, 3,0 m	11,50

ITEM 21

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 17,30 (dezesete reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Caibros pinus 6 x 12, 4,5 m 17,30

ITEM 22

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Caibros pinus 8 x 16, 3,0 m 20,90

ITEM 24

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Sarrafo pinus 3 x 6, 3,0 m 2,80

ITEM 28

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Prego 10 x 10 com cabeça. 8,90

ITEM 32

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Prego 17 x 27 com cabeça. 4,80

ITEM 34

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Prego p/ telheiro (fibrocimento). 7,70

ITEM 35

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 1,19 (um real e dezenove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Cumeeiras p/ telha francesa. 1,19

ITEM 37

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Forro pvc branco c/ 10 cm largo 11,90

ITEM 38

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 15,50 (quinze reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Cantoneira simples pvc 6m. 15,50

ITEM 42

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 10,90 (dez reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Argamassa C2, saco 20 kg. 10,90

ITEM 43

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Abrigo de concreto com porta para CASAN	55,00

ITEM 44

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 9,00 (nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Assento plástico p/ vaso sanitário.	9,00

ITEM 45

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Caixa d'água 250 L, fibra.	85,00

ITEM 46

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 24,90 (vinte e quatro reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cano 75 m pvc esgoto 6 m	24,90

ITEM 47

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cano 50 m pvc esgoto 6 m	20,90

ITEM 48

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cano 40 m pvc esgoto 6 m	11,90

ITEM 49

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,40 (quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fio rígido 1,5 mm	0,40

ITEM 50

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fio rígido 2,5 mm	0,58

ITEM 53

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,30 (trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Joelho 90 PVC - 25mm.	0,30

ITEM 57

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Joelho esgoto 90 100 mm.	2,50

ITEM 58	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 0,99 (noventa e nove centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Joelho Esgoto 90" x 50 mm	0,99

ITEM 59	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Lâmpada fluorescente 40 W.	2,60

ITEM 60	
Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 7,90 (sete reais e noventa centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Lâmpada tipo fluorescente econômica 25 W, compacta.	7,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 09 de julho de 2012.
MILTON HOBUS ERASMO CARLOS LONGEN
Prefeito Municipal Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 197/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2012
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Aos catorze (14) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.694/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção diversos para reparos em unidades de ensino da municipalidade, Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo

discriminados:

ITEM 02	
Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Areia media lavada e peneirada.	55,00

ITEM 03	
Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita Nr. 1	45,00

ITEM 04	
Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 19,00 (dezenove reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cimento CP IV. Sc com 50 kg.	19,00

ITEM 06	
Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço 1/4, barra c/ 12 m.	10,50

ITEM 07	
Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 88,00 (oitenta e oito reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço 3/4, barra c/ 12 m	88,00

ITEM 08

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Aco 3/8, barra c/ 12 m 23,60

ITEM 09

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 17,80 (dezessete reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Aco 5/16, barra c/ 12 m 17,80

ITEM 10

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 62,90 (sessenta e dois reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Aco 5/8, barra c/ 12 m 62,90

ITEM 13

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Po de brita 52,00

ITEM 14

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 9,70 (nove reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Taboas pinus, 30 cm. 9,70

ITEM 16

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Porta externa maciça 80 x 210 completa. 122,00

ITEM 23

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 31,00 (trinta e um reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Caibros pinus 8 x 16, 4,5 m 31,00

ITEM 25

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Telha ceramica francesa. 0,85

ITEM 29

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Prego 12 X 12 com cabeca. 7,80

ITEM 30

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,00 (seis reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREÇO UNITÁRIO

Prego 14 x 18 com cabeca. 6,00

ITEM 31

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 5,00 (cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Prego 16 x 24 com cabeça.	5,00

ITEM 33

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Telha fibrocimento 0,50 x 2,44.	7,50

ITEM 36

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,70 (seis reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cumeeiras p/ fibrocimento - 4 mm.	6,70

ITEM 39

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Piso cerâmico, segunda linha, 30 x 30.	7,50

ITEM 40

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 1,30 (um real e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fuga, pacote 1 kg.	1,30

ITEM 41

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 5,00 (cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Argamassa C1, saco 20 kg.	5,00

ITEM 51

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 1,05 (um real e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fio rígido 4,0 mm	1,05

ITEM 52

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fita isolante 19 x 20m.	2,90

ITEM 54

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cadeado 30 mm.	7,50

ITEM 55

Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cadeado 35 mm.	9,90

ITEM 56	
Fornecedor: Tonet Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cadeado 40 mm.	10,70

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 09 de julho de 2012.

MILTON HOBUS VALDECIR TONET
Prefeito Municipal Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 198/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2012
INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS

Aos vinte e um (21) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Terraplenagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.718/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de retroescavadeira para Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Terraplenagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 139,90 (cento e trinta e nove reais e noventa centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO

Serviços de 1.000 (mil) horas de 01 retroescavadeira 4x4 com operador + 2 auxiliares, para executar serviços de acordo com necessidades da Secretaria de Obras no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço. No ato da proposta informar a característica do equipamento, tais como: marca, modelo, apresentando documentos de propriedade e/ou indicando aqueles alugados sob forma de arrendamento Leasing ou outra forma equivalente. Todas as despesas de operação e manutenção do veículo, salário do motorista, bem como: alimentação e estadia para o mesmo, serão de responsabilidade do proponente. O pagamento será feito conforme medição.

139,90

ITEM 02

Fornecedor: Terraplenagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 89,95 (oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Serviços de 1.000 (mil) horas de 01 retro escavadeira 4x4 com operador, para executar serviços de acordo com necessidades da Secretaria de Obras no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço. No ato da proposta informar a característica do equipamento, tais como: marca, modelo, apresentando documentos de propriedade e/ou indicando aqueles alugados sob forma de arrendamento Leasing ou outra forma equivalente. Todas as despesas de operação e manutenção do veículo, salário do motorista, bem como: alimentação e estadia para o mesmo, serão de responsabilidade do proponente. O pagamento será feito conforme medição.	89,95

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 09 de julho de 2012.

MILTON HOBUS LURDES DE JESUS R. DA SILVA
Prefeito Municipal Sócia Administradora

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 199/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2012
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Pré-Fabricar Concretos Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.740/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de concreto usinado para aplicação e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Pré-Fabricar Concretos Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Concreto usinado FCK 15 Mpa., bombeado.	242,00

ITEM 02	
Fornecedor: Pré-Fabricar Concretos Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Concreto usinado FCK 18 Mpa., bombeado.	252,00

ITEM 03	
Fornecedor: Pré-Fabricar Concretos Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Concreto usinado FCK 20 Mpa., bombeado.	252,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012.
MILTON HOBUS FREDERICO JAEGER NETO
Prefeito Municipal Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 200/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2012
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.745/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de emulsão asfáltica RM 1C para operação tapa buracos em diversas ruas do município, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Emulsão asfáltica RM 1C.	1.220,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de julho de 2012.
MILTON HOBUS MARCOS A. GOMES DO AMARAL
Prefeito Municipal Procurador

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.466

LEI Nº 1.466, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

INSTITUI O PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERIOR DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - IPRESVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica criado o Programa de estágio Superior - PROES - que tem por objeto o desenvolvimento de atividades educacionais complementares, através de estágio, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL, mediante a concessão de bolsa-treinamento.

Parágrafo Único - O PROES será realizado e mantido em estrita conformidade com a Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 2º - O desenvolvimento de atividades a título de estágio não cria, sob hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer natureza com o IPRESVEL ou com a Municipalidade de Salto Veloso.
Parágrafo Único - O intervalo de tempo laborado a título de estágio, nos termos desta Lei, não configura tempo de contribuição para efeitos previdenciários, nos termos do Decreto Federal nº 3048/99.

Art. 3º - O IPRESVEL ofertará, anualmente, até 2 (duas) vagas no programa de Estágio Superior, em conformidade com o disposto nesta lei.

Art. 4º - O estágio será planejado e desenvolvido mediante a celebração de Convênio com instituições de ensino superior, públicas ou particulares e de Termo de Compromisso com o estagiário, servindo de instrumento de integração para a consecução de treinamento profissional, aperfeiçoamento cultural, técnico-científico, bem como de relacionamento humano dentro do ambiente de trabalho.

§ 1º - A instituição de ensino superior deve ser comprovadamente autorizada e reconhecida pelo Ministério da Educação.

§ 2º - O Termo de Compromisso celebrado entre o estudante e o IPRESVEL deverá possuir intervenção obrigatória da instituição de ensino.

Art. 5º - São requisitos para desenvolver atividades no PROES:

I - estar comprovadamente matriculado em instituição de ensino superior, pública ou privada, e freqüentando os seguintes cursos de graduação:

- a) Administração;
- b) Contabilidade;
- c) Direito;
- d) Economia;
- e) Serviço Social;

II - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos;

III - ter compatibilidade com o horário predeterminado pelo IPRESVEL;

IV - possuir conhecimentos intermediários de programas de informática, dentre os quais Word e Excel.

§ 1º - A seleção será realizada através da apresentação de Curriculum Vitae devidamente encaminhado à Diretoria-Executiva do IPRESVEL, que deverá conter a seguinte documentação:

I - fotocópia da Carteira de Identidade;

II - fotocópia do CPF;

III - comprovante de residência;

IV - Declaração de Matrícula fornecida pela instituição de ensino superior que deverá expressar precisamente o curso de graduação, o horário em que o curso é ministrado e a série ou fase que o estudante freqüenta;

V - Certidão de Notas fornecida pela instituição de ensino superior indicando quais as disciplinas que o estudante já freqüentou e suas respectivas notas.

§ 2º - Fica expressamente vedada a contratação como estagiário do IPRESVEL, qualquer servidor público integrante do Quadro Funcional do Município de Salto Veloso.

Art. 6º - A duração do estágio será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período, a critério da Diretoria-Executiva do IPRESVEL.

§ 1º - O estágio não poderá ser inferior a um semestre letivo.

§ 2º - Fica expressamente vedada a contratação de estudantes que estejam freqüentando o último semestre escolar.

§ 3º - Aplica-se o disposto no § 2º para efeitos de prorrogação do contrato de estágio.

Art. 7º - A jornada de atividades a ser cumprida pelo estagiário deverá compatibilizar-se com seu horário escolar e com o funcionamento do IPRESVEL, totalizando 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º - No período de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e o IPRESVEL, sempre com intervenção da instituição de ensino superior.

§ 2º - As faltas ou atrasos por motivos escolares, comprovadas nominalmente pela instituição de ensino, serão consideradas faltas justificadas, não sofrendo o estagiário desconto ou sanção de qualquer natureza.

§ 3º - O número máximo de faltas justificadas, de qualquer natureza, permitidas é de 5 (cinco) por ano.

Art. 8º - As atividades de estágio cessarão nas seguintes hipóteses:

I - desistência voluntária do estagiário;

II - inobservância das normas de trabalho e conduta estabelecidas

pelo IPRESVEL;

II - cometimento de 2 (duas) faltas injustificadas consecutivas ou não;

IV - deixar o estagiário de entregar, semestralmente, o atestado de matrícula atualizado, no prazo estabelecido pela Diretoria-Executiva do IPRESVEL;

V - mudança ou desligamento do estagiário da instituição de ensino conveniada;

VI - trancamento da matrícula e mudança ou conclusão do curso;

VII - nascimento de filho de estagiária gestante;

VIII - reprovação no estágio, nos termos da avaliação a ser proferida pela Diretoria-Executiva do IPRESVEL.

Parágrafo Único - As hipóteses configuradas nos incisos I, VI e VIII que acarretam a rescisão do Termo de Convênio, deverão ser realizadas mediante comunicação escrita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

Art. 9º - O valor da Bolsa-Treinamento corresponderá a importância de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) .

§ 1º - Fica expressamente vedado o pagamento de auxílio-transporte ou alimentação para os estagiários.

§ 2º - Na hipótese de recebimento ilícito da Bolsa-Treinamento, o estagiário fica obrigado a ressarcir o IPRESVEL da importância recebida indevidamente, em parcela única, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação pertinente.

§ 3º - O valor da Bolsa-Treinamento estabelecido no caput será reajustado pelo índice utilizado para a reposição salarial anual dos servidores públicos do município de Salto Veloso.

Art. 10 - O IPRESVEL providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 11.788/2008.

Art. 11 - O disposto nesta lei aplica-se exclusivamente para o estágio desenvolvido no IPRESVEL.

Art. 12 - . As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento do IPRESVEL.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 09 de agosto de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 058/2012

DECRETO Nº 058/2012, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da LEI; DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Salto Veloso - CAE, deliberado por unanimidade pelos Conselheiros, conforme resolução anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, em 08 de agosto de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data

supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 059/2012

Decreto Municipal nº 059/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 27 DESPORTO E LAZER

Sub-Função: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 2701 ESPORTE É VIDA

Projeto/Atividade: 4046 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 27 DESPORTO E LAZER

Sub-Função: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 2701 ESPORTE É VIDA

Projeto/Atividade: 4046 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 8 de agosto de 2012.

Resolução Nº 001/2011 Cae/Salto Veloso

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

RESOLUÇÃO Nº 001/2011 CAE/SALTO VELOSO

Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE do Município de Salto Veloso, Santa Catarina.

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar do município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e pelo deliberado em reunião ordinária realizada em 22 de novembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado por unanimidade o novo Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar deste município, em conformidade com as prerrogativas legais vigentes, Lei nº 11.947, de 16/06/2009;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 22 de novembro de 2011.

DILVANE GAIO GIACOMIN

Presidente do CAE

Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar da Rede de Ensino de Salto Veloso

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE DE ENSINO DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.947/2009

CAPÍTULO I

Das atividades do Conselho

Art. 1º. O Conselho de Alimentação Escolar - CAE como órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e de assessoramento, fiscalizador para atuar em parceria com o Governo Municipal na execução do Programa de Alimentação Escolar junto aos estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental mantido pelo Município motivando a participação de órgãos públicos e da sociedade civil, tem por finalidade:

I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos art. 2º e 3º da Resolução/CD/FNDE 038/2011; (princípios e diretrizes do PNAE).

II - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - Zelar pela qualidade dos gêneros alimentícios, desde a sua aquisição até a distribuição às entidades educativas, observando as boas práticas higiênico-sanitárias, bem como a aceitação dos cardápios oferecidos;

IV - Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do programa, bem como, analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE;

V - Fiscalizar o armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios nos depósitos das unidades educativas, assim como a limpeza desses locais;

VI - Comunicar à Entidade executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências;

VII - Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

VIII - Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

IX - Incentivar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação, higiene e saneamento básico na Rede Municipal de Ensino de Salto Veloso;

X - Levantar dados nas escolas e na comunidade com a finalidade de avaliar o Programa no Município;

XI - Acompanhar a elaboração dos cardápios, verificando o que está sendo proposto pelo nutricionista, podendo, inclusive, fazer sugestões que possam melhorar a qualidade da refeição a ser oferecida aos alunos, considerando os hábitos alimentares locais;

XII - Articular com os órgãos governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros da administração pública, ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência para a melhoria da alimentação escolar nas escolas municipais.

XIII - Divulgar a atuação do CAE como organismo de controle

social e de fiscalização do PNAE.

CAPÍTULO II

Da Composição do Conselho.

Art. 2º. O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe do Executivo (Prefeito Municipal);

II - Dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembléia específica;

III - Dois representantes dos pais de alunos, indicados pela Associação de Pais e Professores ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica;

IV - Dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica.

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria.

§ 2º. A nomeação dos membros será feita por Portaria do Prefeito Municipal.

§ 3º. Todos os membros escolhidos e nomeados, deverão assinar o Termo de Ciência perante o Conselho, preenchendo os dados de acordo com o modelo anexo.

Art. 3º. Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de 04 anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

Art. 4º. O exercício do mandato de conselheiro do CAE será considerado serviço público relevante, porém não remunerado.

Art. 5º. O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos em reunião especialmente convocada para tal fim, com quorum de metade (50%) mais um dos membros.

§ 1º. A presidência e a Vice Presidência do CAE, somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV do artigo segundo.

§ 2º. O Presidente será destituído pelo voto de (50%) mais (um) dos conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do Presidente.

Art. 6º. São atribuições do Presidente:

I - Coordenar as atividades do Conselho;

II - Convocar as reuniões do conselho, dando ciência aos seus membros;

III - Organizar a ordem do dia das reuniões;

IV - Abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;

V - Determinar a verificação da presença;

VI - Determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;

VII - Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;

VIII - Conceder a palavra aos membros do Conselho;

IX - Colocar as matérias em discussão e votação;

X - Anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;

XI - Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;

XII - Decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissos o Regimento;

XIII - Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - Mandar anotar os precedentes regimentais para solução de casos análogos;

XV - Designar para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XVI - Assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XVII - Determinar o destino do expediente lido nas sessões;

XVIII - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais este deve estabelecer relações;

XIX - Representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros, para que façam essa representação;

XX - Tomar conhecimento das justificações de ausência dos membros do Conselho;

XXI - Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;

XXII - Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.

CAPÍTULO IV

Dos Membros do Conselho.

Art. 7º. Compete aos membros do Conselho:

I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

IV - Comparecer às reuniões na hora prefixada;

V - Desempenhar as funções para as quais for designado;

VI - Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo presidente;

VII - Obedecer às normas regimentais;

VIII - Assinar as atas das reuniões do Conselho;

IX - Apresentar retificações ou impugnações às atas;

X - Justificar seu voto, quando for o caso;

XI - Apresentar à apreciação do conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art. 8º. Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.

§ 1º O prazo para requerer justificativa de ausência é de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato, quando nem o titular nem o suplente estiverem presentes à reunião.

§ 2º Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficializará ao Executivo para que proceda ao preenchimento da vaga.

§ 3º Na ausência do titular, o suplente assume de direito e de fato.

CAPÍTULO V

Dos Serviços Administrativos do Conselho.

Art. 9º. Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Secretário Executivo que será eleito pela Plenária, competindo-lhe, as seguintes atividades:

I - Secretariar as reuniões do Conselho;

II - Lavrar atas, fazer sua leitura e a do expediente;

III - Recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;

IV - Registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;

V - Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;

VI - Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

VII - Resumir as ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho;

VIII - Elaborar a Ata, em seguida, sem rasuras ou emendas;

IX - Redigir as Atas em livro próprio, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente;

X - Colher assinatura do Presidente do Conselho e dos membros presentes à reunião.

CAPÍTULO VI

Das Reuniões.

Art. 10. As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar serão realizadas normalmente na sede do órgão de educação do Município, podendo, por decisão de seu Presidente ou do plenário,

realizar-se em outro local.

Art. 11. As reuniões serão:

I - Ordinárias, subsequentes, preferencialmente nas quintas-feiras ou primeiro dia útil subsequente em casos de feriados, sendo as administrativas no período vespertino e as visitas em período integral, a ser definida de acordo com os membros do Conselho.

II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 12. As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros.

§ 1º Se, à hora do início da reunião, não houver quorum suficiente, será aguardada, durante quinze minutos, a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior sem que haja quorum, o Presidente do Conselho manterá a reunião com qualquer quorum.

Art. 13. A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

Art. 14. Serão realizadas visitas às Unidades Educativas, com frequência, sempre que o Conselho achar necessário acompanhar, assessorar ou fiscalizar.

CAPÍTULO VII

Da Ordem dos Trabalhos.

Art. 15. A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - Expediente;

III - Comunicações do Presidente e dos membros.

Art. 16. A dinâmica da reunião dar-se-á por momentos explícitos de:

a) encaminhamentos;

b) discussões;

c) votações.

CAPÍTULO VIII

Das Discussões.

Art. 17. As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

Parágrafo Único. Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas.

CAPÍTULO IX

Das Votações.

Art. 18. Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do conselho declarará quantos votam favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo Único. Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 19. Não poderá haver voto de delegação.

CAPÍTULO X

Das Decisões.

Art. 20. As decisões do Conselho de Alimentação Escolar serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

Art. 21. As decisões do Conselho serão transformadas em resoluções quando necessário.

CAPÍTULO XI

Disposições Finais.

Art. 22. As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pela diretoria do Conselho.

Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Salto Veloso - SC, 25 de novembro de 2011.

DILVANE GAIO GIACOMIN

Presidente do Conselho de Alimentação Escolar - CAE

Conselheiros:

LUCIANA HOELTGEBAUM -

MARINÊS APARECIDA FREITAS PATEL -

CLAUDETE DE BASTIANI -

NAILDE HAUWETTER -

MARIA ABATI DE BORTOLI -

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI -

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3048/12

LEI Nº 3048, DE 07 DE AGOSTO DE 2012

ALTERA A LEI N. 1398/05, EM RELAÇÃO A FIXAÇÃO DE ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1o. A Lei nº 1398, de 27 de setembro de 2005, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19-B. O imposto devido em razão de serviços do item 21 da tabela anexa será calculado lançado e recolhido de forma fixa e anual de acordo com a seguinte tabela:

I - Tabelionato de Notas e Protestos: 7.725,50 UFM

II - Registro de Imóveis : 6.622,00 UFM

III - Registro Civil: 2.759,00 UFM

Art. 20

I - 2,0% (dois por cento) para os serviços previstos no Item 4 da tabela constante do Anexo I desta lei - Serviços de Saúde, Assistência Médica e Congêneres - prestados de forma particular, por pessoa jurídica, desde que o contribuinte comprove que prestou, no ano anterior, serviços complementares aos SUS no importe mínimo de 2% do seu faturamento total, segundo valor da tabela CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos).

Art. 26.

II - O imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN, na modalidade fixa, poderá ser quitado em um único pagamento com descontos de 4% (quatro por cento) até o mês de fevereiro e em 04 (quatro) parcelas sem o referido desconto, nos meses de abril, junho, agosto e outubro, com vencimento nos dias do correspondente mês, a serem regulamentadas por Decreto a ser expedido anualmente pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 29

III - quando apurado em base fixa, na forma do art. 18 e 19 desta Lei. "

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3049/12

LEI Nº 3049, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Funcional: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 26.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Funcional: 27.122.0017.2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamento e Mat. Permanente R\$ 17.000,00

Funcional: 27.811.0017.2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 38.000,00

Funcional: 27.812.0017.2.059 - Desporto Comunitário
3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso, as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 05 - Instituto de Planejamento

Funcional: 04.121.0007.2.038 - Instituto de Planejamento de São Bento do Sul
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 26.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Funcional: 27.812.0017.1.029 - Construção, Reforma e Ampliação de espaços físicos para práticas esportivas
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 61.600,00

Funcional: 27.812.0017.2.059 - Desporto Comunitário
3.3.90.04.00.00.00.00.0100 - Constratação por Tempo Determ R\$ 4.990,00
3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem., Cult., Artist., Cientif. e Outras R\$ 3.410,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3050/12

LEI Nº 3050, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA CELESC.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Empregados da Celsc, entidade com CNPJ 83.484.204/0001-72 com sede na Ra Nereu Ramos, nº 25, Bairro Centro, São Bento do Sul-SC, fundada em 30 de julho de 1971, estatuto registrado sob nº 00001865, do protocolo 4, registrado no livro A-29, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00002242 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas e registrado na Secretaria Nacional do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1188/12

DECRETO Nº 1188, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.400,00 (Trinta e seis mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Funcional: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social
3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 6.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Funcional: 08.244.0013.2.081 - Manut. Serv. Proteção Social Básica
3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 400,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Funcional: 20.606.0009.2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo

anterior, serão utilizados recursos provenientes das anulações total e parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Funcional: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social
3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 6.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Funcional: 08.244.0013.2.081 - Manut. Serv. Proteção Social Básica
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 400,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura
Funcional: 20.606.0009.2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 07 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1189/12

DECRETO Nº 1189, DE 07 DE AGOSTO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3049 de 07 de agosto de 2012

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Funcional: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 26.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Funcional: 27.122.0017.2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamento e Mat. Permanente R\$ 17.000,00

Funcional: 27.811.0017.2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 38.000,00

Funcional: 27.812.0017.2.059 - Desporto Comunitário
3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso, as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Unidade: 05 - Instituto de Planejamento
Funcional: 04.121.0007.2.038 - Instituto de Planejamento de São Bento do Sul
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 26.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Funcional: 27.812.0017.1.029 - Construção, Reforma e Ampliação de espaços físicos para práticas esportivas
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 61.600,00

Funcional: 27.812.0017.2.059 - Desporto Comunitário
3.3.90.04.00.00.00.00.0100 - Constratação por Tempo Determ R\$ 4.990,00
3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem., Cult., Artist., Cientif. e Outras R\$ 3.410,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13610/12

PORTARIA Nº 13610, DE 06 DE AGOSTO DE 2012
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor FELIPPE NARLOK, ocupante do cargo de Pintor, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- Ford/Courier, placas MDS 2627
- Ford/Courier, placas MDS 2657
- Peugeot, placas MIO 9267
- GM/Corsa, placas MAO 0243
- GM/Corsa, placas MAU 5712
- Ford/Fiesta, placas MAT 1752
- Motocicleta, placa MCS 7067
- VW/Gol, placas LXM 7364
- GM/Corsa, placas MAU 5782
- Fiat/Uno, placas MIK 3335
- Toyota, placas LZT 0941

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13611/12

PORTARIA Nº 13611, DE 06 DE AGOSTO DE 2012
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e suas alterações, resolve,

NOMEAR:

A partir de 06 de agosto de 2012, ROSSMEYRI THAIS SCHEFFEL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13612/12

PORTARIA Nº 13612, DE 06 DE AGOSTO DE 2012
REVOGA PORTARIA Nº 13611/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 06 de agosto de 2012, a Portaria nº 13611/12 que nomeou servidora pública municipal ROSSMEYRI THAIS SCHEFFEL, no cargo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, por motivo de desistência espontânea.

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13613/12

PORTARIA Nº 13613, DE 07 DE AGOSTO DE 2012
PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2379, de 14 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade concedida à servidora ELIANE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 18/11/2012 a 16/01/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13614/12

PORTARIA Nº 13614, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 945/2004, nº 1188/2004 e nº 2918/2011 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/11,

R E S O L V E:

Promover, a partir de 04 de fevereiro de 2012, CELINA CIESLINSKY CORDEIRO, à época ocupante do cargo efetivo de Professor (área de atuação 1), Classe E, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, da Referência 6 para Referência 7.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13615/12

PORTARIA Nº 13615, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

MAGNO BOLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 945/2004, nº 1188/2004 e nº

2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de junho de 2012, DINAIR DE FREITAS LISBOA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível I, Escolaridade - Magistério, com a carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13616/12

PORTARIA Nº 13616, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

R E S O L V E:

Promover, a partir de 16 de outubro de 2011, LINO TASCHECK, à época ocupante do cargo efetivo de Prático de Serviços, Nível 2, com a carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Letra F para a Letra G.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13617/12

PORTARIA Nº 13617, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

R E S O L V E:

Promover, a partir de 16 de outubro de 2011, VINICIUS DE LACERDA FENDRICH, à época ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, Nível 8, com a carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Letra F para a Letra G.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13618/12

PORTARIA Nº 13618, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 02 de abril de 2012, MARCIA ROSANE FISCHER ZIPPERER, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe C

para Classe D.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13619/12

PORTARIA Nº 13619, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 06 de abril de 2012, BERTOLDO SCHOEFFEL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13620/12

PORTARIA Nº 13620, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de junho de 2012, ARILSON JOSÉ CHAPIEWSKY, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional 03, Nível I, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13621/12

PORTARIA Nº 13621, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 04 de julho de 2012, JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível I, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 30 horas semanais, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13622/12

PORTARIA Nº 13622, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 04 de julho de 2012, VIVIANE WEISS, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível I, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13623/12

PORTARIA Nº 13623, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 08 de julho de 2012, FATIMA ANTONINA DOS SANTOS FUCKNER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, na Secretaria Municipal de Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13624/12

PORTARIA Nº 13624, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 22 de julho de 2012, SANTO GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Eletricista, Grupo Ocupacional 02, Nível I, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13625/12

PORTARIA Nº 13625, DE 08 DE AGOSTO DE 2012
PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis

Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 22 de julho de 2012, JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, na Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 13626/12

PORTARIA Nº 13626, DE 08 DE AGOSTO DE 2012

PROMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998, nº 1188/2004, nº 2918/2011 e nº 2966/2012 e dos Decretos nº 1210/2005 e nº 0895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 30 de julho de 2012, SERGIO MARCIO IARROCHESKI, ocupante do cargo efetivo de Vigia, Grupo Ocupacional 01, Nível I, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 344/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 344/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 11/08/2012 a 24/09/2012, à servidora LILIAN HALNISCH NOBREGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/07/2012 a 10/08/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 345/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 345/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/08/2012 a 31/01/2013, ao servidor ANTONIO DONIZETE SCHPAK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/08/2012 a 16/08/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 346/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 346/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 09/08/2012 a 07/09/2012, à servidora ADRIANA APARECIDA PEDROSO ROPKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 25/07/2012 a 08/08/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 347/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 347/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/08/2012 a 30/10/2012, concedido à servidora GEOMARA SCHOEFFEL SPERB, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 287/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 348/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 348/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/08/2012 a 05/08/2012, concedido ao servidor WILLIAN GLATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Portaria IPRESBS nº. 312/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 349/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 349/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/08/2012 a 20/11/2012, concedido à servidora VILMARA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 350/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 350/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos

Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 27/07/2012 a 24/10/2012, concedido à servidora REGINA CELIA REGO DE MOURA BELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 283/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/07/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 351/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 351/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2012 a 19/08/2012, concedido à servidora MARIA ELAIR CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 303/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2012.

São Bento do Sul, 08/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 352/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 352/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/08/2012 a 31/12/2012, concedido à servidora MARIA LUIZA TELES DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 153/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/08/2012.

São Bento do Sul, 09/08/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.469, de 09 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 4.469, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de se avaliar o bem imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, cujo imóvel o Município de São Lourenço do Oeste pretende adquirir;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, o bem imóvel localizado na quadra 01, série "C", com área de 6.000 m² (seis mil metros quadrados), entre a Rua Duque de Caxias e a Rua Nereu Ramos, na zona urbana deste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme matrícula de nº 42.174, do livro nº 3-0, do Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó/SC, constantes do Anexo Único, deste Decreto.

Art. 2º Fica designado o Senhor MÁRCIO NIEROTKA, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CREA-SC sob o nº 073156-6, para expedir Laudo de Avaliação do bem imóvel referido no art. 1º deste Decreto.

§ 1º O Engenheiro referido no caput deste artigo, deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 2º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de agosto de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.470, de 09 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 4.470, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

Regulamenta o Comitê Gestor Municipal - CGM das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cria o espaço do empreendedor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.815, de 06 de julho de 2009, e

CONSIDERANDO a importância de um espaço voltado ao atendimento aos empreendedores locais, e ao estímulo à abertura de novos negócios no Município de São Lourenço do Oeste, denominado Espaço do Empreendedor;

DECRETA:

Art. 1º O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Municipal nº 1.815,

de 06 de julho de 2009, será gerido pelo Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com as seguintes competências:

I - acompanhar o andamento e fiscalizar as atividades desenvolvidas no âmbito do Espaço do Empreendedor, tendo a incumbência de acompanhar o andamento e a aplicabilidade da Lei Municipal, além de estimular a abertura de novos negócios no Município, promover parcerias com órgãos ligados ao empreendedorismo, capacitar e orientar empreendedores, analisar a necessidade de atualização da legislação municipal vigente voltada aos empreendedores, e de incentivar e promover parcerias com organismos ligados à questão empreendedora;

II - gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão as demandas específicas decorrentes da Lei nº 1.815, de 06 de julho de 2009;

III - coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos subcomitês técnicos que possam abarcar o Espaço do Empreendedor;

IV - sugerir revisões dos valores expressos em moeda, no tocante à legislação local, pertinentes às microempresas e empresas de pequeno porte;

V - acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

VI - orientar e assessorar a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte;

VII - acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Fórum Estadual da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios;

VIII - sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional;

IX - analisar e empreender estudos acerca da necessidade de edição de normas e regulamentações locais versando sobre o Microempreendedor Individual (MEI), e os trâmites que envolva trâmites especiais, opcionais para o empreendedor.

Art. 2º O Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, rege-se:

I - pelos princípios da oralidade, informalidade e celeridade, sendo suas propostas de políticas públicas, quando resultante de consenso, encaminhadas ao Executivo na forma de anteprojeto de lei ou recomendação, quando seu executor não seja membro do Comitê.

II - pelo debate dos textos de suas propostas em Audiências Públicas, prévias ao encaminhamento daquelas ao Executivo.

Parágrafo único. Os temas sem consenso, de que trata o inciso I deste artigo, serão encaminhados em forma de relatório, fixando os pontos de convergência e divergência, e as diligências de acompanhamento serão encaminhadas na forma de representação, fixando os pontos a serem corrigidos, sendo que em todos os casos produzir-se-á breve ata de reunião, quando requerida por qualquer dos seus membros.

Art. 3º O Comitê Gestor Municipal atuará junto a Secretaria Municipal de Fazenda, e será integrado pelos seguintes segmentos, com seus respectivos suplentes:

I - 4 (quatro) representantes do Governo Municipal, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, cabendo a um deles a presidência do órgão.

II - 1 (um) representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Oeste/SC.

III - 1 (um) representante indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRC-SC).

IV - 1 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º As funções de membro do Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não serão remuneradas, sendo consideradas como relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 5º Caberá ao Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte elaborar seu Regimento Interno, por intermédio de portaria, onde deverá ser definida a existência de uma Secretaria Executiva, para o fornecimento de apoio institucional e técnico administrativo necessário ao desempenho de suas competências.

Art. 6º Compete à Secretaria Executiva do CGM:

- I - promover o apoio e os meios necessários à execução dos trabalhos;
- II - prestar assistência direta ao Presidente;
- III - preparar as reuniões;
- IV - acompanhar a implementação das deliberações;
- V - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGM.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do CGM, ou através de normas, editadas pelo Poder Executivo Municipal, necessárias e pertinentes ao pleno funcionamento do Comitê.

Art. 8º A Presidência do Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será exercida pelo responsável pelo Espaço do Empreendedor, que irá compor o Comitê como um dos representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a função de Agente de Desenvolvimento, de que trata o art. 9º da Lei Municipal nº 1.815, de 06 de julho de 2009, assim como os trabalhos de convocação das reuniões, mediação dos debates, supervisão da implementação das medidas a serem adotadas, e coordenação do Comitê, cujas reuniões serão públicas, e podendo contar com a participação de quaisquer interessados.

Art. 9º O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá, pelo menos, uma conferência anual, a realizar-se preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, aí incluídos os outros Conselhos Municipais e das microrregiões.

§ 1º O CGM poderá instituir comitês e grupos técnicos para execução de suas atividades.

§ 2º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos dos grupos ou comitês técnicos, representantes de órgãos e de entidades, públicas ou privadas, e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Art. 10. Cada representante efetivo do Comitê terá um suplente e mandato por um período de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 1º O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar seu segmento na ausência do titular efetivo.

§ 2º As decisões e deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros, mediante a confecção de resoluções, normas técnicas, ou outros tipos de atos, os quais sempre serão encaminhados ao Prefeito Municipal para devida apreciação.

Art. 11. O Comitê Gestor Municipal pode deliberar, mediante recomendações, no entanto, tratando-se de matéria não tributária, poderá deliberar em caráter normativo, por meio de portaria, ad referendum, dos Departamentos Municipais competentes para os assuntos tratados, e de acordo com disposições de seu Regimento Interno.

Art. 12. Fica criado o Espaço do Empreendedor, conforme Lei Municipal nº 1.815, de 06 de julho de 2009, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, o qual terá o objetivo precípuo de agilizar, viabilizar e desburocratizar a implantação de empreendimentos no Município de São Lourenço do Oeste/SC, através da integração e cooperação dos órgãos públicos envolvidos, e fomentar o empreendedorismo como fundamental instrumento de desenvolvimento local.

Art. 13. O Espaço do Empreendedor trata-se de um espaço voltado ao atendimento aos empreendedores locais, e ao estímulo à abertura de novos negócios no Município de São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 14. O Espaço do Empreendedor poderá propor parcerias com concessionárias de serviços públicos, órgãos públicos estaduais, federais, entidades civis, e organismos voltados ao empreendedorismo e à cultura empreendedora, no sentido de agilizar e viabilizar empreendimentos geradores de empregos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de agosto de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.471, de 09 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 4.471, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação necessária e adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 125.357,83 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.0.3.0000

200 Aplicação Direta R\$ 124.473,76

16.01.28.846.0000.0.001.3.2.90.00.00.00.00.00.0.3.0000

199 Aplicação Direta R\$ 884,07

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de agosto de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 02/2012 Icslo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC -
INSTITUTO CULTURAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 23/08/2012, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 002/2012 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº02 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E UNIFORMES PARA OFICINAS DO ICSLO CONFORME CONVÊNIO COM O ESTADO DE SC Nº 09715/2012-2. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

EVERTON LUIZ LOVERA

Gerente Executivo

Extrato do Contrato Nº 234/2012, de 25 de Julho de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 234/2012, DE 25 DE JULHO DE 2012. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 167/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 048/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia nº 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Elvi Cozinhas Industriais LTDA, CNPJ nº 01.259.958/0001-64.

Objeto: Dilação do prazo de execução do Contrato nº 167/2012, de 04/05/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário tendo em vista que alguns dos equipamentos a serem fornecidos pela Contratada possuem dimensões específicas e diferentes da linha de produção, eis que tal fato implica no aumento do tempo de produção dos itens a serem fornecidos em aço inox. Data de Assinatura: 05/07/2012.

Vigência: de 05/07/2012 a 06/08/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Luciano das Neves Sola- pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 260/2012, de 25 de Julho de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2012, DE 25 DE JULHO DE 2012. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 167/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 060/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 040/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Elvi Cozinhas Industriais LTDA, CNPJ nº 01.259.958/0001-64.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 167/2012, de 04/05/2012, por 45 (quarenta e cinco) dias, lapso este que se faz necessário tendo em vista que alguns dos equipamentos a serem fornecidos pela Contratada possuem dimensões específicas e diferentes da linha de produção, eis que tal fato implica no aumento do tempo de produção dos itens a serem fornecidos em aço inox. Data de Assinatura: 25/07/2012.

Vigência: de 25/07/2012 a 10/09/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Luciano das Neves Sola - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 261/2012, de 25 de Julho de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 261/2012, DE 25 DE JULHO DE 2012. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 190/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 048/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia nº 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Distribuidora Meredional de Motores Cummins S/A, CNPJ nº 90.627.332/0001-93.

Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 190/2012, de 24/05/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário em razão de que o fornecimento do grupo gerador está vinculado à conclusão da edificação que o abrigará, deste modo a Contratada fica impedida de fornecer o grupo gerador até a conclusão de referida edificação.

Data de Assinatura: 25/07/2012.

Vigência: de 25/07/2012 a 24/08/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Diderot Menegassi Velloso - pela contratada.

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****Decreto Nº 98/2012**

DECRETO Nº 98/2012

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 656/2011:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.2.016 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 23.500,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000 _ Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16.2023- Func. e Manut. Do Fundo M. Agrop. R\$ 2.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000 _ Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de agosto de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria N.º 273/2012

PORTARIA n.º 273/2012

EXONERA GISELLY APARECIDA RAMOS DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, GISELLY APARECIDA RAMOS do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 274/2012

PORTARIA n.º 274/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora DIONE TEREZINHA LOHN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora DIONE TEREZINHA LOHN, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 30/07/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/07/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 275/2012

PORTARIA n.º 275/2012

Concede Férias ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA, ocupante do cargo de Procurador Municipal, o tempo remanescente

de férias referente ao período aquisitivo de 2010/2011, que gozará a partir de 06/08/2012 a 13/08/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 276/2012

PORTARIA n.º 276/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 10 da Lei nº. 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder Progressão Funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

- ELCIO LUIZ PERING - OPERADOR DE MÁQUINA I - LETRA F.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 277/2012

PORTARIA n.º 277/2012

EXONERA ANDRÉ JOSÉ CAMPOS DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENGENHEIRO CIVIL.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANDRÉ JOSÉ CAMPOS do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 278/2012

PORTARIA n.º 278/2012

Concede Férias ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 08/08/2012 a 06/09/2012, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N.º 018/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o Senhor José Lino Na

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º 018/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR JOSÉ LINO NAU.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOSÉ LINO NAU, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº. 767.750.039-00, residente a Rua José Mathias Junckes, s/nº., Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 018/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 018/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N.º 019/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o Senhor Valério Luiz

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º 019/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR VALÉRIO LUIZ PAULI.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor VALÉRIO LUIZ PAULI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 415.337.989-15, residente a Rua Domingos Cândido da Cunha, nº.109, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 019/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 019/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N.º 020/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhorita Cristiane

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º 020/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CRISTIANE HOFFMANN.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CRISTIANE HOFFMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 066.457.329-02, residente a Rua Antônio José Raulino, nº. 2321, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 020/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 020/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 021/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o Senhor Alexandre Ga
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 021/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 003.459.559-78, residente a Avenida Ceniuro Luiz Ribeiro Martins, nº. 196, Forquilhas, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 021/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 021/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 025/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhorita Danieli e
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº.

025/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA DANIELI ELIANE NAU.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita DANIELI ELIANE NAU, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 057.957.059-26, residente e domiciliada a Rua José Mathias Junckes, s/nº. - Vila Junckes - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 025/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 025/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 026/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhora Gisèle Fátima
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 026/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 008.897.379-40, residente a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº. 238, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula

quarta do contrato de trabalho nº. 026/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 026/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 027/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhora Silvia Mari

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 027/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 596.045.496.34, residente e domiciliada a Rua Lino Pedro da Silva, nº 72 - Sertão Maruim - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 027/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 027/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 028/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhora Daniela da

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 028/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA DANIELA DA ROCHA THEISIES.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora DANIELA DA ROCHA THEISIES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 066.457.319-30, residente e domiciliada a Rua Joaquim Gilberto Farias, nº. 15 - Picadas do Sul - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 028/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 028/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 029/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhora Lidianne Co

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 029/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCES.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº. 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 036.803.629-43, residente e domiciliada a Rua Herculano Francisco Stähelin, nº. 213 - Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 029/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 029/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 030/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o Senhor Ney Platt.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 030/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR NEY PLATT.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor NEY PLATT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob Nº 776.581.169-04, residente e domiciliado a Rua Copo de Leite, s/nº. - Pedra Branca-Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 030/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 030/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 031/2012, Celebrando Entre o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara e a Senhora Marinei

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 031/2012, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA MARINEIDE BORGES SCHEFFMACHER.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado

de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora MARINEIDE BORGES SCHEFFMACHER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 785.144.529-91, residente a Rua Nossa Senhora de Fátima, s/nº., Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 031/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 031/2012 até o dia 30/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 033/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Senhorita Indionara

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 033/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA INDIONARA LIMA CONCEIÇÃO.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita INDIONARA LIMA CONCEIÇÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 049.469.029-10, residente e domiciliado a Rua T1, Quadra 2, Lote 22 - Potecas - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 033/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 033/2012 até a data do término da licença para tratamento de saúde do servidor Carlinho Schmitt.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 032/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o Senhor Thiago Rodrig
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 032/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR THIAGO RODRIGUES.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor THIAGO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 066.196.539-28, residente e domiciliado a Rua Frei Atiço Francisco Enig, nº. 6996 - Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 032/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 032/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 034/2012, Celebrando Entre a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o Senhor Filipe Lohn.
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 034/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR FILIPE LOHN.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado,

inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor FILIPE LOHN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 079.166.679-40, residente e domiciliado a Rua Bertoldo Hames, nº. 453 - Boa Parada - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 034/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 034/2012 até o dia 21/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Termo de Desistência de Elisa Sperber

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
TERMO DE DESISTÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2010

Aos seis dias do mês de agosto do ano de 2012, ELIZA SPERBER, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público Edital nº. 001/2010, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, classificação 07, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de agosto de 2012.

Termo de Desistência de Regina Schmitt Hames

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2010

Conforme documentação arquivada no Setor de Recursos Humanos do Município, a candidata MARCIA REGINA SCHMITT HAMES aprovada na classificação nº. 08, na vaga para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Concurso Público nº. 001/2010, declarou que não tem interesse em assumir a vaga neste momento, portanto solicita passar para o final da lista dos aprovados.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2012.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.483/2012, de 08 de Agosto de 2012.
DECRETO Nº 2.483/2012, de 08 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Aldo Lindner	24	25
Debora Patricia Grando Borges	50	51
Elmer Sandro Quadros	45	46
Eloir José Wendt	23	24
Fabiana de Souza Stringari	25	26
Fabiani Aparecida de Oliveira Sokolowski	77	78
Francisco Machado dos Reis	21	22
Iria Schons	08	09
José Luiz Pinheiro da Silva	21	22
Karine Viergutz Marques	21	22
Leontino José de Oliveira	24	25
Maria aparecida Schmidt Miodutzki	25	26
Maria Dalzita Alves	09	10
Raquel Fuckter	55	56
Valderi Rocha de Camargo	38	39

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Alexandra Luchini	B-4-III	B-5-III
Arlene da Silva Ropelato	B-Inicial	B-1
Chellyjane Figur	B-2	B-3
Dalila Isabel Ronchi Konell	B-11-V	B-12-V
Edaise Sasse	C-4-III	C-5-III

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 08 de agosto de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

I Errata de Edital Modalidade Concorrência Para Concessão de Serviço Público Nº 03/2012 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Nº 03/2012 - PMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 90/2012 - PMS - TIPO: TÉCNICA E PREÇO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados errata de data referente ao Edital de Concorrência nº. 03/2012-PMS, para a outorga de concessão onerosa da Concessão da exploração de Serviços Funerários do Município de Schroeder/SC, para uma única empresa, pelo prazo de 15 (quinze) anos, nos limites do Município de Schroeder/SC, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.854, de 23 de setembro de 2011, conforme projeto e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 - Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 12 de setembro de 2012.

b) Local: Prefeitura de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

4.2- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 12 de setembro de 2012 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

Exclui-se:

6.1.15 Prova da responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina.

Schroeder, 10 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 16/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 16/2012-PMS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 16/2012-PMS, Processo de licitação nº. 89/2012-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa de empresa especializada para plantio de mudas de árvores em passeios públicos (calçadas) das seguintes ruas: Erich Froehner, 3 de outubro, Jorge Lacerda, Florianópolis, Palmeiras, Duque de Caxias e Acre, neste Município de

Schroeder /SC, conforme memorial descritivo, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA e ANEXO IX - MENORIAL DESCRITIVO, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Empresa vencedora: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.829/0001-12.

Valor da proposta vencedora: R\$ 6.890,00 (seis mil, oitocentos e noventa reais).

Schroeder, 09 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 139/2012-PMS -

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato nº. 139/2012-PMS - Modalidade Tomada de Preços nº. 16/2012-PMS, Processo nº. 89/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, no Município de Schroeder/SC. Contratada: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.829/0001-12, estabelecida na Rua Leopoldo Sprenger, nº 280, Itapema do Norte, na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.249-000.

Objeto: contratação de empresa de empresa especializada para plantio de mudas de árvores em passeios públicos (calçadas) das seguintes ruas: Erich Froehner, 3 de outubro, Jorge Lacerda, Florianópolis, Palmeiras, Duque de Caxias e Acre, neste Município de Schroeder /SC, conforme memorial descritivo, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA e ANEXO IX - MENORIAL DESCRITIVO, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 6.890,00 (seis mil, oitocentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 09/08/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Notificação Contrato Nº 103/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: compras@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

A

Sra. Rozeli Neckel Moretto

TROIANA EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 14.177.036/0001-50

(47) 3397-7529

Venho por meio deste, dar-lhe ciência de que o setor responsável pelo recebimento dos materiais, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, por meio do Técnico em Química, comunicou que o material entregue, não atendem as especificações do termo de referência constante no processo nº 71/2012-PMS. Por esse motivo, considerando as disposições editalícias, principalmente da CLAUSULA DÉCIMA, itens 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.10 do contrato nº 103/2012-PMS, conclui-se que a empresa ainda esta inadimplente com o contrato.

Sendo assim, fica a empresa TROIANA EQUIPAMENTOS LTDA

notificada para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas substituir o item 01 do referido contrato conforme especificações do edital.

ITEM	DESCRIÇÃO
01	<p>Descrição de bomba dosadora de Sulfato de alumínio</p> <p>Bomba dosadora eletromagnética de diafragma com regulação eletrônica do número de pulsações.</p> <p>Quantidades: 2</p> <p>CONDIÇÕES DE TRABALHO</p> <p>Vazão: 0,0 – 30,0 L/h</p> <p>Pressão: 3 (bar)</p> <p>CARACTERÍSTICA CONSTRUTIVA</p> <p>Ajuste manual ou automático da dosagem de 0 – 100% (alterando o número de pulsações eletronicamente).</p> <p>Display de cristal líquido retroiluminado com indicação da vazão instantânea e totalizada do produto dosado.</p> <p>Aviso de calibração, alarmes, níveis, etc.</p> <p>Entrada Stand by.</p> <p>Saída de alarme (contato NA).</p> <p>Entrada para sensor de fluxo.</p> <p>Regime de dosagem continua/ descontinuo com precisão de dosagem ± 2,0%.</p> <p>Sensor de nível para desligar a bomba na falta do produto a ser dosado.</p> <p>Válvula de purga para retirada do ar incorporada ao cabeçote da bomba.</p> <p>Válvula de sucção e descarga com dupla esfera.</p> <p>Conexão de sucção e descarga para mangueira diâmetro 8x12 mm.</p> <p>Características Elétricas :</p> <p>-Acionamento através de magneto;</p> <p>-Potencia consumida de 27 W;</p> <p>-Tensão de operação 220 V, monofásica, 60 Hz.;</p> <p>-Proteção IP65 ou superior</p> <p>-Isolação Classe ou superior</p> <p>Materiais de Construção :</p> <p>-Cabeçote em PVDF;</p> <p>-Válvulas CABEÇOTE em PVDF</p> <p>-Esferas duplas em CE (Cerâmica);</p> <p>-Diafragma em PTFE (teflon);</p> <p>-Conexões em PvdF</p> <p>-Vedações FP</p>

FUNÇÕES DE PROGRAMAÇÃO

- Possuir programação de dosagem em golpe por hora ou golpe por minuto. Conforme a programação escolhida a bomba deve dosar com frequência constante.
 - Possuir a programação que permite a divisão de pulsos que determinam a frequência da dosagem.
 - A bomba dosadora deve possuir a opção de ser interligada a outro aparelho e através das informações deste determinar a dosagem de acordo com a concentração do produto.
 - A bomba dosadora deve ter a opção de variar a dosagem automaticamente conforme a vazão da entrada da água bruta.
- Acessórios para funcionamento e instalação :**
- Válvula de pé em PVDF com filtro;
 - Válvula de injeção com mola hastelloy C e dispositivo de retenção por esfera (antisifão).
 - 30 mts de mangueira em polietileno para descarga do sulfato de alumínio;
 - 1,5 metros de mangueira em cristal para expurga de ar
 - Fusível reserva, parafusos e buchas para fixação da bomba na parede, verticalmente.
 - Cabo de energia 1,5 mt comprimento com plug 2 pólos + terra.
 - Manual de instalação e operação em português.
 - Treinamento técnico de operação de uma hora caso for solicitado
 - A empresa fornecedora deverá garantir suporte técnico gratuito via telefone e/ou correio eletrônico, no período de vigência da garantia contra defeitos de fabricação, no mínimo, para diminuir dúvidas quanto à utilização, manuseio, instalação e manutenção do equipamento fornecido e seus acessórios
 - Garantia de 1 anos contra defeitos de fabricação.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 08 de agosto de 2012.

JOSÉ DA CRUZ

Secretário Saneamento e Gestão Ambiental

Termo Aditivo Nº. A17/2012 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A17/2012 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2012 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 12.927.876/0001-67, estabelecida na Estrada Pedro Rosa da Silva, nº 515, Residencial Park, na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.640-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Itacir Dal Mass, inscrito no CPF sob o no 222.898.010-20, portadora da Carteira de Identidade nº 4001867061-SSP/RS, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de licitação, modalidade Pregão Presencial Registro de Preço no 14/2011-FMS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 04/2012-FMS, celebrado em 31 de janeiro de 2012, proveniente Processo de licitação nº. 24/2011-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço

nº. 14/2011-FMS, para o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, do aditivo de 75 ampolas, no valor total de R\$ 18,90 (dezoito reais e novena centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), sendo aditivado o item 96, a quantidade de 75 ampolas, no valor unitário de R\$ 0,252, totalizando o valor em de R\$ 18,90 (dezoito reais e novena centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	QTDE. ADITIVA-DA	VALOR R\$ ADITIVA-DO
98	DIPIRONA 500MG/ ML INJE- TAVEL IV/ IM	300	0,252	AMPOLA	75	18,90
VALOR TOTAL R\$						18,90

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 04/2012-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 06 de agosto de 2012.

CONTRATADA:

DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA

Itacir Dal Mass

CPF no 222.898.010-20

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A48/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A48/2012 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 181/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: POSTO MIME LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 83.488.882/0014-28, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco nº. 3490, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Paulo César Chiodini inscrito no CPF sob o no 569.932.009-10, portador da Carteira de Identidade no 19/R 1985.249 - SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 181/2011-PMS, celebrado em 17 de novembro de 2011., proveniente do Processo de licitação nº. 143/2011 - PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 64/2011 - PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela empresa contratante que no contrato passe a ser a nova razão social POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, conforme cópia do contrato social em anexo ao pedido.

Considerando a 52ª Alteração Contratual, no qual nos traz em sua Cláusula - 1º - A Alteração da Dominação Social, a qual a denominação social passará a ser POSTO AGRICOPLE LTDA.

Considerando que a referida Alteração Contratual foi realizada em 30 de janeiro de 2012 e protocolada perante a Junta Comercial em 06 de fevereiro de 2012.

Considerando a solicitação feita pela empresa POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 8.380,97 litros de óleo diesel, e que resta a Administração 16.619,03 litros de óleo diesel, até o termino do ano desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa representa um percentual de aproximadamente 9,185%, passando o valor do litro do óleo diesel em R\$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos).

Considerando o valor após reajuste, bem como saldo existente resta a Administração um saldo de R\$ 35.564,72(trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a razão social para POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, inscrita no CNPJ sob o no 83.488.882/0014-28, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco nº. 3490, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 03, onde o valor unitário passa a ser R\$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos), sendo:

ITEM	DESCRI- ÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITA- ÇÃO	VALOR ATUALI- ZADO
03	Óleo Diesel	25.000	1,96	Litro	16.619,03	2,14

Cláusula 3ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta (do valor do contrato) no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 2.991,43 (dois mil, novecentos e noventa e um reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 193.291,43 (cento e novena e três mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos).

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 62/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de agosto de 2012.

CONTRATADA:

POSTO AGRICOPEL LTDA FILIAL 13

PAULO CÉSAR CHIODINI

CPF 569.932.009-10

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Siderópolis

PREFEITURA

Contrato Nº70/2012

Contrato nº70/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº47/2012 - Modalidade Pregão nº47/2012,

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: ARILTON ANASTACIO

Objeto: prestação de serviços de Transporte Escolar do interior do Município para a Sede e da Sede para o interior, nas seguintes linhas: 04-Rio Kuntz e 06-Vila Macarini.

Valor: R\$35.295,12

Vigência: 31/12/2012

Contrato Nº71/2012

Contrato nº71/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº47/2012 - Modalidade Pregão nº47/2012, homologada em 05/06/12

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: VALDIR PEDRO BITENCOURT

Objeto: a prestação de serviços de Transporte Escolar do interior do Município para a Sede e da Sede para o interior, nas seguintes linhas: 07-Nossa Senhora da Saúde.

Valor: R\$41.678,28

Vigência: 31/12/2012

Contrato Nº72/2012

Contrato nº72/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº47/2012 - Modalidade Pregão nº47/2012,

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: SÃO DONATO

Objeto: prestação de serviços de Transporte Escolar do interior do Município para a Sede e da Sede para o interior, nas seguintes linhas: 01- São Geraldo, Monte Negro, Vila Pavan e Coque Sul, 02-Montanhão e Rio Fiorita e 03-Vila São Jorge e Patrimônio.

Valor: R\$140.644,98

Vigência: 31/12/2012

Contrato Nº73/2012

Contrato nº73/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº47/2012 - Modalidade Pregão nº47/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: RAUL BONGIOLO

Objeto: prestação de serviços de Transporte Escolar do interior do Município para a Sede e da Sede para o interior, nas seguintes linhas: 05- Costão da Serra.

Valor: R\$41.580,00

Vigência: 31/12/2012

Contrato Nº74/2012

Contrato nº74/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº30/2012 - Carta Convite nº30/2012,

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado:PRESTADOR DE SERVIÇOS VALDIR PEDRO BITENCOURT

Objeto: Prestação de serviços de Transporte de Professores do Município para as Unidades Escolares, de acordo com a linha descrita no anexo único.

Valor: R\$16.980,99

Vigência: 31/12/2012

Contrato Nº75/2012

Contrato nº75/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº45/2012 - Concorrência Pública nº45/2012,

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Objeto: Execução dos serviços de pavimentação das ruas:

1.1.1. Rua 14 - Rio Fiorita;

1.1.2. Rua 16 - Rio Fiorita;

1.1.3. Rua Antonio Emiliano - Vila Esperança;

1.1.4. Rua Bela Vista - Vila São Jorge;

1.1.5. Rua Bernadino Neto - Renascer;

1.1.6. Rua Chapecó - Vila Esperança;

1.1.7. Rua Jose Agassi - Vila São Jorge;

1.1.8. Rua Lucinda Delfino - COHAB II;

1.1.9. Rua Marta Rossa Savaris - Área Industrial;

1.1.10. Rua Patricio Jose Duarte - COHAB II;

1.1.11. Rua Pedro Paulo Piazzoli - Vila Esperança;

1.1.12. Rua Pedro Paulo Domingos - COHAB II;

1.1.13. Rua Pietro Ferro - Vila São Jorge;

1.1.14. Rua Projetada - Vila São Jorge;

1.1.15. Rua Roger Francisco - COHAB II;

1.1.16. Rua Vereador Jose Feltrin - Centro.

Valor: valor global de R\$ 1.471.449,46

Vigência: 26/10/2012

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2593, de 10 de Agosto de 2012

LEI Nº 2593, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Declara de Utilidade Pública a Associação Renal Vida de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Renal Vida de Timbó, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.748.642/0004-30, com sede social na Rua Germano Brandes Sênior, nº 690, anexo ao Hospital OASE, no Município de Timbó.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal, até dia 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se

houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º À entidade de que trata a presente Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2594, de 10 de Agosto de 2012

LEI Nº 2594, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 833.456,00 (Oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PMT)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.01.004.122.0011.2006.	SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0011.2006.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0011.2006.	MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	21.000,00
	TOTAL	21.000,00
02.03.006.182.0013.2010.	SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.03.006.182.0013.2010.	DEFESA CIVIL	
02.03.006.182.0013.2010.	MAN. DA DEFESA CIVIL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.474,00
	TOTAL	1.474,00
03.01.004.0122.0015.1009.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.0122.0015.1009.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.0122.0015.1009.	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR	14.000,00

	TOTAL	14.000,00
03.01.004.122.0015.2020.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2020.	CONSELHOS MUNICIPAIS	
03.01.004.122.0015.2020.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00
	TOTAL	16.000,00
03.03.004.128.0017.2032.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.03.004.128.0017.2032.	RECURSOS HUMANOS, QUALIFICAÇÃO PROF.	
03.03.004.128.0017.2032.	QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
04.01.012.306.0020.2044.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.306.0020.2044.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.306.0020.2044.	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
04.02.012.306.0020.2048.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.306.0020.2048.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.306.0020.2048.	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	355.000,00
	TOTAL	355.000,00
04.03.012.365.0022.2052.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.365.0022.2052.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.365.0022.2052.	MAN. DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

04.03.012.361.0022.2060.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2060.	ENSINO FUNDAMENTAL	
	INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2060.		
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	18.000,00
	TOTAL	18.000,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	60.000,00
	TOTAL	60.000,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2064.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2064.	INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00
	TOTAL	16.000,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.2066.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.2066.	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	982,00
	TOTAL	982,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.333.0032.2068.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.333.0032.2068.	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00
	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00
	FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	MANURENÇÃO DO FHT.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	19.000,00
	TOTAL	19.000,00
	RESUMO	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	373.000,00
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR	14.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	396.456,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	
16.10.008.244.0086.2272.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIP.	
16.10.008.244.0086.2272.	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZAÇÃO DE CONF.	
16.10.008.244.0086.2272.	DESPESAS CORRENTES	
300000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
16.12.008.244.0088.2286.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.12.008.244.0088.2286.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	
16.12.008.244.0088.2286.	DESPESAS CORRENTES	
300000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	2.000,00
	TOTAL	2.000,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
16.12.008.244.0088.2290.		

16.12.008.244.0088.2290.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.12.008.244.0088.2290.	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
	TOTAL	3.000,00
	RESUMO	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FUNDAÇÃO)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTES – FME	
19.01.027.813.0090.2236.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	RESUMO	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 833.456,00 (oitocentos e trinta e três mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PMT)

SUPLEMENTA		
07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	373.000,00

	TOTAL	373.000,00
08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR	14.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	297.456,00
	TOTAL	311.456,00
	RESUMO	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	373.000,00
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR	14.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	317.456,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

SUPLEMENTA		
16.11.008.244.0087.2278.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
16.11.008.244.0087.2278.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.11008.244.0087.2278.	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	25.000,00
24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	54.000,00
	TOTAL	54.000,00
	RESUMO	

0.10000	VINCULO LIVRE	54.000,00
---------	---------------	-----------

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FUNDAÇÃO)

	SUPLEMENTA	
19.01.027.813.0090.2238.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME	
19.01.027.813.0090.2238.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2238.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES COMUNITÁRIO E ESCOLAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
19.01.027.813.0090.2240.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME	
19.01.027.813.0090.2240.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2240.	MANUTENÇA DE EVENTOS ESPORTIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
	RESUMO	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decisão Pregão Presencial N.º 96 2012 - Materiais Elétricos

DECISÃO DO PREGOEIRO AO PREGÃO PRESENCIAL 96/2012

Em resposta a recurso protocolado na Prefeitura de Timbó em 6 de agosto de 2012, sob o número 022765, em nome de FÁBIO ANTÔNIO DOS SANTOS ME, inscrito no CNPJ: 12.860.812/0001-96, com sede na Rua Rio Grande do Norte, 54 - Bairro Universitário, em Tijucas/SC:

- No documento "DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO", no item "e" o mesmo declara "Que conhece e aceita todas as condições do referido edital", portanto seu recurso não procede, pois o Edital de Pregão nº 96/2012 no item 7.1.1.8 diz: "As autenticações realizadas pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio deverão ser feitas com antecedência de 30 (trinta) minutos da hora de entrega dos envelopes de proposta e habilitação. As empresas deverão apresentar para autenticações os documentos originais e fotocópias.", o que foi questionado pelos participantes na hora dos vistos dos credenciais e abertura das propostas as 10hs25min do dia 01/08/2012 quando sua representante apresentou Certificado de Homologação sem autenticação, sendo assim fica indeferido a solicitação de anulação dos lances.

Quanto a solicitação da cópia dos documentos pertinentes ao referido Pregão, deverá entrar em contato com a Prefeitura, setor de

Licitações para agendar retirada das mesmas mediante pagamento de guia de Preço Público.

Timbó, 08 de agosto de 2012.
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
PREGOEIRO

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 100 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 100/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de espaços públicos em rádio AM e FM para divulgação das ações da Prefeitura de Timbó para a população
EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Timbó Ltda. e Rádio Cultura de Timbó Ltda.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 106.200,00 (cento e seis mil e duzentos reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/12/2012
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Administração e Fazenda.

Timbó, 07/08/2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário de Administração e Fazenda

Extrato do Segundo Termo de Apostilamento da Ata Registro de Preços N.º 131 2011 - Aquisição de Diesel

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 131/2011

APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº. 131/2011.
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEOLTA

OBJETO: Reajuste de valor (Óleo Diesel).
VALOR: R\$ 1,889 por litro de Diesel

Timbó, 01 de agosto de 2012.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 21/2012 Medicamentos PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2012 Edital de Pregão Presencial nº 15/2012

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma imediata que tem por objeto a aquisição de Medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde. Entrega das propostas até às 8h45min do dia 23/08/2012. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº. 32/2012 - Locação de Peças Luminosas

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 32/2012

OBJETO: Constitui objeto do presente certame locação de peças luminosas decorativas com a finalidade de permanecerem instaladas em Avenida Pública do Município no período de 15 de novembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 32/2012, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 21 de agosto de 2012

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 21 de agosto de 2012, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta

a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 07 de agosto de 2012.
NABOR JOSÉ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.777/12

LEI Nº 2.777/12, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 240.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 240.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
1.020 - Elevado Rua Saul Brandalise
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 240.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 240.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de agosto de 2012
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.150/12

DECRETO Nº 10.150/12 DE 03 DE AGOSTO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11 de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

Proj/Ativ - 2064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 - Aplicações Diretas

80.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 80.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.155/12

DECRETO Nº 10.155/12, DE 08 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.777/12, de 08 de agosto de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 240.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 240.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.020 - Elevado Rua Saul Brandalise

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 240.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 240.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.156/12

DECRETO Nº 10.156/12, DE 09 DE AGOSTO DE 2012

Nomeia Presidente para o Conselho Municipal de Educação e para as Câmaras da Educação Básica e do FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 048/07, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 10.398/12.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Presidente: MARCO ANDRÉ SERIGHELLI

II - Vice-Presidente: IVONEI DAMBRÓS

Art. 2º Ficam nomeados, como Presidentes e Vice-Presidentes da Câmara da Educação Básica e do FUNDEB, os seguintes membros:

I - Presidente da Câmara da Educação Básica: LUZIA DA SOLER DI DOMENICO

II - Vice-Presidente da Câmara da Educação Básica: NAIR PERETTI

III - Presidente da Câmara do FUNDEB: EDINA TEIXEIRA

IV - Vice-Presidente da Câmara do FUNDEB: ROSÂNGELA COMERLATO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.880/11.

Videira, 09 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1425/12

PORTARIA nº 1425/12

Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora SOLANGE BUSANELLO ORTH, Professora, a partir do dia 03 de agosto de 2012 até 30 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2012.

Videira, 07 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1426/12

PORTARIA nº 1426/12

Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora VANIA REGINA FRIZON, Professora, a partir do dia 02 de agosto de 2012 até 29 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de agosto de 2012.

Videira, 07 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Julgamento Habilitação TP 33 _2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DO PISO DA QUADRA DO GINÁSIO MEDALHÃO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADAS

as empresas Construtora Edificação Ltda, GL Construtora e Incorporadora Ltda e Construtora Videirense Ltda por apresentarem Atestados de Capacidade Técnica com serviços incompatíveis com o objeto desta licitação, descumprindo o item 4.3.13 do Edital e HABILITADA a empresa NG Quadratex Construções Esportivas Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 08 de agosto de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 96/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 96/2012 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DIÁRIA PELAS SERVIDORAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 23 de Agosto de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 08 de Agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 0490/2012

Extrato do Contrato n. 0490/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILMARA APARECIDA SOUZA DE CAMARGO SUBTIL

CPF: 003.939.449-21

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARY MERCEDES DA SILVA BARRETO

VIGÊNCIA: de 16 de maio de 2012 a 31 de maio de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais, Disciplina Geografia

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.975,24 (um mil, novecentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)

Extrato do Contrato N. 0500/2012

Extrato do Contrato n. 0500/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VERA LUCIA FERREIRA

CPF: 585.081.209-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIMONE LUIZA FRACANABIA

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0539/2012

Extrato do Contrato n. 0539/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLIANA SILVA DOS SANTOS

CPF: 029.832.939-55

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLEUSA MEISTERLIM

VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0540/2012

Extrato do Contrato n. 0540/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS

CPF: 065.636.589-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA INES EL-VIRA SCHNEIDER

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2012 a 21 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0541/2012

Extrato do Contrato n. 0541/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VERANI FIORELLI

CPF: 540.562.339-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DIRCEY SALETE DE ALMEIDA LARA

VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2012 a 10 de setembro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0542/2012

Extrato do Contrato n. 0542/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA ELENA DALACOSTA LENHANI

CPF: 522.044.219-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.185,14 (um mil, cento e oitenta e cinco reais e quatorze centavos)

Extrato do Contrato N. 0543/2012

Extrato do Contrato n. 0543/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANDERSON GONDIM ROQUE

CPF: 056.998.987-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2012 a 31 de janeiro de 2013

FUNÇÃO: ENFERMEIRO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.777,07 (dois mil, setecentos e setenta e sete reais e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0547/2012

Extrato do Contrato n. 0547/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS EDUARDA PONTES

CPF: 076.589.049-61

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NEIVA DE FÁTIMA DEICKE

VIGÊNCIA: de 05 de julho de 2012 a 16 de agosto de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 660,11 (seiscentos e sessenta reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0548/2012

Extrato do Contrato n. 0548/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON SCOPEL

CPF: 716.274.309-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR LUIS FOLGIARINI

VIGÊNCIA: de 04 de julho de 2012 a 15 de agosto de 2012

FUNÇÃO: MOTORISTA I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.299,92 (um mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

Extrato do Contrato N. 0552/2012

Extrato do Contrato n. 0552/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA CANDIDO BONEZ DE MELLO

CPF: 027.811.139-48

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TELMA ODILA DEON

VIGÊNCIA: de 06 de julho de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.441,39 (dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos)

Extrato do Termo de Rescisão N. 0073/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0073/2012

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0325/12

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEANDRO LUIZ MICHELON

CPF: 079.984.109-90

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 11 de junho de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0089/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0089/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0399/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: FABIANO DIONÍSIO FANTIN
CPF: 007.149.389-12

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 13 de julho de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0090/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0090/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0393/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA MEDEIROS
CPF: 018.597.239-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 16 de julho de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0091/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0091/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0492/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRÍCIA VERÍSSIMO DA COSTA LOPES
CPF: 073.188.779-41

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 20 de julho de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0092/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0092/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0362/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI
CPF: 007.612.539-47

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 20 de julho de 2012.

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto Nº 041/2012**

DECRETO Nº 041/2012
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPÉRÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.6400 - Atenção Básica

R\$10.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.6400 - Atenção Básica

R\$16.637,51

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.7000 - Gestão do SUS - PSF

R\$ 2.836,91

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 09 de Agosto de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações

AMURES

Amures - Contrato: 02/2012

AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana

CONTRATO: 02/2012

CONTRATADA: SANTIAGO & CINTRA IMP E EXP LTDA, com sede à Rua Vieira de Moraes, 420, São Paulo/SP.

Objeto: Aquisição de equipamento para levantamentos estáticos e cinemáticos para utilização nas atividades do "Projeto Nascentes do Futuro", conforme especificação estabelecida no edital.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 02/2012, correlato à Convite nº 02/2012, aberta em 30/07/2012 e homologado em 30/07/2012.

PRAZO: será de 12 meses a contar da assinatura.

VALOR: R\$ 46.900,00 (Quarenta e seis mil e novecentos reais).

Lages, 08 de agosto de 2012.

LUIZ PAULO FARIAS

Presidente do AMURES.

Consórcios

CIGA

Resolução CIGA Nº 25/2012

Resolução nº 25/2012

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2012.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 06/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 5.530,40 (cinco mil e quinhentos e trinta reais e quarenta centavos) para suplementar a dotação abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.90	0.2.00	R\$ 5.530,40
TOTAL					R\$ 5.530,40

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com a anulação de dotação pertencente ao Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.2.00	R\$ 5.530,40
TOTAL					R\$ 5.530,40

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 09 de agosto de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

CIS/AMUNESC**Extratos**

CIS/AMUNESC

EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato de Credenciamento nº 037/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Ultraimagem Ultra Sonografia SS Ltda

Objeto: Prestação de serviços de saúde aos municípios consorciados (exames ultra-sonográficos)

Valor estimado mensal: R\$ 16.915,50 (dezesesseis mil, novecentos e quinze reais e cinquenta centavos)

Prazo: 13/08/2012 a 31/12/2012

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 002/2011/Inexigibilidade de licitação.

Contrato de Credenciamento nº 038/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Ultraimagem Ultra Sonografia SS Ltda

Objeto: Prestação de serviços de saúde aos municípios consorciados (doppler de carótidas)

Valor estimado mensal: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais)

Prazo: 13/08/2012 a 31/12/2012

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 003/2011/Inexigibilidade de licitação.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS

Nono Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica Cardioprime S/S

Objeto: Reajuste de 5% para os exames de monitoramento pelo Sistema Holter 24h, monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial (MAPA), Tilt-Teste, Ecocardiograma Transesofágico, Ecocardiograma de Stress, Ecocardiografia Transtoracica, Ecodoppler Fetal). Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 03/2011 e Resolução CIS/AMUNESC nº 152/2012 de 2/07/2012.

Data do aditamento: 2/07/2012.

Décimo Primeiro Termo de Aditamento

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Visiocentro Clínica Médica Ltda

Objeto: Alteração no quantitativo de consultas para 60/mês; exames de mapeamento de retina para 80/mês e olhar preferencial (binocular) para 10/mês constantes no termo de credenciamento universal. Inclusão de novos serviços: topografia computadorizada de córnea (100/mês) e paquimetria ultrassônica (200/mês).

Data do aditamento: 1º/08/2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Mastocentro Centro de Investigação e Tratamento da Mama Ltda

Objeto: Aumento na oferta dos exames de ultra-som de mama com biópsias para 30/mês.

Valor estimado mensal: R\$ 6.000,00 (seis mil e duzentos reais)

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 003/2011/Inexigibilidade de licitação.

Data do aditamento: 1º/08/2012

Primeiro Termo de Aditamento ao contrato nº 31/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Instituto Espaço Clin Diagnósticos Por Imagem Ltda - ME

Objeto: Reajuste de 5% para os exames de Ecocardiografia transtoracica

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 003/2011/Inexigibilidade de licitação e Resolução nº 152/2012 de 2/07/2012.

Data do aditamento: 2/07/2012

Quinto Termo de Aditamento ao contrato nº 31/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica São Marcos Radiologia SS Ltda

Objeto: Reajuste de 5% para os exames de Ecocardiografia transtoracica

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 003/2011/Inexigibilidade de licitação e Resolução nº 152/2012 de 2/07/2012.

Data do aditamento: 2/07/2012

DISTRATO DE CONTRATO

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Clínica e Instituto da Saúde Médica SS Ltda

Objeto: Descredenciamento a pedido da CONTRATADA

Data início do contrato: 6/06/2011

Data de encerramento do contrato: 10/08/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Pneumoclínica - Doenças Respiratórias SS Ltda

Objeto: Descredenciamento a pedido da CONTRATANTE

Data início do contrato: 1/03/2010

Data de encerramento do contrato: 2/7/2012

Contratante: CIS/AMUNESC

Contratada: Pneumoclínica - Doenças Respiratórias SS Ltda

Objeto: Descredenciamento a pedido da CONTRATANTE

Data início do contrato: 1/08/2011

Data de encerramento do contrato: 2/7/2012